

Crise do Golfo
abala economias
do Sul

CADERNOS DO

terceiro mundo

Nº. 134 - Cr\$ 320,00
Boa Vista, Manaus
Cr\$ 420,00

ELEIÇÕES

Dura lição
para a
esquerda

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL
Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL
Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA
Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.
Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Assinatura: Cr\$ 3.000,00 (1 ano)
Cr\$ 5.700,00 (2 anos)

**Assine, traga
os amigos e
escolha seu
brinde**

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Cr\$ 2.850,00 o exemplar

**Oferta especial: Assinatura de
"Cadernos" (1 ano) + Guia = Cr\$ 5.000,00**

Cada assinatura anual de "Cadernos" que você consegue vale 10 pontos, por 2 anos 20 pontos e cada "Guia" 15 pontos

Escolha seu(s) brinde(s) de acordo com o total de pontos que conseguir.

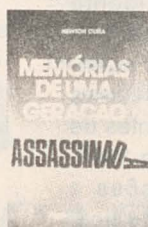
Brindes deste mês:

15 pontos



A Batalha
dos Trilhos
Cód: 211

20 pontos



Memórias de
uma geração
assassinada
Cód: 206

30 pontos



A Face Oculta
da Drogas
Cód: 212

45 Pontos

1 assinatura
anual de
"cadernos"

Cód: 230

50 pontos



Guia do
Terceiro
Mundo
Cód: 221

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 Gr. 105 a 106 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20241 – Tel.: (021)252-7440 validade: 30.11

validade: 30 11 90

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s):

- () Cheque (s) nominal (is) em anexo
() Vale postal -Ag. Lapa
nº série.....
() Pagarei o "GUIA" por reembolso postal
() Pagarei o " GUIA" dos meus amigos por reembolso
postal
() Autorizo débito no meu **CREDICARD** do valor referente ao
meu pedido
() Autorizo débito no meu **CREDICARD** dos pedidos referen-
tes aos meus amigos em nº de pedidos anexos

CREDICARD:

[illegible]

Data:// 90.

Assinatura do Comprador

Para pedidos de mais de dois amigos use relação anexa ou cópia xerox. Ao preencher o cupom do remetente informe o(s) código(s) do(s) brinde(s) a que tem direito.

ASSINALE. () Assinat. de "Cadernos" ou () Renovação
PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

ASSINALE: ☐ Assinat. de "Cadernos" ou ☐ Renovação
PEDIDO DE: ☐ Guia do Terceiro Mundo: ☐ pago, ☐ r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

CUPOM DO REMETENTE

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:
Livros brinde código:

CADERNO POSTAL

Peça por cupom
ou disque
(021) 252-7440



O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira
(Depoimento a José
Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no *front* das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, perm-

ite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 p.

José Louzeiro
E-208 Cr\$ 1.500,00

A BATALHA DOS TRILHOS Bases Para Uma Política Nacional De Transporte Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovía, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco

Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

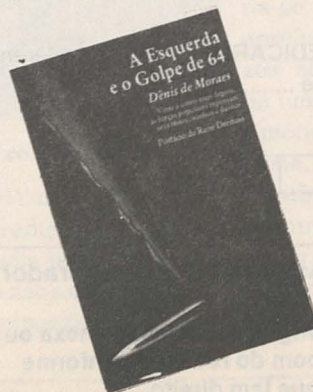
E-211 Cr\$ 600,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Nelson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros



Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$ 1.900,00

DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA

Celso W. Bueno

Adotem a rota do
socialismo, ou do



capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga aí baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E-214 Cr\$ 1.300,00

A OUTRA
Um estudo antropológico
sobre a identidade da
amante do homem casado
Miriam Goldenberg

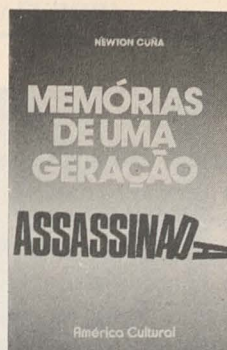


"Este livro é uma
contribuição original e ino-
vadora no campo das
Ciências Humanas, no Bra-

sil. Pela sua clareza e
franqueza traz dados pre-
ciosos para a melhor
compreensão de trajetórias
de mulheres que vivem em
período turbulento, de óbvias
transformações no campo da
moral, das relações
amorosas e da família.

Este material só poderia
ter sido coletado por
pesquisadora dedicada e
sensível. Ao analisar seus
dados, Miriam Goldenberg
levanta questões que abrem
caminho para novas
pesquisas. Como todo
trabalho pioneiro, este terá,
forçosamente, desdo-
bramentos." Gilberto Velho -
84 pág.

E-222 Cr\$600,00



**MEMÓRIAS DE UMA
GERAÇÃO
ASSASSINADA**
Newton Cuña

É um romance ágil, que
revivencia o cotidiano
brasileiro em um ano es-
pecialmente importante para
a história e vida nacionais:
1968.

Humano e tocante na
delicadeza com que trata das
personagens, instiga a
reflexão e enriquece a

literatura de bom gosto. 138
pág.

E-206 Cr\$ 600,00

CAOS
A Criação de Uma Nova
Ciência
James Gleick

Ilustrado (a cores) com
as formas fantásticas da
recém-descoberta geomet-
ria fractal, este livro narra o
rompimento de uma velha
barreira da física clássica: o
lado caótico, descontínuo, da
natureza. Atrvés de uma
linguagem simples,
acompanhamos o
revolucionário despertar
desta nova ciência, a do
Caos. 320 pág.

E-219 Cr\$ 2.550,00

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação
objetiva e independente sobre todos
os países do mundo, com o olhar de quem
"vê o Terceiro Mundo com os próprios
olhos."



Contém:

Dados de história, economia,
geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais,
como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como:
matérias-primas, tecnologia,
fome, dívida externa, aids,
transnacionais e outros.

Atende a:

Professores, Estudantes,
Jornalistas, Administradores,
Economistas, Industriais,
Políticos, Exportadores,
Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade.
Formato amplo (21x28cm).
Diagramação moderna e ilustrada.
Acabamento reforçado (costurado e
colado).

**O TRÓPICO DOS
PECADOS**
Moral, Sexualidade e
Inquisição no Brasil
Ronaldo Vainfas

Um dos períodos mais obscuros da nossa história revelado em estudo minucioso – na linha chamada História das Mentalidades – dos conflitos e desejos das moralidades coloniais. O controle do Santo Tribunal sobre as práticas sexuais, ao construir o jogo do lícito e do ilícito, vai demarcando um território do qual o autor capta o clima da época, os costumes e todos os impasses daqueles homens e mulheres marginalizados. 404 p.

E-217 Cr\$ 3.200,00

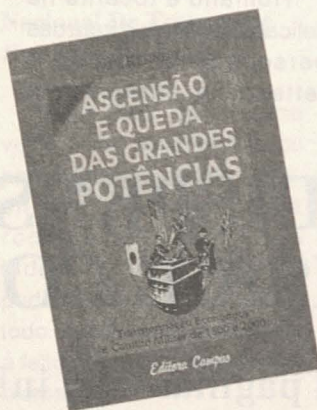
**A DERROTA DA
DIALÉTICA**
Leandro Konder

Na verdade, são apresentadas duas derrotas da dialética. Uma que se consumou no interior do "marxismo-leninismo" e a outra, mais ligada ao Brasil, onde o modo de pensar positivista acabou favorecendo a versão stalinista

do marxismo, causando extensos prejuízos à consciência revolucionária. Além deste exame na mentalidade da nossa esquerda e das pesquisas feitas na Alemanha, França e Argentina, Konder amplia a força deste livro com sua própria trajetória intelectual, marcada pelo golpe de 64 e pelo AI-5. 222 p.

E-215 Cr\$ 2.050,00

**ASCENSÃO E QUEDA
DAS GRANDES
POTÊNCIAS**
Paul Kennedy



No séc. XVI ou quase no séc. XXI, uma nação afirma seu poderio militar de acordo com os recursos

econômicos que possui. Assim, em uma brilhante análise das razões da ascensão e declínio das grandes potências do passado, Kennedy define todos os impasses das potências modernas. Erros que se repetem, tendências, conflitos, dilemas e táticas, fazendo da História das Nações a história de uma tentativa de equilíbrio de forças. 688 p.

E-220 Cr\$ 4.200,00

**A ECONOMIA
POLÍTICA DO NOR-
DESTE**
**Secas, Irrigação e Desen-
volvimento**
J. Otamar de Carvalho

Destruindo o mito conveniente de que a seca é a causa do atraso do Nordeste, Otamar de Carvalho "mapeia" o território nordestino disposto a não deixar canto inexplorado. Começando pela apreciação geral da economia do Nordeste, continua pela delimitação da área sujeita às secas. A finalização é um exame minucioso, no qual mostra as razões verdadeiras do atraso e as

possibilidades de desenvolvimento. O autor é agrônomo, ex-diretor da Assessoria Técnica da Sudene e doutor em Economia pela Unicamp. 520 p.

E-216 Cr\$ 2.500,00



**A FACE OCULTA DA
DROGA**
Rosa del Olmo

O que existe por trás deste comércio ilegal? Qual é o outro lado do tráfico? O que está além das entrelinhas do noticiário que o grande público não percebe? Estas são questões que Rosa del Olmo levanta e discute em **A face oculta da droga**. 87 p.

E-212 Cr\$800,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com descontos que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.
Profissão
Assinatura

**TABELA DE
DESCONTOS**

- 5% para assinantes.
ou
- 10% para pagamento antecipado de assinantes e não-assinantes
- O preço dos livros está de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

**VALIDADE
30.11.90**

**APÓS
A DATA DA
VALIDADE,
COBRAREMOS
PREÇOS
ATUALIZADOS**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

O bloqueio ao Iraque e o aumento do preço do petróleo agravam a situação econômica do Terceiro Mundo.

Além da crise da dívida externa, estes países enfrentam agora o drama de perder mercados para os seus produtos

22



Para onde vai o gigante norte-americano?

Numa lúcida análise, o professor Brady Tysson afirma que os EUA deveriam redefinir o seu papel mundial, levando em conta sua crítica situação interna

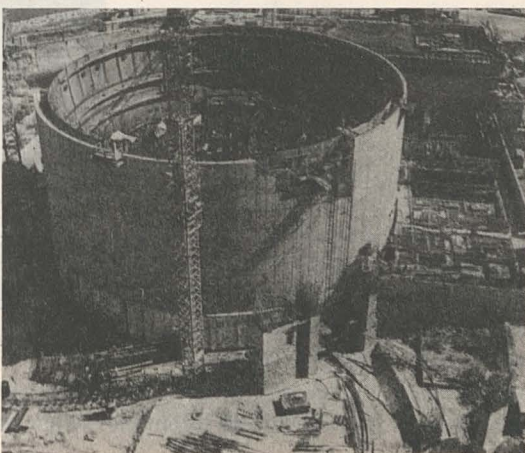
35



A caminho dos 40 anos, o esforço brasileiro pelo controle do ciclo nuclear está sendo contado em filme.

O sonho do avanço tecnológico tem lances de espionagem, traição e obstinação e revela uma faceta das lutas nacionalistas

52



2 PANORAMA

8 CARTAS

10 AMÉRICA LATINA

Peru: Uma guinada de 180 graus	10
República Dominicana: Nuvens negras no horizonte	14
Haiti: Uma eleição cheia de incertezas	16
Porto Rico: Um nacionalista de pura cepa	18

20 ÁFRICA

Angola: Meta - um rápido cessar-fogo	20
Libéria: Fechar as feridas	21

22 ORIENTE MÉDIO

Iraque/Kuait: Nada será como antes	22
------------------------------------	----

26 MULHER

Tunísia: Não à igualdade	26
--------------------------	----

28 CULTURA

Galeano: "Unamos a razão e a emoção"	28
--------------------------------------	----

31 ECONOMIA

Europa: Sonhos de uns, pesadelo de outros	31
---	----

33 DEPOIMENTO

O canto do cisne	33
------------------	----

35 ESPECIAL

Estados Unidos: A crise de um gigante	35
---------------------------------------	----

42 SUPLEMENTO BRASIL

Eleições: Recomeçando o jogo	42
Saneamento: Em busca dos investimentos sociais	46
Energia: As mudanças que a crise do petróleo exige	49
Cinema: Uma história explosiva	52
Lazer: Passagem elitiza turismo em Paquetá	54
Aprendendo saúde: A dura realidade da saúde	57
Panorama Nacional	58
Economia: O modelo cenoura de desenvolvimento	59
Página Aberta: O bendito inimigo	60

CUBA Tempos difíceis

A 25 de setembro, o presidente de Cuba, Fidel Castro, anunciou publicamente um pacote de medidas de emergência, para evitar um colapso da economia e salvar a revolução. A prioridade será dada à produção de alimentos.

O problema mais complexo a ser resolvido pelas

autoridades cubanas é o das centenas de milhares de trabalhadores que foram afetados pelo fechamento de empresas de produção e de serviços. Fidel afirmou que "a revolução nunca deixará um homem ou uma mulher na rua" e que cada trabalhador terá garantida uma renda suficiente para cobrir as suas



A fábrica de níquel, cuja produção se destinava à URSS, foi fechada

necessidades.

Em uma extensa entrevista publicada no jornal *Granma*, Fidel Castro assinala que será impossível reaproveitar todos eles na agricultura. Segundo o presidente, esse setor não necessitará mais do que 20 mil ou, no máximo, 30 mil trabalhadores. Para ele, o que vai acontecer é que "muitos trabalhadores terão mais tempo livre", fato que considerou positivo, desde que seja usado "de forma inteligente e proveitosa".

Cuba está atravessando uma complexa situação, agravada pela insuficiência do fornecimento soviético de petróleo e outras matérias-primas básicas. Cuba depende da importação de 13,4 milhões de toneladas de petróleo e de volumosos embarques de matérias-primas da União Soviética.

Fontes oficiais cubanas reconheceram que, devido à sua crise interna, a URSS não tem podido honrar os seus compromissos de forma adequada (pelo menos dois milhões de

toneladas de petróleo deixaram de ser entregues).

Entre as indústrias fechadas estão as de processamento de níquel e de papel. O governo reduziu em 50% o consumo estatal de gasolina e eletricidade e em 30% o consumo privado, além de racionar os combustíveis para o transporte público.

Fidel anunciou que os efeitos da crise no Golfo vão obrigar Cuba a substituir na agricultura o transporte automotor pela tração animal. "Para isso – disse o presidente – vamos ter que domesticar mais cem mil touros". Ele também afirmou que aumentarão as dificuldades alimentícias no país, pois essa medida afetará a disponibilidade de carne bovina para consumo interno.

Desde 1º de outubro está circulando somente um jornal nacional. Outros dois jornais foram transformados em semanários e todas as demais publicações foram suspensas, no contexto do plano de emergência destinado a poupar matérias-primas.

GUATEMALA Unesco premia Rigoberta

A dirigente indígena Rigoberta Menchú (ver *terceiro mundo*, nº 132, Guatemala: Resgate do passado) recebeu o "Prêmio Unesco Educação para a Paz" de 1990. Ela foi escolhida por um júri internacional e recebeu o prêmio, de 60 mil dólares, numa cerimônia solene na sede da Unesco, em Paris.

O prêmio é uma homenagem à luta dessa filha de camponeses guatemaltecos, que dedicou toda a sua vida à causa da defesa dos direitos humanos e à cultura dos indígenas centro-americanos.

Ela dividiu o prêmio da Unesco com a organização norte-americana International World Order Models Project (WOMP), criada em 1968, em Nova Iorque. A WOMP – cujas atividades estão dirigidas aos universitários, líderes políticos e

militantes regionais – dedica o seu trabalho a aprofundar o conceito de paz, incluindo nele não somente a prevenção da guerra, como a luta pela justiça econômica e a defesa da ecologia.

O prêmio "Educação para a Paz" foi criado em 1980, através de uma doação da Fundação Japan Shipbuilding Industry e é outorgado a cada ano a pessoas ou instituições que se destacaram na "promoção da paz na cabeça das pessoas".



Rigoberta: um prêmio à coragem

CHILE Justiça para Orlando Letelier



Dionisio Suarez: confissão

A família do ex-chanceler chileno Orlando Letelier, assassinado em Washington em 1976 a mando da ditadura, pedirá a reabertura do inquérito à Justiça chilena.

A irmã do ministro das Relações Exteriores de Salvador Allende, a advogada Fabíola Letelier, afirmou que "a confissão nos Estados Unidos do exilado cubano Dionisio Suárez permitiu terminar de esclarecer o assassinato. Agora só falta fazer justiça e punir os responsáveis chilenos", acrescentou a advogada.

De fato, recentemente o cubano dissidente Dionisio Suárez aceitou fazer um acordo, mediante o qual ele confessou a sua participação no assassinato de Orlando Letelier em troca de se ver livre de quatro outras acusações. Por colaborar com a Justiça americana, ele deverá receber uma pena máxima de 12 anos.

Suárez foi detido pelo FBI em abril passado, e admitir ter-se reunido com Michael Townley, em setembro de 1976, para planejar e depois executar o atentado contra Letelier. Townley, um norte-americano que

trabalhava para o serviço secreto da ditadura de Pinochet, já tinha confessado, em 1978, a sua participação no assassinato, e na ocasião afirmou que o general Juan Manuel Contreras, chefe da Dina, a polícia política chilena, e o seu assistente, o coronel Pedro Espinoza, estavam também implicados no atentado. Mas o governo Pinochet negou o pedido de extradição de ambos para os Estados Unidos. Em seu recente depoimento, o exilado cubano disse que acredita que o general Pinochet tenha ordenado pessoalmente o assassinato de Orlando Letelier.

Além de chanceler, Letelier tinha sido embaixador em Washington do governo de Salvador Allende e era asilado político nos Estados Unidos quando seu carro explodiu, como consequência do atentado planejado por Dionisio Suárez.

O governo do presidente Patricio Aylwin — empenhado em normalizar as relações com os Estados Unidos — resolver, há dois meses, pagar uma indenização à família Letelier. Mas esclareceu que isso não implicava uma revisão judicial do caso. No entanto, agora, com o julgamento e confissão de Suárez, pode ser que se criem condições mais favoráveis à reabertura do caso, como queria a família do ex-chanceler.

MEIO AMBIENTE Ecologistas versus Banco Mundial

Organizações não-governamentais dos Estados Unidos, América Latina e Ásia denunciaram em Washington o não-cumprimento, por parte do Banco Mundial (Bird), dos objetivos traçados nos seus planos de assistência global ao meio ambiente e às populações afetadas pelos seus programas de industrialização.

A denúncia foi uma reação à publicação do Primeiro Relatório Ambiental do Banco Mundial. O informe — considerado pelas organizações

não-governamentais (ONGs) como "um documento deplorável" — afirma ter havido progressos significativos com a incorporação da questão ambiental às atividades dessa instituição multilateral em 1990.

Para as ONGs que formularam a denúncia, o Bird não levou em conta as necessidades de milhões de pessoas, que foram atingidas por projetos — supostamente destinados ao desenvolvimento — financiados pelo organismo internacional.

Além disso, afirmam que o Banco Mundial não cumpriu com as metas de preservação ambiental definidas em 1987.

"Trata-se mais de retórica do que de um informe com alguma substância", afirmou a diretora para Malásia da organização "Amigos da Terra". Para Chee Yoke Ling, o Bird desrespeitou todos os compromissos assumidos três anos atrás com os ecologistas e com a comunidade internacional, e contidos no chamado "serviço global para o meio ambiente".

Esse serviço compreende o

financiamento de ações para deter a destruição da camada de ozônio e proteger os recursos marinhos. O Banco Mundial — segundo os ambientalistas — liberou 400 milhões de dólares a 11 projetos destinados à proteção ambiental e ao controle da contaminação. Outros 45 projetos serão postos em marcha nos próximos três anos.

Porém, a cifra foi considerada insignificante pelos ecologistas presentes em Washington durante a reunião anual do FMI, levando-se em consideração que o Banco Mundial movimentou 22 bilhões de dólares nesse mesmo período.

COSTA RICA A polícia em xeque

Nos últimos meses, o debate político na Costa Rica está girando em torno da reorganização da principal força policial militarizada.

A Costa Rica é chamada às vezes a "Suíça da América Central", porque desde 1948 não tem exército e destinou as verbas que iriam para a defesa a ambiciosos projetos de desenvolvimento. Num país de 50 mil quilômetros quadrados (menor que o estado do Rio Grande do Norte), e três milhões de habitantes, essa política garantiu à população costarriquenha um padrão de vida superior ao dos países vizinhos e uma estabilidade democrática que não é comum na América Central. No entanto, com a crise que atingiu a região a partir dos anos 70 e com a instalação de bases militares dos "contras" nicaraguenses em seu território, a sorte da Costa Rica começou a mudar.

Desde 1983, os oficiais da polícia passaram a receber treinamento militar nos Estados Unidos, em Israel e na Zona do Canal, no Panamá. E em 1985 foi inaugurada uma base no norte do país, onde os efetivos policiais são treinados pelos *boinas verdes* dos EUA.

Agora a base acaba de ser fechada devido ao escândalo provocado pela morte de uma criança de 12 anos, Wagner Segura, durante uma operação da polícia contra o narcotráfico. Em maio passado, homens armados de uma unidade especial da polícia entraram violentamente num barraco de um bairro pobre da capital, São José, supostamente para capturar um traficante.

Ao derrubar a porta e entrar atirando, os policiais atingiram a criança, que teve morte instantânea. Nem drogas nem qualquer sinal de que a família do menino estivesse vinculada ao tráfico de entorpecentes foram encontradas no barraco. O responsável pela operação está hoje sendo julgado por assassinato e os cinco chefes de polícia estão sendo acusados de "abuso de autoridade". O ministro de Segurança Pública defendeu a polícia, porém o Congresso nomeou uma comissão investigadora.

Um dos membros dessa comissão, o deputado de oposição Hugo Muñoz disse que o caso permitiu ao Parlamento aprofundar os seus conhecimentos sobre a estrutura interna da polícia, e encontrar evidências "alarmantes", segundo ele, do tipo de treinamento recebido nos últimos anos pelos policiais. "Acho que perdemos o controle sobre a nossa polícia e esta Comissão Parlamentar tem que servir para corrigir essa situação", disse ele.

MÉXICO Ventos democratizadores

O Partido Revolucionário Institucional, o PRI, no poder desde a revolução popular de 1910, está sendo pressionado de dentro e de fora a se democratizar. Recentemente, foram aprovados uma nova Declaração de Princípios, novos estatutos e um plano para modernizar o partido. Essas mudanças foram decididas durante o Congresso realizado na Cidade do México, no qual se discutiram o futuro do partido e as suas relações com o Estado e com os outros movimentos políticos do país.

Ao encerrar o evento, o presidente Carlos Salinas de Gortari, que visitará o Brasil ainda este mês, reafirmou a vigência do PRI e disse que o processo democratizador que ele vive não tem nada a ver com os acontecimentos na Europa Oriental, onde governos de partido único caíram nos últimos meses.

O presidente desmentiu de forma taxativa as versões jornalísticas sobre o fim do partido situacionista como força política no México e defendeu as mudanças que foram aprovadas, como sendo necessárias para renovar uma força política que tem mais de 60 anos de exercício do poder. "As mudanças são para fortalecer o PRI, não pa-

ra destruí-lo", assinalou o chefe de estado.

A principal mudança é a que estabelece a consulta direta às bases para a escolha do candidato aos cargos executivos, como prefeito e governador.

Mas nem tudo foi um mar de rosas na reunião do PRI. A oposição interna, reunida na chamada "corrente crítica", decidiu não participar do congresso, ao qual qualificou de "uma farsa".

Após o congresso, Rodolfo González, embaixador do México na Espanha e líder da dissidência interna, anunciou sua saída do PRI, por considerar não haver espaço para mudanças no partido. Segundo ele, grande parte dos oito mil delegados que participaram da reunião do PRI foram escolhidos "a dedo" pela cúpula partidária e não representam o sentimento das bases.

Por causa da falta de democracia interna e das práticas clientelistas, o PRI está muito desgastado. O presidente Salinas de Gortari ganhou a eleição de 1988 com os índices mais baixos da história do partido: 50%. E, para muitos, o verdadeiro vencedor da eleição presidencial foi Cuauhtémoc Cárdenas, ex-dirigente do PRI, hoje presidente de uma das principais forças de oposição, o Partido da Revolução Democrática. Segundo essas fontes, só a fraude eleitoral explicaria a vitória de Salinas.

Na capital e em quatro estados, pela primeira vez, o PRI foi derrotado e também perdeu a maioria na Câmara dos Deputados.

Salinas de Gortari: o desafio de democratizar o PRI



ORIENTE MÉDIO Exodo dos cristãos

Atensão que tem caracterizado a situação no Oriente Médio nos últimos anos teve uma consequência muito pouco conhecida: a emigração maciça de cristãos. Ameaçados pela guerra no Líbano, a repressão israelense nos territórios árabes ocupados, a guerra Irã-Iraque, e, agora, pelo conflito entre o Iraque e o Kuwait, os cristãos estão deixando a região. Está em risco assim a própria existência da fé cristã nessa parte do mun-

do, predominantemente islâmica.

Essa foi a conclusão da reunião realizada em Chipre pelo Comitê Executivo do Conselho de Igrejas do Oriente Médio, que reúne todas as congregações cristãs da região, isto é, ortodoxos, católicos e protestantes.

A reunião chegou à conclusão de que é necessário traçar uma estratégia conjunta para evitar o êxodo maciço dos 14 milhões de cristãos do Oriente

Médio: 10% da população total da área.

Não existem dados concretos sobre a emigração dos cristãos, mas o bispo anglicano para o Oriente Médio, Samir Katy, citou o caso de Jerusalém, onde mora. Antes de 1948, ano da criação do Estado de Israel, 232 mil cristãos viviam na Cidade Santa. Hoje, superando as estimativas do Conselho Mundial de Igrejas, os cristãos que ainda moram em Jerusalém não seriam mais do que nove mil.

No entanto, a emigração não é um fenômeno que acontece só na comunidade cristã:



A guerra afetou os cristãos

também muitos muçulmanos estão abandonando o Oriente Médio por causa das guerras, das violações aos direitos humanos e das enormes dificuldades econômicas causadas pelos conflitos armados.

ÁSIA O drama dos pequenos

Os graves acontecimentos no Golfo mostraram que ser rico e pequeno é um motivo de preocupação para um Estado soberano.

E esse é o caso de Cingapura e Brunei, prósperos mini-estados do sudeste asiático, que agora vivem o drama da sua vulnerabilidade frente às ambições externas.

A situação mais semelhante à do Kuwait é a de Brunei, terceiro produtor de petróleo do sudeste asiático e quarto produtor mundial de gás líquido. A renda per capita dos 300 mil habitantes de Brunei era de 12.700 dólares em 1988, superior à do Kuwait.

Cingapura (foto) e Brunei: a amarga lição do Kuwait mostrou a sua debilidade



Suas forças armadas são pequenas, porém no ano passado compraram aviões de combate, da Grã-Bretanha, por um valor superior a 400 milhões de dólares.

Ao contrário do Kuwait, o Brunei aparentemente não tem um vizinho poderoso com ambições expansionistas. Situado na costa noroeste da ilha de Bornéu, no arquipélago da Indonésia, o Brunei faz fronteira com a Malásia. E nem o governo malaio nem o de Jakarta parecem ter intenções de pensar em avançar sobre o seu pequeno vizinho, de pouco mais de cinco mil quilômetros quadrados.

Além do mais, o sultão de Brunei utiliza as riquezas do mini-estado para fornecer empréstimos à Indonésia, Malásia e Filipinas, e assim agradar os governos vizinhos. Quanto a Cingapura, uma cidade-estado, de 58km², está muito ciente da sua vulnerabilidade.

Nos anos 40, a próspera cidade, situada em frente à Malásia, era o orgulho dos generais ingleses, que a consideravam uma fortaleza inexpugnável. Mas em 1942 os japoneses tomaram rapidamente Cingapura e se tornaram senhores absolutos do espaço aeronaval do sudeste asiático.

Agora, pouco depois do início da crise do Golfo, o vice-primeiro-ministro de Cingapura, Go Chok Tong, afirmou que o país não deve se transformar num novo Kuwait, isto é, num país rico, porém incapaz de se defender.

Com uma receita per capita de 11 mil dólares, os 2,7 milhões habitantes de Cingapura são os mais prósperos da região. E a cidade gasta 23% do seu orçamento em armamento, o equivalente a um bilhão e 500 milhões de dólares ao ano.

ETIÓPIA/ISRAEL Estranha aliança

Depois de ter rompido a nível diplomático com Israel, em 1973, a Etiópia restabeleceu sua relações com o governo de Tel Aviv em novembro do ano passado. Desde então, o regime israelense passou a intervir, por intermédio de assessores militares, na guerra que trava o governo etíope com várias minorias étnicas.

De fato, o reatamento das relações entre Israel e a Etiópia é mais uma consequência do fim da Guerra Fria e da nova linha internacional da União Soviética. Até o ano passado, os soviéticos tinham na Etiópia numerosos assessores militares e forneciam ao governo de Addis Ababa importante quantidade de armamento. Mas isto está acabando. Assim como aconteceu com os assessores cubanos, os conselheiros militares soviéticos terão deixado o país até o ano que vem. E dos que ainda estão na Etiópia, algumas centenas estão servindo em hospitais ou escolas militares, porém já bem longe do campo de batalha.

Calcula-se que 200 militares israelenses já estão na Etiópia. A sua missão é



Mengistu procura fornecedores de armas

reestruturar as forças armadas, muito abaladas pelas sucessivas derrotas para os nacionalistas eritreus e para os separatistas da província de Tigre.

Israel já iniciou o fornecimento de armas à Etiópia, de acordo com denúncias da Frente de Libertação da Eritreia e da publicação independente norte-americana *Israeli Foreign Affairs*, da Califórnia. Na sua edição de julho, essa publicação afirma que desde o começo deste ano a administração Bush tem conhecimento de que Israel está fornecendo ao governo de Mengistu Haile Mariam bombas de fragmentação, com amplo raio de ação, além de outras armas leves e munições.

Washington acredita que existe uma

relação entre o número de judeus etíopes que recebem autorização do regime de Mengistu para viajar a Israel e os envios de armamento israelense à Etiópia. Guerrilheiros da Frente de Libertação de Eritreia também denunciaram o uso de napalm no porto de Massawa, o mais importante porto do país, que está sob controle dos rebeldes.

O regime socialista etíope procura, na sua estranha aliança com o governo de linha dura de Yitzhak Shamir, um fornecedor de armamento, alternativo ao soviético. Do lado israelense, a aproximação com Addis Ababa interessa por razões geopolíticas. Telavive não deseja a vitória dos separatistas eritreus, porque eles estão apoiados por vários governos árabes, em particular pela Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

Caso a Eritreia consiga obter a sua independência da Etiópia, o mar Vermelho — no qual Israel tem um porto importante, o de Eilat — ficaria com ambas as margens sob controle árabe. O porto de Eilat é vizinho ao porto jordaniano de Aqaba, praticamente paralisado pelo bloqueio ao Iraque, decretado pelo Conselho de Segurança da ONU (ver matéria do Oriente Médio, nesta edição, “Nada será como antes”).

ÍNDIA Censo em 1991

Mais de dois milhões de funcionários públicos da Índia serão mobilizados em 1991 para realizar um censo da população. Com essa medida, o governo disporá de informações atualizadas sobre os 840 milhões de habitantes que já deve ter este país asiático.

Dessa vez, o censo da Índia traz uma novidade: os encarregados de colher os dados deverão dar um tratamento especial às mulheres, tanto das áreas

urbanas quanto rurais. Isso porque os especialistas constataram que as mulheres não “aparecem” nos dados estudados nos censos. “Mesmo as mulheres que trabalham fora e ajudam com o seu salário a manter a família, em geral aparecem como dependentes”, assinala a economista Krisna Raj.

Por essa razão, grupos feministas da Índia têm reivindicado a realização de um censo que mostre com clareza qual é a participação



O censo avalia o papel da mulher

feminina no trabalho produtivo. Algumas pesquisas parciais mostraram que 80% do trabalho nas áreas rurais da Índia são feitos por mulheres.

No censo vai constar tam-

bém um item específico sobre o trabalho não-remunerado das mulheres. Para as autoridades indianas, as mulheres, no seu múltiplo papel de mães, produtoras e abastecedoras de alimentos, e como líderes políticas e comunitárias, são protagonistas-chave no processo de mudanças. Daí a necessidade de avaliar bem o seu potencial, através do censo do próximo ano.

O último censo foi realizado na Índia em 1981, quando o país tinha 685 milhões de habitantes. As projeções mostram que a população deve ter aumentado em 155 milhões, ou seja, um crescimento quase igual à população do Brasil.

CAMBOJA Período de transição

Neste mês de outubro será realizada, em Paris, a primeira reunião do Conselho Supremo Nacional do Camboja. O órgão governará esse país do sudeste asiático até a convocação de eleições. A decisão foi adotada na reunião realizada em setembro, na Indonésia, com o patrocínio das Nações Unidas, que encerrou 12 anos de conflito no Camboja.

Da negociação em Jakarta, capital da Indonésia, participaram o primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, representando o governo de Pnom Penh, e os líderes dos três grupos de oposição: Khien Samphan, do Khmer Vermelho, o ex-primeiro-ministro Som Sann, em nome da guerrilha não-comunista, e o príncipe Ranariddh, filho

acordo para presidi-lo, só aceita o cargo caso ele seja o número 13 deste órgão supremo. Isso significa que o seu grupo teria um membro a mais do que foi proposto pela ONU. Os outros dirigentes não aceitam essa imposição de Sihanouk e defendem a tese original da ONU.

"Esse é um exemplo de como pequenos assuntos tendem a ser manifestações de grandes problemas que surgem após tantos anos de luta", declarou um diplomata do sudeste asiático.

O plano tem sido recebido com considerável otimismo pelos que o vêem como a única esperança de uma paz duradoura no Camboja. No entanto, surgiram algumas críticas, sobretudo pela cláusula que prevê a presença de dez mil funcionários das Nações Unidas naquele país até a total normalização política. Eles ocuparão os mais altos cargos administrativos, ajudarão a desarmar os grupos políticos

e supervisionarão as eleições. Tudo isso custará pelo menos cinco bilhões de dólares. O Japão já manifestou o seu interesse em custear boa parte das despesas dessa força de paz.

Nesse contexto, o príncipe Sihanouk é visto por todas as forças políticas do Camboja e pela própria ONU, como a única liderança capaz de chefiar o Conselho Supremo. Em

1945, Sihanouk proclamou a independência do país, após a retirada das tropas japonesas, durante a Segunda Guerra Mundial. E depois de um breve período de ocupação francesa, o príncipe conseguiu negociar novamente a independência em 1949.

Anos mais tarde, em 1970, durante a guerra do Vietnã, Sihanouk foi deposto por um golpe de estado, arquitetado pelos norte-americanos, que impuseram no Camboja o governo servil a Washington de Lon Nol.

Agora, mais uma vez, Sihanouk transforma-se num personagem-chave do tão almejado processo de pacificação deste pequeno país do sudeste asiático.

ZÂMBIA Reforma política

O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, cedeu à pressão popular e anunciou na última semana de setembro que vai introduzir o sistema multipartidário no país, depois de 18 anos de partido único. A notícia foi recebida com alegria pelos 700 delegados reunidos em Lusaka, a capital, na sessão do Conselho Nacional do Partido Unido da Independência Nacional (Unip).

Os especialistas acham que a decisão de Kaunda tem por objetivo evitar a crescente divisão na sociedade zambiana e também frear a saída de membros do partido situacionista, que perdeu nos últimos meses muitos dos seus principais líderes.

O presidente, de 66 anos, anunciou o fim da obrigatoriedade dos sindicatos pertencerem ao atual partido único. Uma das figuras mais destacadas da campanha em favor do pluripartidarismo é Frederick Chiluba, presidente do Congresso Zambiano de Sindicatos. Chiluba liderou o grupo dissidente do partido situacionista, do qual saiu em agosto.

Outras novidades anunciadas por Kaunda são a criação de um Tribunal Constitucional, que controlará eventuais abusos do presidente ou do Congresso, e o fato do chefe de estado não ter mais a faculdade de designar dez dos 135 membros do Parlamento.

Consultado pela imprensa porque tinha mudado de posição, aceitando agora o multipartidarismo, Kenneth Kaunda respondeu que fora sensibilizado pelas enormes multidões que exigiam o fim do sistema de partido único. Efetivamente, a 18 de agosto e 8 de setembro, mais de 200 mil pessoas se reuniram no centro de Lusaka reivindicando eleições livres.

Mas Kaunda reconheceu que a sua iniciativa também tinha um caráter preventivo, pois o descontentamento popular estava — na sua opinião — conduzindo o país "à anarquia".



Khieu Samphan (dir.) e Son Sen em Jakarta

do príncipe Norodom Sihanouk. Todos eles aceitaram o plano de paz proposto pela ONU.

As Nações Unidas estabeleceram que o Conselho Supremo terá seis membros da resistência e seis do governo, escolhendo-se entre eles um presidente. O seu poder será mais simbólico que real, pois o processo de transição será conduzido pelas Nações Unidas. Mesmo assim, foi justamente em relação à composição deste Conselho que surgiram os únicos problemas entre os diferentes grupos rivais.

Houve acordo no que diz respeito ao funcionamento do Conselho por consenso e não por votos de maioria. Mas o príncipe Sihanouk, indicado de comum

Sequestros

Talvez explique o aumento da criminalidade o fato de estar sendo afastada a religião da mente das pessoas sem cultura. Onde entra o alfabeto, o crime perde terreno. Mais compreende a existência do Criador aquele que sobe as escadas da sabedoria. Já diz pensamento antigo que muita ciência aproxima o homem de Deus, ao passo que a pouca sabedoria dele afasta. O talento genial de Rui Barbosa concluía que "Deus é adivinhado em suas obras".

Realmente, quando o homem põs os pés na Lua, todos os raciocínios levaram à conclusão de que esse acontecimento foi a consequência de muitos avanços da criatura humana através do poder dado por uma inteligência infinita. De modo que não se pode jactar o ser racional de sua própria valia, sem qualquer outra ajuda a não ser a dos próprios esforços. Deve pensar que suas qualidades não são por ele apenas produzidas.

Tudo indica que essas feras humanas que matam, estupram, sequestram, jamais galgaram os degraus da verdadeira cultura. Vêem-se nas prisões as pessoas que delinquiram dizer comumente que, se tivessem pensado um

pouco, sua prisão e a desgraça da vítima não teriam acontecido.

No entanto, o homem foi dotado de consciência. Ele tem que responder pelo que faz. E cabe á cultura esclarecê-lo. Portanto, só a crença em Deus poderá salvar o mundo. Sem Ele, o ser humano é apenas uma fera, a que falta a razão.

Cristóvão Fernandes
Rua Cons. Crispiniano,
139 - 7º andar
São Paulo-SP

Espírito do capital

A onda de sequestros, que parece que chegou para ficar, ainda não foi absorvida racionalmente. Desperta reações contraditórias, como as que vemos diariamente em rádios e tevês, umas pregando a pena de morte como solução, outras achando que é o fim do mundo por falta de crença em Deus.

Mas, acho que o sequestro de pessoas muito ricas por criminosos que já adquiriram um certo nível de organização, isto é, que já desenvolveram certos métodos empresariais em sua delinquência contumaz, apenas exhibe de modo chocante as contradições sociais, visíveis a olho nu, a todo instante, representadas por meninos abandonados, mendigos em número crescente, gente faminta, trabalhadores desempregados e empregados pessimamente remunerados. O crime, não há dúvida, decorre, basicamente, das desigualdades sociais, que fixam, para a imensa maioria da população, uma vida de sacrifícios excessivos, sofrimentos e absoluta falta de perspectiva de uma vida decente.

A ação do crime

organizado, em sua variante da fazer dinheiro pelo sequestro, parece-me, assim, a absorção pela delinquência do espírito do empreendedor capitalista: o que os capitalistas alcançam através dos juros, dos preços extorsivos, da apropriação crescente das riquezas sociais, o sequestrador realiza pela chantagem emocional. Parece-me que a injustiça social é o motor de tudo. Acho que matar o sequestrador não resolve a situação, muito menos infundir-lhe o temor do Deus, o qual, aliás, ele perdeu diante da incrível desumanidade que é nossa sociedade.

É claro que o sequestrador não busca "vingança" contra o rico, quando se faz sócio compulsório de parte de sua riqueza. O que ele busca é tornar-se também rico, desprezando qualquer fronteira ética, e gozar a vida. Não há nada de Robin Hood nos sequestradores e em suas organizações "empresariais", tal como não existe, nos capitalistas, qualquer espírito de Madre Teresa de Calcutá, o que explica a dramática situação dos trabalhadores e a ausência de horizontes para os pobres. Esses ladrões de dinheiro grosso, os sequestradores, exibem, na verdade, em seu nível de organização e em sua frieza de ação, o espírito do capital. A diferença é que a lei os pune.

A explosão dos sequestros é uma grave advertência à sociedade: as favelas e periferias pululam de jovens desesperados, descrentes da sociedade. E por trabalharem com os valores do capital — que absorvem até pelos desenhos animados da televisão — buscam a "salvação" individual e estão cada vez mais decididos a

participarem da festa dos ricos, na marra.

Antônio Álvaro da Silva
Rio de Janeiro - RJ



Memórias de Neiva

Nos últimos tempos, entre os vários livros que andei lendo, três me deixaram forte impressão — por serem depoimentos de vidas ricas no envolvimento político-social da nossa época e do nosso meio, registrando a História a que temos assistido e vivido. São eles: "Minha razão de Viver", de Samuel Weiner; "Ideologia e Circunstância", de Clidenor Freitas, e esse excelente "Pilão da Madrugada", de Neiva Moreira, que dispensa comentários, pois o pilar desse pilão nos conduz e nos orienta pelos meandros do mundo, além das chapadas de São João dos Patos, reduto de Dona Noca, e nos traz os ecos de um passado que nos acostumáramos a ver em lances de presentes televisionados, ainda recente e vívido no panorama ecmnésico de vinte ou trinta anos à derri'ère.

Sou assíduo leitor de cadernos do terceiro mundo; gosto do tema, pois faz parte de nós mesmos.

Humberto Soares Guimarães
R Hugo Napoleão, 1475
CEP: 64.050
Teresina-Piauí



Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106
20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: (021) 252-7440/222-1370
Assinaturas: Tel.: (021) 252-7440
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Subeditores: Roberto Remo Bissio, Claudia Guimarães, Procópio Mineiro
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA).
Fotos: Agence France Press (AFP).

Redação: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)
Revisão: Cléa Márcia Soares
Depto. de Arte: Pedro Toste (editor)
Centro de documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira
Banco de Dados: Macário Costa
Administração: Henrique Menezes
Circulação e Assinaturas: Mauro Antonio Mendes

Sede de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/1º andar
Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

Sucursal do Rio de Prata

Diretor: Roberto Remo Bissio
Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192
Montevideo, Uruguai

R Florencio Sánchez S/N

Santa Rosa

CP 90500

Canelones - Uruguay

• Murilo Jorge Pereira Gomes Filho

Caixa Postal 593

57000 - Maceió - AL

• Gabriel Pedro

R B Flamingo

PO Box 1401

Benguela - Angola

• Gustavo Diogo dos Ramos

Rua de Avenida Giovani

C.P. 44

Residência - Ribouque

Sao Tome

• Domingos Sebastiao La Costa

Caixa Postal 2069

Luanda - Angola

• Delva dos Reis de Souza

Av P. Kennedy 182

Centro

39440 Janauba - MG

• Augusto Severo Martins da Fonseca

Av Manoel Borba 19

56800 - Afogados da Ingazeira - PE

• José Petrucio M da Silva

Rua Santa Terezinha 158

Centro

57300 - Arapiraca - AL

INTERCÂMBIO

• Gadjay Choquisso Francisco

P.O. Box 2694

Maputo - Moçambique

• Maria Eugenia Colman Sicilia

25 de Agosto 859

Libertad San Jose

CP 80100

Uruguay

• Andres Eudardo Fernandez Gonzalez

INVE block 2 Apto 006

Pan de Azúcar - Maldonado

CP 20300

Uruguay

• Genivando da Costa Alves

R Francisco Tavares 87

Jardim Planalto

58175 - Cuieté - PB

• Flávio Roberto Wolff

Rua Emílio Sturm 91

Guarujá

95630 - Parobé - RS

• Samerson Aurelio Ramos de Santana

Av Leopoldo de Bulhões Q 18 Lote 25

Conj Vera Cruz I

75710 - Goiânia - GO

• Lorena Sierra Santángelo

SÓ PARA ASSINANTES

Renove sua Assinatura com até

20%

de desconto

Assinatura normal: Cr\$ 3.000,00

Escolha sua opção:

Renovação por 1 ano: Cr\$ 2.700,00

Renovação por 2 anos: Cr\$ 4.800,00

Renovação por 1 ano

mais 1 amigo como assinante

por 1 ano: Cr\$ 5.100,00

Renovação por 2 anos

mais 1 amigo como assinante

por 1 ano: Cr\$ 7.050,00

Nesta opção você ganha

1 livros-brinde



Pagamento por:

Cheque nominal, Vale Postal,

Reembolso Postal ou Credicard.

Qualquer dúvida ligue

(021) 252-7440

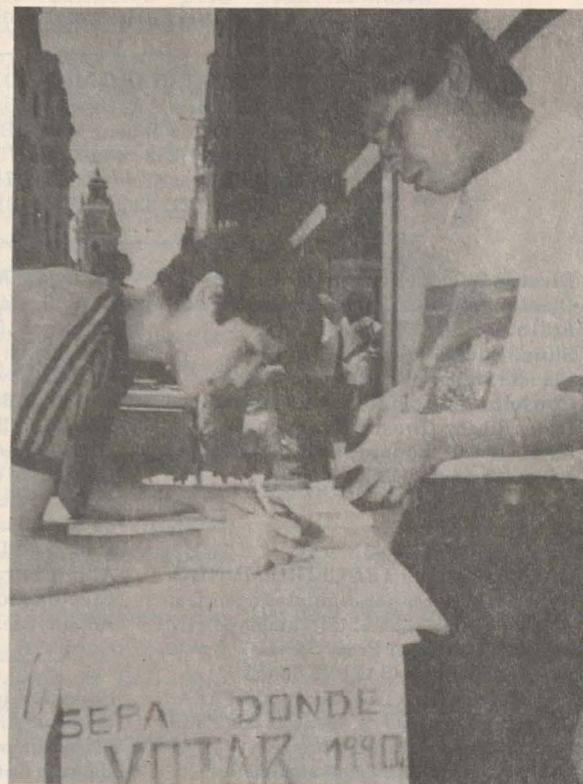
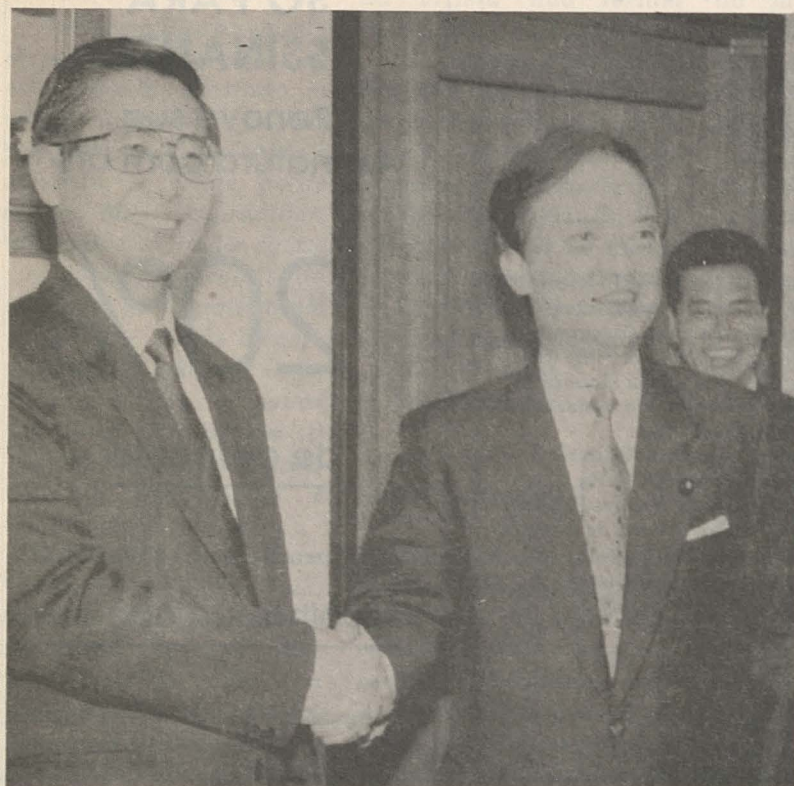
Editora Terceiro Mundo

Rua da Glória 122 Grupo

105/106 - Glória

20241 - Rio de Janeiro - RJ

Telex: (021) 33054 CTMB-BR



As conversações mantidas no Japão levaram Fujimori a mudar o programa defendido antes da eleições

Uma guinada de 180 graus

O plano econômico inicial de Fujimori era diferente do que foi implantado. Segundo seus autores, ele teria permitido sair da hiperinflação sem recorrer à clássica receita do FMI, com suas sequelas de recessão e aumento do desemprego

Durante a campanha eleitoral do segundo turno, o atual presidente do Peru se contrapôs ao candidato conservador Mario Vargas Llosa, apresentando um programa econômico que rejeitava o choque ortodoxo e assegurava a proteção do salário real. Isso serviu para que ganhasse a simpatia de numerosos segmentos da população que tinham feito a opção de voto pela esquerda e pelo Apra, no primeiro turno.

Alberto Fujimori arrebatou assim o voto contra Vargas Llosa e ganhou por ampla margem. Depois de assumir, no entanto, o novo presidente surpreendeu o país com medidas que pouco diferem do que prometia seu adversário e que o eleitorado repudiou.

Por que o presidente Fujimori decidiu dar essa virada de 180 graus e que chegou a ser qualificada como uma traição ao

mandato das urnas? **terceiro mundo** conversou sobre essa questão com Alberto Espejo¹, um dos economistas da Universidade Católica de Lima que elaborou o plano econômico usado por Fujimori para derrotar o escritor Vargas Llosa².

O programa foi mantido em sigilo e seus autores só decidiram torná-lo público depois que Fujimori, eleito presidente, optou por abandonar suas propostas e aplicar um choque ortodoxo de estabilização, cujos conhecidos efeitos já estão começando a se evidenciar, principalmente pelo aumento das tensões sociais.

Um caminho diferente – “Vargas Llosa apresentou um programa ortodoxo de combate à inflação, complementado por uma política liberal de comércio exterior e de movimento de capitais. Ou seja,

um modelo de economia sem autonomia própria em relação aos principais mercados internacionais", explicou Espejo.

Frente a essa proposta, os economistas da Universidade Católica elaboraram um plano alternativo, que não incluía recessão e nem supunha a queda drástica do salário real como oferecia a Frente Democrática (Fredemo). "Optamos por dar prioridade a uma reforma monetária, com o objetivo de eliminar a inércia inflacionária da economia peruana", disse o economista.

Espejo deu o seguinte exemplo: "Entre setembro de 88, quando se detonou o processo hiperinflacionário no Peru, e junho de 1990, o salário mínimo real teve uma queda de 70%, e foi fixado em torno de 35 dólares por mês. Objetivamente, é uma quantia irrisória para se viver. O que a nossa equipe buscava era que esse salário não diminuísse mais; pelo contrário, pensávamos em melhorá-lo muito".

O economista assinalou que essa meta era viável porque, neste momento no Peru, o nível de lucro dos empresários por unidade de produto é altíssimo, a tal ponto que hoje é muito mais barato para um peruano consumir em Miami do que no próprio país.

Com ligeiras modificações nessa situação, era possível, no início do programa de estabilização, aumentar o salário. Essa foi a opção feita pelos economistas da Universidade Católica de Lima, que batizaram o seu plano de "Reforma Monetária", e apresentaram-no ao então candidato Fujimori.

Virada inexplicável - "Ele o aceitou, qualificando-o de 'excelente plano de governo'. No único debate que teve com Vargas Llosa, esse foi seu grande argumento na discussão sobre a inflação", explica Espejo.

Ao contrário de Vargas Llosa, Fujimori falou de reforma monetária, de inércia inflacionária, de não baixar os salários reais, de manter o nível de produção. "Aquele foi um excelente momento político do atual presidente", afirmou o professor peruano.

Segundo ele, se poderia afirmar que foi o plano econômico que permitiu a Fujimori ganhar a eleição, e por ampla margem. O atual presidente obteve 64% contra pouco mais de 20% de Vargas Llo-

sa. Justamente, segundo Espejo, porque as pessoas votaram *contra* o candidato conservador por não aceitarem a sua proposta econômica.

O fato de Fujimori ter apresentado um plano alternativo, o teria ajudado muito. "Não digo que tenha ganho porque nós lhe demos esse plano, mas acredito que o seu discurso, totalmente diferente do de Vargas Llosa, fez com que conquistasse o apoio dos que estavam contra o choque econômico proposto pela Fredemo", afirmou o economista.

Como explicar, então, que depois de ganhar as eleições Fujimori tenha mudado de idéia? Aparentemente, Fujimori foi mudando de mentalidade porque sentiu a pressão dos organismos internacionais. Em particular na sua visita a Nova Iorque e Japão, sentiu muito a pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do próprio governo japonês. O governo de Tóquio condicionou todo apoio à aceitação pelo Peru de um plano dentro das características que o FMI está impulsionando na América Latina.

Por isso, ao regressar de sua viagem ao exterior antes mesmo de tomar posse, Fujimori já estava decidido a aplicar uma política radicalmente ortodoxa. Segundo Espejo, o presidente estava convencido

de que, aplicando um plano desse tipo, os organismos internacionais lhe dariam ajuda financeira para sustentar os programas sociais do seu governo.

O Peru necessita atualmente de 1,5 bilhão de dólares a fundo perdido, para um simples programa de emergência social, sem sequer se pensar em crescimento do salário real. Esse dinheiro seria necessário para recuperar minimamente as condições de vida da população, sumamente deterioradas nos últimos três anos.

"Fujimori tem a esperança de receber esse dinheiro dos organismos internacionais", disse Espejo. "Ele inclusive afirmou em entrevista coletiva no dia seguinte à sua posse, que iria manter muito boas relações com os organismos internacionais para, dessa forma, receber crédito em condições brandas, ou até mesmo doações para o plano de emergência social que ele queria montar", lembrou o economista da PUC peruana.

"O problema é que um plano ortodoxo não vai solucionar a questão inflacionária no Peru. A experiência dos últimos 15 anos mostra que todos os choques ortodoxos aceleraram a inflação em vez de diminuí-la", afirmou Espejo.

O Peru é um país no qual a inflação surgiu muito tarde, se for comparado com outras nações da América Latina. So-



Lima: a proliferação dos camelôs retrata a crescente pobreza da população



Vargas Llosa: sua proposta econômica assustou os peruanos

mente a partir de 1974, o fenômeno inflacionário começa a existir. E os choques ortodoxos aplicados desde então, só aceleraram o processo inflacionário e diminuíram o salário real (em 1974, o mínimo equivalia a 300 dólares!).

"Fujimori traiu o voto popular – disse Espejo –, traiu a opção de mudança que representava seu partido, o recém-formado Cambio 90."

Por isso, um mês antes da posse do novo governo, o grupo de trabalho da Universidade Católica decidiu sair da

tas nesse sentido se confirmaram. O novo governo ficou amarrado às diretrizes do FMI, e no mês de setembro, o Peru reiniciou seus pagamentos internacionais.

O plano alemão de 1923 – O programa apresentado pelo departamento de Economia da Universidade Católica a Fujimori, não propiciava a aplicação de medidas similares às que foram utilizadas nos chamados planos heterodoxos, como foram o "Plano Cruzado", o "Plano Inti", aplicado por Alan García, ou o "Pla-

equipe econômica presidencial e mostrar ao país que existia uma alternativa ao plano ortodoxo, e que o choque de Fujimori seria extremamente nocivo para o Peru.

As previsões mais pessimis-

no Austral" implementado por Alfonsín, na Argentina. Não tencionava em nenhum momento realizar um congelamento de preços e salários, nem criava regulamentos excessivos sobre a economia, como nos casos do *cruzado*, do *austral* ou do *inti*.

"Na verdade – julgam seus autores – poderíamos dizer que recorria à experiência vitoriosa do plano alemão de 1923, um programa de estabilização que derrotou a hiperinflação, criando uma moeda indexada ao dólar."

A idéia era reproduzir aquele plano na economia peruana. Para isso estava prevista a criação de uma moeda nova, o *amaru*, indexada ao dólar. "Dessa forma, poderíamos coordenar todos os agentes para que passassem a se guiar pela inflação do dólar e não pela inflação passada", explica Espejo. Esse era o objetivo da primeira etapa do plano. "Em uma segunda etapa, com uma inflação praticamente zero, o tipo de câmbio, com a intervenção do Banco Central, ficaria fixado na nova moeda, em relação ao dólar", disse.

A vantagem desse plano, na opinião de seus autores, era que inicialmente não se previa uma queda do salário real, nem supunha recessão. Outro grande mérito era que ele obrigaria a renovar e reformar o sistema financeiro peruano.

"Ao contrário do que acontece no Brasil e em outros países onde o sistema financeiro tem a capacidade de captar a riqueza em dinheiro do país, no Peru as taxas de juro real são negativas, e, por isso, o dólar comanda a economia", afirmou o economista.

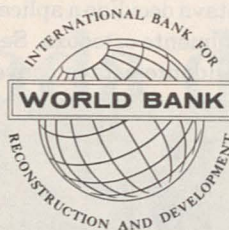
Por isso o plano dos professores da PUC de Lima procurava reformar o sistema bancário, de forma a adaptá-lo para captar a poupança nacional. Espejo dá um exemplo: "No Peru, existem atualmente en-

Demissões em massa

Milhares de demissões em Lima foram as primeiras sequelas da recessão que sacode a indústria peruana como consequência das drásticas medidas de ajuste adotadas pelo governo Fujimori a 8 de agosto. Autoridades, empresários e dirigentes sindicais – mesmo não podendo fornecer ainda dados exatos sobre o número de operários despedidos – coincidem em que não seria menor de 300 mil. E também são da opinião de que a recessão atual no Peru é a pior dos últimos 20 anos.

As pequenas e médias empresas, que representam 85% da indústria nacional, foram as mais afetadas pelo programa de ajuste, que incluiu um aumento de mais de mil por cento nas tarifas de luz elétrica, e o fim dos subsídios. Também subiram drasticamente os preços dos fertilizantes e pesticidas, causando grandes problemas à agricultura, que já está afetada pela suspensão dos subsídios.

O comércio também sofreu as consequências do plano, em particular as lojas de roupa. No setor de confecções, onde a mão-de-obra é



Banco Mundial e FMI: pressionando Fujimori

majoritariamente feminina, 30% dos trabalhadores já perderam o emprego e mais outros 30% foram colocados em regime de férias coletivas.

Enquanto isso, chegou ao Peru a meados de setembro uma missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para avaliar os resultados de programa de Fujimori, e estudar a possibilidade de reabrir o crédito ao país. (O Peru teve o seu crédito internacional suspenso depois da moratória declarada por Alan García.) Com o mesmo objetivo também se deslocaram à capital peruana uma delegação do Banco Mundial, outra da Corporação Andina de Fomento (CAF) e uma terceira, do governo do Japão.

tre 1,5 e 2 milhões de dólares, em papel-moeda, circulando na economia ou simplesmente debaixo do colchão. Desta forma, ele foge ao controle do Banco Central".

"A criação de uma nova moeda, indeixada, ia permitir reconstruir o sistema financeiro e incorporar toda essa riqueza que está ociosa. Desta forma, poderíamos financiar, depois, a etapa de crescimento da economia peruana."

Havia, ainda, outra vantagem, segundo estimam os economistas da Universidade Católica: caso o plano fracassasse ("depois de tudo o que tem se passado na América Latina, sabemos que qualquer plano de estabilização pode fracassar"), a queda do salário real seria mínima em comparação com a que produziria o fracasso de um plano ortodoxo. "Em segundo lugar, um fracasso deste plano alternativo não provocaria uma recessão maior que a atual. Por outro lado, teria sido reformado o sistema financeiro peruano", disse o economista.

Esquerda e inflação - Na opinião de Espejo, no Peru, não só os partidos de direita como também de esquerda, "com argumentos diferentes", estão convencidos da necessidade de um choque ortodoxo. Isso teria retirado o apoio a um plano como o da equipe da PUC.

A esquerda peruana, na sua opinião, não tem uma proposta diferente para responder ao fenômeno inflacionário. Tanto a frente Esquerda Unida quanto a Esquerda Socialista, através de seus economistas, manifestaram, antes mesmo do primeiro turno, que era necessário um plano de ajuste. "Alguns o chamam de 'Ajuste com fisionomia humana', outros 'Ajuste social'. Mas todos coincidem na necessidade de fazer um ajuste drástico para estabilizar a economia", afirma.

Para Espejo essa seria a explicação da presença de três ministros de esquerda no ministério de Fujimori (dois da Es-

querda Socialista e um da Esquerda Unida). "No fundo, não existe uma interpretação diferente dos problemas de curto prazo da economia peruana".

Porém, Espejo aceita que com os efeitos sociais negativos do programa de Fujimori, as bases desses partidos questionarão a presença de seus dirigentes no atual ministério.

"Acredito que não é só um problema da esquerda peruana, e sim das esquerdas da América Latina. Os economistas



Uma greve dos bancários provocou longas filas em frente às agências

marxistas não têm conseguido interpretar a inflação em termos distintos. Não existe uma grande diferença entre o que eles propõem e as soluções defendidas pelos monetaristas clássicos", disse Espejo. Todos eles tratam o problema inflacionário com a teoria quantitativa do dinheiro e isso os teria levado a oferecer soluções de estabilização com planos muito duros, muito ortodoxos.

Nesse contexto, a proposta dos economistas da Universidade Católica estava isolada no quadro da discussão macroeconômica no Peru. No entanto, era um plano que - segundo seus autores - o FMI poderia ter aceito. "Isso é uma coisa que Fujimori não chegou a entender", estima Espejo. "Inclusive, nas negociações que tivemos com banqueiros e empresários peruanos para a elaboração do programa, eles se mostraram muito atraídos por nossa proposta".

O futuro a médio prazo - O governo de Fujimori não conta com a maioria no Congresso. Nessas condições, suas chan-

ces de êxito a médio prazo dependem em grande medida da relação que estabeleça com o Parlamento, onde agora existem quatro minorias significativas: Cambio 90, Fredemo, Apra (partido do ex-presidente Alan García) e a esquerda.

"O resultado eleitoral obriga o presidente a negociar com seus aliados do segundo turno para conseguir sancionar seus projetos. Mas eventualmente pode, inclusive, negociar com a Fredemo. Há uma situação onde pode se esperar que cada lei seja negociada em separado", afirmou Espejo.

Por outro lado, as tréguas que os grupos armados decretaram foram feitas em função de uma expectativa de transformações populares positivas. Por isso é de se esperar um aumento da violência. "Dentro desse contexto, um governo frágil como é o de Fujimori necessitaria concentrar todo seu esforço em tratar de salvaguardar em primeiro lugar a democracia, porque a possibilidade de que desmorone é muito grande". Mesmo com um sistema político estabilizado, na opinião de Espejo, não se poderá voltar a um bom nível de crescimento nos próximos cinco anos.

"Consolidar a democracia e voltar a crescer não é só a tarefa do governo de Fujimori no Peru. É o desafio comum à maioria dos países latino-americanos", afirmou Espejo. Para ele, se conseguirmos sair vitoriosos, no ano 2000, argentinos, chilenos, brasileiros, bolivianos, uruguaios, paraguaios, peruanos, poderemos dizer: "Nossos países são hoje solidamente democráticos e estamos em condições de decolar".

Marcelo Montenegro

¹ Alberto Espejo é professor de Macroeconomia da Universidade Católica de Lima. Em 1988 e 1989 trabalhou como professor convidado de Economia Internacional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), e em 1989 ganhou o prêmio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com seu trabalho *O programa de estabilização heterodoxo, a experiência comparada da Argentina, Brasil e Peru*.

² O plano alternativo está assinado pelos economistas Oscar Dancourt, Alberto Espejo, Farid Matuk, Waldo Mendoza e Alan Fairlie.

Nuvens negras no horizonte

O descontentamento civil com o pacote econômico e o mal-estar de alguns grupos militares com as evidências de fraude na última eleição criam um clima pesado neste sexto mandato do presidente Balaguer

María Helena Jiménez

As dezenas de mortos e feridos que deixaram as greves gerais decretadas pelas centrais sindicais (*Colectivo de Organizaciones Populares e Coordinadora Sindical de la Nación*) em protesto pelas medidas econômicas adotadas pelo novo governo, confirmaram os temores de muitos analistas de que o sexto mandato não será fácil para Joaquín Balaguer.

Contrariando todas as expectativas pré-eleitorais, o velho presidente conservador, de 83 anos, candidato do Partido Reformista Social-Cristão (PRSC), derrotou nas eleições de 16 de maio passado o seu maior adversário, Juan Bosch (de 80 anos), do Partido da Libertação Dominicana (PLD), e também ex-presidente.

Mas o processo de consulta popular mereceu severas críticas de parte dos observadores internacionais e foi muito questionado internamente. Não só houve



As eleições que deram a vitória a Balaguer foram marcadas pelas denúncias de fraude



numerosas denúncias de fraude como chamou a atenção o elevado número de abstenções: mais de um milhão e trezentas mil, num total de pouco mais de três milhões e duzentos mil eleitores.

Balaguer obteve somente 20% do total dos votos, porém o suficiente para obter uma vantagem de 19 mil sufrágios sobre Bosch. O terceiro colocado foi José Francisco Peña Gómez, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), de tendência social-democrata. Foi Peña Gómez que questionou, juridicamente, os

resultados, exigindo a recontagem dos votos. Mas de nada adiantou: a Justiça Eleitoral recontou os votos e confirmou a vitória de Joaquín Balaguer.

Um clima de tensão – Dias antes da eleição, a população foi em massa aos supermercados, feiras e lojas em geral, para fazer compras e estoques dos produtos da cesta básica. Com a experiência de casos anteriores, o povo temia que, mais uma vez, a eleição pudesse derivar em incidentes políticos de consequências imprevisíveis.

Apesar de 18 partidos terem participado das eleições, desde o início da campanha estabeleceu-se a polarização entre os dois velhos caudilhos do país, Balaguer e Bosch. Como assinala o cientista político Pablo A. Marín, professor da Universidade Nacional Autónoma do México, “a única coisa em comum que têm ambos os líderes é que são octogenários, pois, na verdade, as suas concepções políticas são diferentes e respondem a interesses nacionais opostos”.

Segundo Marín, “Bosch conta com o apoio das camadas sociais mais progressistas, em particular a juventude, a classe operária e os profissionais liberais urbanos. Balaguer, pelo contrário, tem os seus redutos eleitorais entre os setores mais conservadores, entre eles, os cam-

poneses, grande parte das mulheres da classe média e dos setores populares urbanos, e os latifundiários”.

Até a igreja e alguns setores militares se envolveram na campanha. E certamente não foi a favor de Bosch. Nesse sentido, é importante mencionar que o atual comandante das forças armadas, general Wessin y Wessin, foi o responsável pelo golpe de estado que depôs Bosch, em 1963, e quem, em 1965, apoiou a invasão das tropas norte-americanas, para impedir que Bosch assumisse o poder.

O recurso da fraude – Como nem a pregação da igreja, nem as pressões militares conseguiram tirar do presidente deposto a dianteira nas pesquisas pré-eleitorais, o jeito, para os conservadores, foi apelar, novamente, para o jogo sujo. Valia tudo para tirar votos de Bosch, desde alterações grosseiras nas atas eleitorais, até impedir a realização da consulta popular, como aconteceu em várias localidades do interior onde o dirigente do Partido da Libertação Dominicana tinha grande força.

E não faltaram outras irregularidades, como a compra de títulos eleitorais, à qual o Partido Reformista de Balaguer teria destinado quase 15 milhões de dólares, segundo documentadas denúncias. Os títulos eram comprados do eleitor a 50 dólares cada um, para que essas pessoas não pudessem votar.

“Imaginem – disse Bosch, quando formulou a denúncia – com a quantidade de gente pobre que há no nosso país, quan-



Bosch: “A democracia não pode funcionar onde existem estômagos vazios”

tos não sentiram pena de não ter três ou mais títulos eleitorais...” E acrescentou, o ex-presidente: “Por essa razão confirmo a minha convicção de que onde há estômagos vazios não pode funcionar de maneira correta a democracia”.

Outras fraudes denunciadas foram o voto dos militares, o que está proibido pela Constituição, e o voto tradicional dos defuntos.

Perspectivas sombrias – A República Dominicana tem uma dívida

externa de 5 bilhões de dólares e uma inflação de 90% ao ano. Cifras essas consideradas alarmantes para uma economia débil, que vive basicamente dos serviços, da agricultura e poucas indústrias manufatureiras. O desemprego já atingiu o patamar de 35% da população economicamente ativa.

Nesse quadro, caiu como uma bomba o anúncio das drásticas medidas adotadas por Balaguer, bem nos moldes do Fundo Monetário, que elevaram os preços da cesta básica e dos serviços essenciais.

O povo se sente duplamente traído: tanto pela fraude eleitoral quanto pelo pacote de Balaguer, que inclui a demissão de milhares de funcionários públicos que votaram em Juan Bosch, numa clara perseguição ideológica. E não é só no meio civil que é grande o descontentamento (agravado depois da sangrenta repressão às greves). Também nas fileiras militares têm havido surtos de insubordinação, em função da fraude eleitoral, o que teria levado à detenção de vários oficiais. Essa versão foi desmentida pela cúpula das forças armadas, porém a insistência com que circulou nos meios políticos fez com que fosse considerada como verdadeira pela maior parte dos partidos.

Mesmo a igreja, que em geral apoiou Balaguer, fez algumas denúncias. O bispo da localidade de Barahona, por exemplo, afirmou que “é notório que houve votos que foram tirados de determinado partido através da compra dos títulos, fato que explica o porquê da elevada abstenção em determinados distritos”.

Como assinala o professor Pablo Maríñez, tiveram repercussão, também, as denúncias realizadas por quatro prestigiadas instituições que participaram das apurações e do cotejo das atas. Trata-se da Fundação Testemunho, da Fundação 30 de Maio, da Ação Pró-Pátria e do Comitê de Apoio Institucional. Todas elas afirmaram que houve “sérias irregularidades” nas apurações.

Por tudo isso, é grande hoje a preocupação no Caribe em relação ao futuro político institucional da República Dominicana, que tem uma longa história de intervenções estrangeiras e de golpes de estado.



O aumento do custo de vida já provocou choques de rua entre o exército e manifestantes

Uma eleição cheia de incertezas

A decisão de adiar a consulta popular marcada para o próximo mês e a falta de sensibilidade do governo em relação às reivindicações da sociedade fazem crescer os temores de um novo retrocesso político

Micaela Ramada

As eleições gerais no Haiti, previstas para 4 de novembro, não vão ser realizadas nessa data, "por razões materiais, técnicas e financeiras", segundo alegou o Conselho Eleitoral Provisório (CEP). Até 5 de outubro, os eleitores tinham prazo para tirar o seu título, e não está ainda definida a nova data do pleito. No entanto, os preparativos formais continuam.

A 4 de setembro, o governo do Haiti assinou um acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA) para regulamentar a presença de observadores estrangeiros nas eleições presidenciais. O acompanhamento internacional da consulta popular foi solicitado pela presidenta interina, Ertha Pascal Trouillot. E o pedido foi aceito pela OEA no decorrer da vigésima assembleia, quando foi aprovada a assistência ao governo provisório através do envio de uma missão de observadores provenientes dos diferentes países membros da organização.

A OEA já enviou alguns delegados ao Haiti e não autorizou ainda a viagem da missão completa devido ao atraso no calendário eleitoral.

Recentemente visitaram Porto Príncipe, a capital haitiana, o ex-presidente norte-americano James Carter e o atual



É forte a presença dos militares no governo da presidenta Trouillot

vice-presidente, Dan Quayle. Para analistas independentes, o fato demonstra o interesse de Washington na realização de eleições, "a qualquer preço".

Na opinião do cientista político Gérard Pierre-Charles (ver **terceiro mundo** nº 128), os Estados Unidos desejam ver instalado no Haiti um governo com legitimidade eleitoral, porém que seja fiel aos seus interesses no país e no Caribe. Daí a enorme quantidade de recursos que já investiram no processo eleitoral, e que destinaram ao governo in-

terino de Trouillot.

Durante a sua recente visita a Washington, a presidenta haitiana recebeu da Casa Branca a promessa do envio de três milhões de dólares para financiar as eleições, fora os 41 milhões que anualmente os Estados Unidos destinam ao Haiti como ajuda econômica e em alimentos. Outros dez milhões de dólares adicionais seriam liberados para o ano fiscal de 1991, que começa neste mês de outubro. (O governo norte-americano suspendeu em 1989 toda a assistência ao Haiti, como consequência das denúncias de violações aos direitos humanos, por parte do regime do general Avril.)

Quebra de braço — A aspiração de Washington de realizar eleições no Haiti para concluir o "processo de transição" coincide com os anseios populares. Porém, o povo haitiano, que experimentou desde a derrubada de Duvalier, há quatro anos, o sabor da liberdade e avançou na sua consciência política, já não aceita eleições fraudulentas, nem manipuladas à distância pelos norte-americanos.

Nesse contexto, na opinião de Gérard Pierre-Charles, é cada dia mais visível o fracasso do atual governo — uma continuação civil dos regimes dos generais

Namphy e Avril — em satisfazer as demandas de mudança social e de vigência das liberdades democráticas. Daí a atual queda de braço, entre a população — através dos seus movimentos representativos — e o governo, para conduzir o processo eleitoral no rumo que cada um deseja.

O povo quer eleições limpas e a punição aos culpados de violações aos direitos humanos. Essas reivindicações, aliás, foram atendidas pelo Conselho de Estado¹, que se dispunha a colocar no banco dos réus dos tribunais os carrascos



Como na época de Avril (abaixo), o exército continua controlando a sociedade civil da ditadura duvalierista.

O fato causou um conflito entre esse órgão e a presidenta Trouillot, que assumiu sem disfarces a sua simpatia pelo antigo regime. A atitude da presidenta deu força aos setores mais agressivos do regime deposto, que a interpretaram como uma espécie de sinal verde para o reinício das suas ações criminosas.

“Nesse contexto – escreve Gérard Pierre-Charles – um atentado contra o Conselho de Estado, em 21 de junho passado, causou a morte do conselheiro Serge Villard, representante do setor privado, e do sindicalista Jean Marie Montes”.

Outro fato que deteriorou o ambiente político foi o regresso do ex-chefe dos *Tonton Macoutes* Roger Lafontant, e do ex-general William Regala, ex-ministro do Interior de Henry Namphy, acusado de ser um dos responsáveis pela repressão desencadeada durante as eleições de 1987.

Foi nesse clima tenso que ocorreu a visita do vice-presidente norte-americano Dan Quayle. Ele disse, na sua visita ao palácio presidencial de Porto Príncipe, dirigindo-se a oficiais militares, que “os Estados Unidos não desejam mais mortes, nem golpes, nem intimidações”. E acrescentou: “Queremos eleições”.

Porém, pouco depois, a Casa Branca anunciou a entrega de equipamentos militares no valor de um milhão e duzentos



mil dólares ao exército haitiano, para ajudar na realização das eleições.

A decisão de Washington foi interpretada pelas forças progressistas haitianas como um apoio claro ao projeto do governo da senhora Trouillot, de utilizar o exército para controlar o movimento reivindicativo da sociedade.

Eleições livres e repressão não combinam. Daí os temores dos setores mais esclarecidos da população, de que esteja sendo preparada alguma armadilha, como a que transformou as eleições de novembro de 1987 num verdadeiro massacre.

¹ O Conselho de Estado foi criado quando caiu o general Avril e coube à presidenta do Supremo Tribunal de Justiça, Ertha Trouillot, assumir a presidência. Foi então que os diversos integrantes da oposição democrática conseguiram a sua co-participação no governo, através de um Conselho de Estado. Ele funciona como contrapeso do poder militar e ficou integrado por 19 membros, todos eles civis, entre os quais se destacam figuras de longa trajetória nas lutas democráticas, como o dr. Louis Roy e a socióloga Suzy Castor

A Geografia do voto no Brasil

Eleições 1989

Fernando Cotrim

- Uma análise geopolítica do voto nas últimas eleições presidenciais.

- 13 mapas eleitorais.

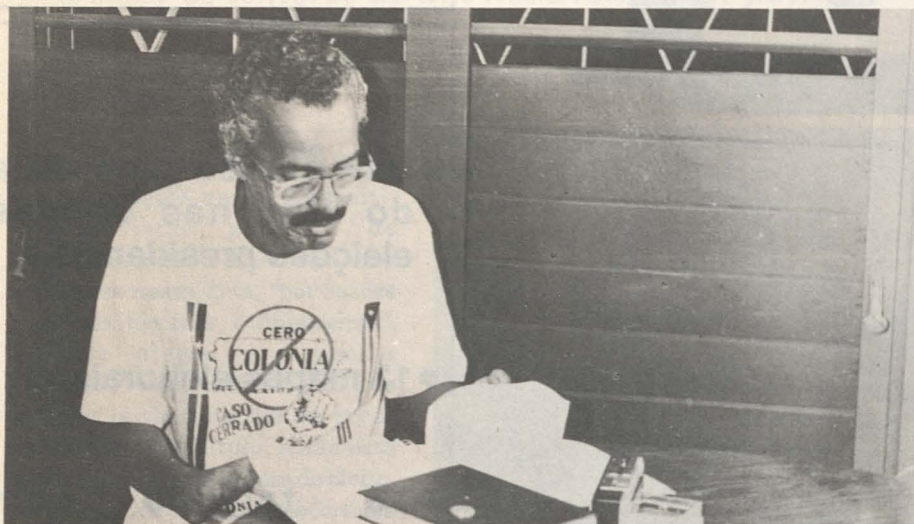
- 13 tabelas com resultados do 1º e 2º turnos.

Cr\$ 1.000,00

Mande um cheque nominal ao **IBASE**,
Rua Vicente de Souza, 29
22251 - Rio de Janeiro.
Ou peça pelo telefone
(021) 286-0348.

Um nacionalista de pura cepa

Condenado nos EUA a 99 anos de prisão, a causa de Guillermo Morales é a independência do seu país



Guillermo Morales: um preço alto por lutar pela independência

Víctor Bosh

“Nossa luta está respaldada pela Resolução 2621 da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se estabeleceu que o colonialismo é um crime. Portanto, os povos têm o direito à autodeterminação e independência, utilizando todos os métodos de luta. Desde 1979, o Comitê de Descolonização da ONU tem considerado Porto Rico como uma colônia”, diz Guillermo Morales.

Nascido em Nova Iorque numa família porto-riquenha, Morales aos 25 entrou para as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), uma organização guerrilheira que luta pela independência da ilha.

Em 1898, os Estados Unidos se apoderaram de Porto Rico. “Desde então, nunca mais saíram. Hoje, têm 13 bases

militares, que ocupam 15% do território. Várias ações contra países latino-americanos tiveram como trampolim essas bases”, lembra o militante nacionalista. E cita os casos mais importantes: a invasão da República Dominicana em 1965; a de Granada, em 1983; a colaboração dada aos ingleses durante a guerra das Malvinas. “Essas operações militares foram possíveis graças ao sistema de radares que os Estados Unidos instalaram em Porto Rico”, diz Morales.

Quando ele tinha apenas dois anos, os Estados Unidos declararam Porto Rico como “Estado Livre Associado”, estatuto que pretende ocultar a natureza colonial da relação com a ilha caribenha. “Por isso, com nossas ações fizemos com que a comunidade internacional prestasse atenção ao tema de Porto Rico”, afirma. “Nosso centro de operação são as grandes

idades norte-americanas e os objetivos são suas bases militares, as empresas transnacionais e os bancos. Combatemos o poder econômico, político e militar que impede a soberania do nosso povo”.

Aos 39 anos, Morales tem muitos cabelos brancos. Sua fala pausada e clara contrasta com a tristeza que emana de seu rosto marcado pelos estilhaços de uma bomba. Conversamos em Havana, onde Morales vive exilado, desde junho de 1988.

Dez anos antes, em Nova Iorque, este combatente nacionalista perdeu suas mãos quando explodiu uma bomba que ele manuseava.

“Fui preso na hora. Tinha as mãos decepadas e a cara desfigurada. Me levaram para um hospital, mas a polícia impediu o replante das minhas mãos. Os meus dedos foram guardados em formol, como evidência do meu delito”.

Seus advogados impetraram um recurso judicial para conseguir que melhorasse sua assistência médica. Assim, conseguiu salvar um olho, que estava seriamente comprometido.

A Corte Suprema Federal o acusou de porte ilegal de armas e explosivos. Um Tribunal do Estado de Nova Iorque lhe moveu outro processo, pelo mesmo motivo. “Me mantiveram numa cela de segurança máxima. Me alimentavam como se fosse um cachorro. Comia diretamente no prato, ninguém podia me ajudar. Meus advogados continuaram pressionando para conseguir uma melhor atenção médica. Por fim, me transferiram para o hospital de Bellevue. Estava num terceiro andar, sozinho e com um guarda permanente. Só me restava escapar pela janela...”

Usando as bandagens como corda para fugir pela janela – apesar de já não ter mãos – conseguiu escapar no dia 21 de maio de 1979, à meia-noite. “Foi um duro golpe para os serviços de segurança norte-americanos. O FBI me declarou inimigo público número um. A Justiça me condenou duas vezes, a Corte Federal a dez anos e a Corte do Estado de Nova Iorque a 89 anos de prisão”.

A defesa de Morales utilizará posteriormente esta circunstância para pedir a anulação da segunda sentença, já que a Constituição estabelece que ninguém poderá ser julgado duas vezes pelo mesmo

O esperado plebiscito

"Chame de volta suas tropas. O povo de Porto Rico tem suficiente inteligência, capacidade e senso comum para tomar suas próprias decisões". Com essas palavras, o atual governador de Porto Rico, Rafael Hernández Colón, um defensor do status de "Estado Livre Associado", acusou o presidente Bush de exercer uma "forte pressão política" sobre os habitantes da ilha para que aceitem a anexação a seu país.

O Congresso norte-americano está a ponto de aprovar uma lei que permi-



Rafael Hernández Colón

tirá aos 3,3 milhões de habitantes de Porto Rico votarem, em meados de 1991, para decidir o destino da ilha. São três as alternativas possíveis:

- a anexação de Porto Rico aos Estados Unidos, do qual passariam a ser um novo Estado;

- a independência total;

- a manutenção do acordo estabelecido em 1952, que dá direito à ilha a uma substancial "ajuda" orçamentária.

Os defensores da anexação destacam que esse status permitirá que os habitantes de Porto Rico estejam representados no Congresso norte-americano e reafirmará sua condição

de cidadãos norte-americanos. Atualmente, essa representação está limitada ao direito de voto e ao pagamento de impostos ao governo federal.

Dois funcionários da Casa Branca, Andrew Card e Chase Untermeyer, chegaram em princípios de maio a Porto Rico para pressionar os porto-riquenhos em favor da opção da ilha se transformar no estado número 51 da União norte-americana.

Os independentistas lutam desde a ocupação da ilha pelos Estados Unidos, em 1898, por sua plena emancipação, colocando ênfase nas raízes culturais e históricas hispano-americanas do território.

delito. Durante quatro anos esteve foragido.

A força de um ideal político - O FBI não se esqueceu deste homem que o deixou numa posição ridícula e pertencia a uma organização que há vários anos atuava nos Estados Unidos sem que nenhum dos seus membros tivesse sido capturado. No final de dezembro de 1982, a Corte do distrito de Illinois (noroeste dos Estados Unidos) autorizou a interceptação do telefone (312) 528-9075. Assim, conseguiram saber que Morales ia estar esperando um telefonema no dia 26 de maio de 1983, na rua Três Norte, na cidade mexicana de Puebla.

Naquele dia, a Interpol do México o estava esperando. "Fui torturado e submetido a interrogatório por agentes do FBI no escritório da Interpol mexicana", conta Morales.

Depois foi transferido para outro estabelecimento e acusado de matar um policial quando tentavam prendê-lo. O governo dos Estados Unidos pediu sua extradição e começou a pressionar o México por

meios diplomáticos. A Justiça mexicana o condenou a oito anos de prisão por um delito que nunca cometeu: obviamente, desde que perdeu as mãos, Morales não pode segurar uma arma (ver **terceiro mundo**, nº 112: "Porto Rico, a libertação de um líder das FALN").

Cumpridos três-quartos da pena, foi libertado por boa conduta e viajou para Cuba como asilado político. A chancelaria do México rejeitou o pedido de extradição formulado pelos Estados Unidos, por considerá-lo um preso político. A decisão indignou a Casa Branca, que a qualificou de uma "afrenta inexplicável

às excelentes relações México-Estados Unidos".

Pergunto então sobre o plebiscito que os Estados Unidos pretendem realizar em Porto Rico para decidir a questão da independência. "Os norte-americanos estão tentando agora que se aceite como norma do Direito Internacional a situação de Porto Rico como seu Estado número 51, tirando-o da agenda dos Não-Alinhados e da ONU. Nos eliminando dos foros internacionais, seria mais fácil nos reprimir e extirpar, segundo sua opinião, um de seus problemas de segurança mais sérios", responde Morales.

Qual tem sido a solidariedade dos países latino-americanos para com a causa de Porto Rico?, perguntei. "Há países latino-americanos que usam Porto Rico para conseguir empréstimos e acordos econômicos com os Estados Unidos. Depois votam contra nós ou se abstêm no Comitê de Descolonização da ONU. Os países que nos têm dado maior apoio são Cuba e Nicarágua".



Uma manifestação contra a ocupação da ilha pelos norte-americanos

Meta: um rápido cessar-fogo

As negociações entre o governo de Luanda e a Unita podem conduzir a um acordo de paz

Maria Chinawe

No dia 27 de setembro foi concluída em Sintra, nos arredores de Lisboa, a quarta rodada de negociações entre o governo angolano e a organização contra-revolucionária Unita, sob os auspícios do governo português.

A novidade da última reunião – que, como as anteriores, transcorreu em absoluto sigilo – foi a presença de observadores da URSS e dos EUA.

Os trabalhos correram por conta de duas comissões, uma relativa aos princípios políticos para a instauração da paz em Angola e outra, dedicada à discussão dos assuntos militares e de todos os detalhes relativos ao cessar-fogo.

Nessa comissão ficou acertado que a assinatura do cessar-fogo deveria ser precedida – ou pelo menos simultânea – de um acordo político global sobre os princípios que irão nortear o período de transição e a própria realização das eleições pluripartidárias já aprovadas pelo MPLA. Outra delicada questão militar a ser resolvida é a formação de um exército nacional único, com os efetivos atuais e os membros dos comandos guerrilheiros da Unita.

A reunião anterior tinha sido realizada em agosto e, naquela ocasião, a delegação do governo de Luanda propôs que os temas políticos e militares fossem discutidos separadamente. O mesmo critério foi adotado nas negociações de Sintra, onde o chefe da delegação oficial angolana foi o jurista Antônio Pira, assessor especial do presidente José Eduardo dos Santos. A representação da Unita foi chefiada por Alicerces Mango.

Muita flexibilidade – Apesar dos avanços obtidos em relação aos encontros anteriores, em Sintra não se chegou a



Jonas Savimbi: os EUA continuam ajudando

nenhum acordo concreto devido às divergências que subsistiram em relação à exigência da Unita do seu reconhecimento, “de jure”, como partido político.

Nas palavras do primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco e Silva, para superar essa questão “vai ser necessário, de ambas as partes, muita flexibilidade”.

No contexto do diálogo entre as autoridades angolanas e a Unita, realizou-se uma tele-conferência via satélite entre o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e membros do Congresso dos Estados Unidos.

Nessa oportunidade, o presidente Dos Santos solicitou aos congressistas apoio para os esforços que desenvolve o seu governo para obter a reconciliação nacional. O chefe de estado angolano afirmou que uma solução negociada e não-militar para o conflito é uma meta na qual ele pessoalmente está empenhado. E citou a aceitação do princípio de eleições gerais em um regime pluripartidário como uma demonstração de que o seu governo age com flexibilidade. Mas lembrou que uma consulta popular só poderá ser realizada após o cessar-fogo e o fim das hostilidades. A presença de observadores internacionais estará assegurada.

Dos Santos solicitou aos congressistas que levassem em consideração o



Dos Santos: esperando reciprocidade

quanto a guerra dificulta a realização de uma consulta popular: “Nós não temos censo, a nossa Constituição deve ser revista para formalizar a nossa transição para um sistema pluripartidário e é necessário estruturar os mecanismos apropriados para a realização de eleições em âmbito nacional”, disse ele. Dos Santos citou a sua preocupação com a continuação e eventual aumento da ajuda militar secreta de parte dos Estados Unidos à Unita, “um elemento que perturba as negociações”, na sua opinião.

Em contrapartida, o presidente citou as ações empreendidas pelo seu governo a fim de alcançar a paz: a retirada total das tropas cubanas; a negociação com a Unita; a formulação de um plano de nove pontos (que conseguiu o apoio parcial da Unita), “considerado unanimemente uma boa base de negociações”; a transição gradual para uma economia de mercado regulada, e a aceitação por parte do seu governo da chamada proposta *Triplíce zero*, apresentada pela URSS.

Essa proposta “envolve o compromisso de não comprar, dos soviéticos ou de terceiros, materiais adicionais para o nosso exército, se a Unita cessar todas as atividades de reabastecimento de material bélico e se empenhar na conclusão do acordo de cessar-fogo”.

Nesse sentido, Dos Santos assinalou que se o governo Bush e a Unita estão realmente empenhados em conseguir a paz, não há explicação para não aceitarem o plano proposto pelos soviéticos. •

Fechar as feridas

Depois de meses de guerra civil, que forçou quase um-terço da população a se refugiar nos países vizinhos, o povo liberiano depende do apoio da comunidade internacional e de um acordo interno para virar a página e começar de novo

Joseph Oweni

Nunca na sua história o povo da Libéria tinha estado como agora, submetido a um confronto de raízes étnicas, que transformou esse pequeno país de pouco mais de cem mil quilômetros quadrados num grande campo de batalha. Nem a queda e morte de Samuel Doe conseguiu pôr fim aos combates entre os grupos armados rivais, agora em luta pela sucessão presidencial.

Os especialistas estão convencidos de que não só uma negociação política, como também a mediação das várias comunidades religiosas da Libéria, serão necessárias para se obter uma reconciliação.

Mas antes, é preciso terminar com os combates, além de se conscientizar a comunidade internacional da importância de doar alimentos e medicamentos para o povo liberiano. Milhares de habitantes da Libéria estão passando fome, não têm mais água nem luz elétrica, e faltam médicos e remédios, principalmente para as vítimas da epidemia de cólera que se alastra por alguns bairros de Monróvia, a capital liberiana.

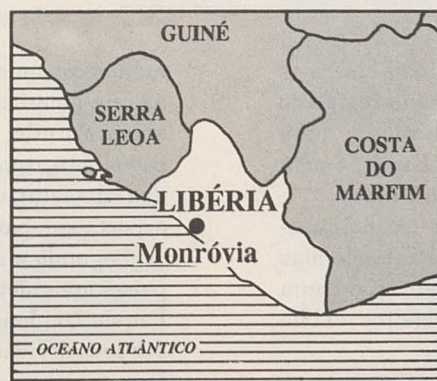
Temendo serem colhidos pelos combates ou caírem vitimados pelas doenças e a fome, grandes quantidades de refugiados liberianos chegam a Serra Leoa, Costa do Marfim e outras nações vizinhas. Diversas organizações de beneficência estão começando um trabalho de assistência junto a eles, porém ainda é muito precário, se levarmos em consideração as necessidades dos exilados.

Samuel Doe tinha tomado o poder em abril de 1980, através de um golpe mili-

tar que derrubou o governo de William Tolbert, um fiel aliado dos norte-americanos na África Ocidental. O presidente Tolbert e os seus principais assessores foram fuzilados por Doe, cujo governo se caracterizou, desde o começo, pelo uso da violência.

Apesar das suas reiteradas promessas de democratizar o país, Doe, um ex-sargento do exército, nunca cumpriu a sua palavra. Ao contrário, ele perseguiu os partidos de oposição, especialmente o Partido Popular Liberiano, liderado por Amos Sawyer, prestigiado jurista que foi um dos autores de um projeto de Constituição que Doe tinha se comprometido a submeter a plebiscito. Sawyer foi preso, acusado de conspirar contra o governo, viveu muitos anos no exílio, e atualmente é o chefe de estado designado pela força de paz formada pelos estados vizinhos da Libéria, que entrou no país buscando pôr fim à guerra civil.

A disputa pelo poder vinha se agravando desde o início deste ano, quando Charles Taylor – ex-colaborador de Doe –



Com 111.369 km² de extensão, a Libéria tem 2.110.000 habitantes. A capital é Monróvia. O inglês é o idioma oficial

entrou na Libéria à frente de um exército guerrilheiro de quase 200 homens. Taylor, um dirigente da etnia *gio*, tinha a intenção de derrubar Doe, que pertencia ao grupo dos *krhan*.

Mais de cinco mil pessoas morreram desde então, nos combates entre as forças leais ao ex-presidente e os guerrilheiros de Taylor, que desde agosto controlam a maior parte do país. Quase todas as vítimas pertenciam aos grupos *gio* e *mano*, que habitam o nordeste da Libéria, onde a rebelião começou. E foram mortas pelas forças armadas, protagonistas de um verdadeiro massacre denunciado por várias organizações de defesa dos direitos humanos.

Quem governa agora? – Quem acabou por derrubar Doe não foi Taylor, e sim Prince Johnson, o outro líder rebelde que vinha lutando pelo controle do poder na Libéria. Os seus seguidores capturaram e assassinaram Doe, depois de duro cerco à sua residência e longos combates.

Pouco conseguiu fazer para evitar mais derramamentos de sangue a força multinacional de paz formada em agosto por Nigéria, Serra Leoa, Gana, Guiné e Gâmbia, todos eles países vizinhos da Libéria e membros da Comunidade Econômica da África Ocidental. Mas esses países obtiveram uma vitória no terreno político: promoveram uma reunião de exilados, chamada “Conferência Nacional Liberiana”, que redigiu um programa de transição à democracia e escolheu um governo interino, encabeçado por Amos Sawyer, para ser responsável pela organização de eleições livres.

O secretário executivo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ecowas), Abbas Bundu, afirmou, em fins de setembro, que Prince Johnson – apesar de ter-se declarado presidente da Libéria quando Doe foi deposto – aceitou colaborar com o governo de Amos Sawyer.

Agora a prioridade é concretizar um cessar-fogo e sensibilizar a comunidade mundial sobre a necessidade de apoiar o novo e precário governo liberiano com ajuda humanitária de emergência. É a única esperança de evitar a morte por inanição dos segmentos mais atingidos pela guerra civil.

Nada será como antes



Soldados norte-americanos carregam um míssil, que será transportado num bombardeiro F-15, preparando-se para o combate

As alterações que o conflito no Golfo estão provocando na economia regional, e a reformulação de alianças políticas e militares mostram que o statu quo que se mantinha quase inalterável desde o pós-guerra está mudando de forma drástica

Beatriz Bissio

À medida em que passa o tempo, ficam mais claras as mudanças no cenário internacional, e na região do Oriente Médio em particular, provocadas pela decisão de Saddam Hussein de invadir o Kuait, e pela reação que essa medida suscitou nos Estados Unidos.

Com o drástico aumento do preço do petróleo, o fantasma do racionamento de energia volta a rondar as economias ocidentais, que mostram sintomas de estar entrando num ciclo recessivo. A situação se agrava pelos efeitos do bloqueio econômico contra o Iraque.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os agricultores perderam, com o boicote, um dos seus mais importantes clientes: em 1989, o Iraque comprou cereais no valor de um bilhão de dólares. E se as consequências do bloqueio se fazem sentir

numa economia poderosa – ainda que em declínio –, como a norte-americana, bem pior é a situação dos países do Terceiro Mundo. Não somente pelos efeitos do choque petrolífero, como pela impossibilidade de encontrar mercados alternativos a curto prazo para os produtos que exportavam para o Iraque e o Kuait.

Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), os países mais afetados pela atual crise do petróleo são a Índia, Paquistão, Japão e Coreia, que compravam a maior parte dos seus derivados de petróleo nas refinarias do Kuait. Isso levou o poderoso Japão a adotar medidas preventivas: está diminuindo o uso dos sistemas de ar condicionado e a iluminação dos prédios públicos, além de promover campanhas exortando o consumidor a poupar energia.

O caso do Sri Lanka é representativo do drama dos países que ficaram, de um dia para outro, sem poder contar nem com o Kuwait, nem com o Iraque como parceiros comerciais: Bagdá era o segundo maior comprador (depois do Egito) do famoso *chá do Ceilão*, o principal produto de exportação dessa ilha do oceano Índico, que está com a sua economia arrasada pela guerra civil. São 50 milhões de dólares anuais que o governo de Colombo tem agora que negociar com outros compradores potenciais.

A pior situação é a da Jordânia, cujo único porto, o de Aqaba, no mar Vermelho, foi praticamente interditado pelas forças norte-americanas. Essa medida vai ocasionar aos cofres jordanianos um prejuízo de mais de um bilhão de dólares. E não somente todo o comércio exterior do país está sendo afetado, como o turismo, um dos mais importantes itens da economia jordaniana, caiu praticamente a zero.

Aliás, os países que vivem do turismo – uma atividade muito sensível às variações do preço do petróleo – vão ser enormemente prejudicados. Só Cingapura estima que perderá 250 mil turistas nos próximos 12 meses.

Na África, na Ásia e na América Latina, os governos estão estudando planos de racionamento de energia e revendo as metas de crescimento econômico.

Os paliativos são insuficientes – O presidente George Bush solicitou às instituições multilaterais – como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário – que estudem a forma de compensar os danos que estão sofrendo as economias do Terceiro Mundo com o embargo ao Iraque.

Mas o seu discurso, realizado na reunião plenária do encontro anual do FMI, decepcionou os dirigentes dos países subdesenvolvidos que esperavam medidas concretas por parte dos Estados Unidos para ajudar a atenuar a crise. Jogando toda a responsabilidade sobre o FMI, a Casa Branca lavou as mãos. E tanto Bush quanto os dirigentes dos países subdesenvolvidos conhecem bem a inflexibilidade que o FMI, o Bird e outras instituições semelhantes têm tido em relação às necessidades de apoio financeiro do Sul.

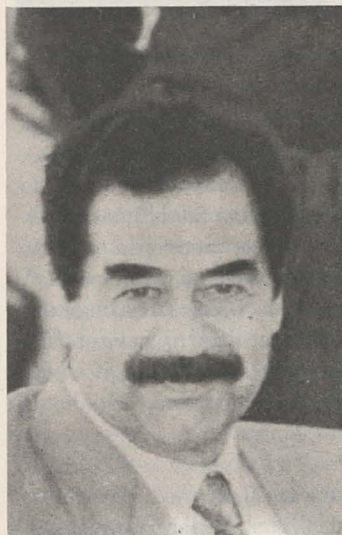
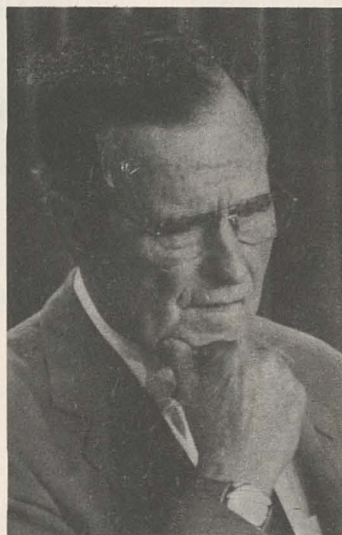
No máximo, o presidente norte-americano poderá obter um tratamento especial para aqueles países que são vitais para a estratégia militar de Washington no Golfo, como o Egito e a Turquia. Eles podem ter as suas dívidas “perdoadas” e, possivelmente, obterão algum empréstimo significativo como recompensa pelo fato de “estarem carregando boa parte do peso das sanções e da alta dos preços do petróleo”, segundo palavras do próprio Bush.

Mas, fora isso, é pouco provável que a comunidade financeira internacional e os organismos multilaterais de crédito mudem a sua estratégia em função da crise no Oriente Médio. Pelo menos enquanto alimentarem a esperança de poder enquadrar os governos do Terceiro Mundo nas suas políticas de ajuste, verdadeiras camisas de força para as enfraquecidas economias periféricas.

Caso a crise se alastre, ou comece uma guerra, tudo pode mudar. Até porque, mesmo os governos que têm mostrado maior empenho em se submeter às políticas do FMI e do Banco Mundial, podem ter que chegar a adotar posições de

força – como uma moratória das suas dívidas externas – diante da possibilidade de suas economias chegarem a uma situação limite.

O gigante passa o pires – Que o mundo já não é o mesmo de um ano atrás, todos sabem. Os meios de comunicação ocidentais têm se mostrado muito eficazes na cobertura dos acontecimentos no Leste europeu e das mudanças na União Soviética. Porém, a crise do Golfo deixou ainda mais clara essa nova realidade.



Bush e Hussein: Intransigência

Essa foi, aliás, uma das sugestões de Saddam Hussein, rapidamente rejeitada pela Casa Branca e pela primeira-ministra Margaret Thatcher.

Mas não é só a União Soviética que já não é a mesma. O atual conflito mostrou que, se é verdade que os Estados Unidos mantêm as suas aspirações hegemônicas e de liderança mundial, lhe está faltando fôlego. Comentaristas de Washington assinalaram que foi evidente o embaraço do secretário de Estado, James Baker, e do Tesouro, Nicholas Brady, dos Estados Unidos, ao terem que se deslocar ao Ja-

Por um lado, a União Soviética, pela primeira vez, preferiu pôr ênfase nos pontos em comum com os Estados Unidos em relação a um conflito no Terceiro Mundo, do que manter uma posição isolada, de superpotência com interesses hegemônicos na região do Oriente Médio.

A única nuance que fez questão de mostrar foi a sua convicção de que uma solução definitiva para a crise do Golfo não será viável sem levar em conta toda a problemática dessa conturbada região. Ou seja, sem se realizar uma conferência internacional sobre o Oriente Médio.

Uma conferência assim, que sentasse à mesa de negociações todas as partes interessadas, permitiria – na opinião da URSS – conseguir uma solução duradoura não só para a atual crise do Golfo, como para o caso do Líbano e do conflito árabe-israelense, com a criação do Estado palestino.

pão, à Europa e, até mesmo, aos países produtores de petróleo do Golfo, em busca de apoio financeiro para poder arcar com as despesas da escalada militar no Oriente Médio. "Onde já se viu uma superpotência de pires na mão?", foi o comentário mais ouvido nesses dias nos corredores da Casa Branca e do Pentágono.

O mais humilhante foi ter tido que apelar até mesmo para o Kuwait invadido. Isso fez com que alguns legisladores norte-americanos afirmassem que agora os Estados Unidos são uma espécie de "mercenários". Aliás, essa palavra foi amplamente utilizada nos debates no Congresso.



Mubarak e o rei Hussein: a crise do Golfo ameaça o seu futuro

Mas a situação econômica não permite veleidades para um país que está gastando 46 milhões de dólares por dia – o custo confessado – nas operações do Golfo, e que até 30 de setembro tinha investido nessa ofensiva 2,5 bilhões de dólares. Segundo *Washington Post*, "os custos do conflito poderiam chegar a 23 bilhões de dólares, no primeiro ano".

Isso, num momento em que a Casa Branca e o Congresso discutem os cortes no orçamento federal para o novo ano fiscal, que serão da ordem dos cem bilhões de dólares, afetando praticamente todos os setores da atividade do Estado, do funcionalismo aos serviços essenciais.

O cenário também muda no Golfo – A invasão do Kuwait e a consequente queda da dinastia Sabah também estão mudando o mapa político do Oriente Médio. Por um lado, provocou a reconciliação entre o Irã e o Iraque, com o fim do conflito fronteiriço e o intercâmbio de prisioneiros (o regime de Bagdá aceitou as reivindicações de Teerã em relação ao canal de Shat-al- Arab, onde desembocam os rios Tigre e Eufrates, que tinham sido a causa original da guerra entre ambos os países).

Dessa forma, o governo dos aiatolás se converteu, de maneira inesperada, em um aliado de Bagdá na denúncia das ambições hegemônicas dos Estados Unidos na região petrolífera do Golfo. Analistas do Golfo explicam que, mais forte que as disputas de fronteira, foi a convicção comum da ne-

cessidade de se preservar a soberania do Golfo, a qualquer custo, nas mãos dos países da região, evitando a volta dos colonialistas.

Por outro lado, devido à rivalidade pessoal que existe entre o presidente Hafez Assad, da Síria, e Saddam Hussein, e às divergências ideológicas que dividem as duas facções do partido Baath – no poder nos dois países há várias décadas – Damasco tomou partido ao lado dos Estados Unidos, apesar de estar na lista negra da Casa Branca, acusado de fomentar o terrorismo. Desta forma, Hafez Assad se reaproximou dos países moderados do Golfo, com os quais sempre teve divergências políticas profundas.

Mas as mudanças não se limitam às atitudes adotadas pelos governos da região. Talvez mais significativas e profundas sejam as alterações que os desdobramentos da crise do Golfo estão produzindo nas massas árabes. Saddam Hussein tem agido com inteligência nesse terreno, buscando falar ao coração dessas populações secularmente marginalizadas na hora das decisões e exploradas economicamente.

O rei Fahd, da Arábia Saudita, e outros governantes dos ricos Estados do Golfo, foram acusados por Hussein de monopolizarem as riquezas do petróleo, em benefício pessoal. A família Sabah tinha, de fato, uma fortuna calculada em 60 bilhões de dólares, e o rei Fahd, segundo Bagdá, acumulou 18 bilhões de dólares.

Saddam também fez um apelo aos povos árabes, em vários discursos, a se voltarem contra os seus governantes, por terem trazido forças militares estrangeiras para a região.

As palavras do dirigente iraquiano tiveram muita repercussão no povo dos países mais endividados e pobres da região, como Jordânia, Iêmen, Sudão, Tunísia, Mauritânia e Djibuti, que não por acaso ficaram ao lado de Bagdá nas votações na Liga Árabe.

As nações ricas, reunidas no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – formado pela Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Qatar, Omã e Emirados Árabes –, têm tido, tradicionalmente, uma política de apoio aos países árabes não-produtores de óleo cru. Em 1988 concederam empréstimos no valor de 27 bilhões de dólares, metade dos quais para os países árabes que não têm petróleo e estão sufocados pela dívida externa.

Mas a cifra diminuiu no ano passado, em função da queda dos preços do petróleo. (Para se ter uma idéia do volume de perdas que essa queda representou na região, assinala-se que, em 1980, a receita dos países do CCG foi de 212 bilhões de dólares, e em 1989 caiu para 60 bilhões.)

Por causa das denúncias de Hussein, e também pelo mal-estar que em amplos setores causou a atitude desses governos, considerada na região extremamente servil aos Estados Unidos, os analistas prevêem surtos de violência e insatisfação nas nações do Golfo, nos próximos meses. O mesmo raciocínio é válido para o caso do Egito, onde muitos especialistas acham possível que ocorram tentativas de golpe de estado contra Hosni Mubarak.

A invasão do Kuwait tocou num outro problema, que agora passa a um primeiro plano: mostrou que as fronteiras e o *statu-quo* do pós-guerra não eram imutáveis no Oriente

Médio. A tal ponto que os Emirados Árabes já estão discutindo a sua própria viabilidade como nação independente. Pelo sim, pelo não, eles estão formando um exército de reserva, numa corrida contra o tempo: desejam aumentar em 25 mil os seus 43 mil efetivos atuais. Outros Estados do Golfo também estão convocando os homens para se alistarem nas forças armadas.



As grandes potências se preparam para as consequências de um novo choque petrolífero

As mudanças não terminam por aí. Há quem faça uma relação direta entre a deposição de Benazir Bhutto, no Paquistão, e a crise no Golfo. Após a queda da primeira-ministra, as forças ligadas ao ex-ditador Zia ul-Haq estão a cada dia mais fortes no Paquistão, e o seu governo, mais alinhado aos Estados Unidos. Ao ponto de que o Paquistão decidiu enviar uma força militar ao Golfo, se constituindo no primeiro caso de uma nação muçulmana, não-árabe, a aceitar partilhar com os Estados Unidos a responsabilidade da operação punitiva contra o Iraque.

Novo quadro – Por tudo isso, pode-se dizer que nada será como antes no Oriente Médio e, possivelmente, a nível mundial, mesmo que não chegue a eclodir uma guerra no Golfo. Estudiosos do fenômeno do islamismo sentem que a aproximação entre o Irã e o Iraque vai contribuir muito para a diminuição da hostilidade entre os árabes nacionalistas, mas partidários da secularização da vida pública, e os fundamentalistas islâmicos. Consideram, também, que pela primeira vez desde a morte de Gamal Abdel Nasser, as massas árabes mais pauperizadas e os refugiados palestinos sentem que há um líder capaz de defender a sua causa e de enfrentar as agressões dos neocolonialistas.

Por isso, apesar de vários Estados da região terem ficado ao lado dos Estados Unidos, rachando a unidade da Liga Árabe, importantes setores da população desses países tomaram partido do Iraque. Isso terminará afetando as lideranças políticas e a sociedade em geral, o que por sua vez poderá trazer consequências no plano institucional.

Por outro lado, mais do que nunca ficou clara, perante o mundo árabe, a debilidade dos regimes monárquicos do Golfo, que para se defenderem dependem de tropas estrangeiras.

Os Estados Unidos sentem que, caso tomem a iniciativa contra o Iraque, o sentimento de revolta das populações is-

lâmicas será ainda maior. Interpretariam o gesto simplesmente como uma agressão a um Estado árabe.

Esse foi, também, o recado que o governo francês captou através das várias personalidades que enviou ao Terceiro Mundo para explicar a sua posição na crise. Pierre Malroy, primeiro secretário do Partido Socialista francês, afirmou, ao voltar da sua missão: “No Terceiro Mundo, e em parti-

cular no mundo árabe, existe a impressão de que os Estados Unidos e os países ocidentais estão protagonizando uma guerra de agressão”.

Os verdes franceses foram mais longe: “Nem os Estados Unidos, nem a França, ou qualquer país ocidental têm um mandato da ONU para transformar o Oriente Médio num novo Vietnã”, disse um comunicado do Partido Verde francês sobre a crise do Golfo.

O conflito se afasta, assim, do fato que o provocou, a invasão do Kuait, e se amplia, transformando-se num confronto Norte-Sul. Isso não ocorre por acaso: é que o Terceiro Mundo entende que falta aos Estados Unidos autoridade moral para se arrogar o papel que têm assumido na crise, enviando à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes o maior contingente militar desde o fim da guerra do Vietnã.

Depois de fecharem os olhos, durante mais de 20 anos, à ocupação dos territórios palestinos por parte de Israel, e após terem invadido impunemente o Panamá e Granada (para não mencionar outros antecedentes históricos), como podem pretender, agora, levar o mundo a uma guerra contra o Iraque pela invasão ao Kuait? Tudo para preservar os seus interesses estratégicos no petróleo do Golfo?

E o que é pior, os governos do Terceiro Mundo, sufocados e com a sua viabilidade comprometida pela crise da dívida externa, constataam agora que os Estados Unidos lavam as mãos em relação às brutais consequências econômicas que o bloqueio ao regime de Bagdá – imposto praticamente pela Casa Branca à ONU – está tendo nas debilitadas economias do Sul.

A perplexidade com as atitudes de Washington não se limita, aliás, aos países do Terceiro Mundo. Também na Europa e no Japão se vê com apreensão – e excessiva passividade, talvez – a imponente mobilização de forças militares norte-americanas no Golfo. O mundo não quer ser empurrado a um beco sem saída.

Não à igualdade

Depois de adotar uma atitude pioneira no mundo islâmico, reconhecendo na década de 50 a igualdade da mulher e do homem perante a lei, o governo tunisiano começa a ceder diante das pressões dos fundamentalistas

Essma Ben Hamida

Como em outros países árabes, o fundamentalismo islâmico vem ganhando cada vez maior espaço na Tunísia (ver **terceiro mundo**, nº 133: "Negar o passado"). E um dos pontos onde mais se sente este fenômeno é no retrocesso em relação aos direitos da mulher.

No caso da Tunísia, o movimento fundamentalista islâmico tem como um dos seus objetivos imediatos revogar o Código de Igualdade de Direitos da Mulher, instituído em 1956. A aprovação deste código representou uma espécie de revolução para a sociedade islâmica do país, já que ele concedeu às tunisianas direitos mais amplos do que os das mulheres européias da época.

O código foi redigido por um grupo de

intelectuais do período de pré-independência, dirigido por Tahar Haddad, e substituiu a lei do Corão pela lei comum. Esta legislação estabeleceu que a mulher passasse a receber um salário igual ao do homem, ao desempenhar a mesma função.

Em 1957, as mulheres obtiveram direitos sindicais e políticos e em 1975 foi dado o acesso a cargos de responsabilidade no governo. O código é mais abrangente: proíbe a poligamia e o "repúdio"¹ duas tradições que ainda persistem na maioria dos países muçulmanos.

Ao reconhecer os direitos da mulher, também lhe outorga o recurso do divórcio legal, em igualdade de condições com o homem. "A Tunísia é a única nação islâmica onde a mulher tem o mesmo direito ao divórcio que o homem", comenta a advogada Bochra Belhaj Hamida. Inclusive

a lei favorece mais à mulher que ao homem. Em 1961, em uma emenda feita ao código pelo então presidente Habib Bourguiba, se estipulou que quando um homem se divorcia de sua mulher deve lhe dar uma ajuda para mantê-la nas mesmas condições em que vivia quando estava casada.

A lei também permite à mulher escolher o seu marido e não submeter-se à decisão de seus pais, como acontece em praticamente todos os demais países islâmicos. Não é permitido que uma jovem se case antes dos 17 anos e o matrimônio só pode ser combinado na presença da noiva e com seu consentimento.

Eliminar a discriminação – Além desta legislação nacional, o governo ratificou várias convenções internacionais que reiteram a igualdade de direitos para as mulheres. A convenção mais recente, que elimina todas as formas de discriminação contra a mulher, foi adotada em 1979 e abrange os princípios de convenções anteriores. Reitera a igualdade das mulheres em diferentes campos, incluindo a nacionalidade da esposa e de seus filhos.

"Mesmo quando convenções internacionais são ratificadas, a maioria do povo – particularmente as mulheres – e até os juízes as ignoram", comenta Hafidha Chekir, professora de Direito.

Outro problema é que a maioria dos acordos não tem sido publicada no Diário Oficial. As leis e regulamentações inter-

nas contradizem estes acordos, mesmo nos casos em que a legislação internacional se sobrepõe às leis nacionais. Chekir denuncia que há contradições entre a teoria e a prática destas leis.

Ao ratificar a convenção internacional sobre a eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher, o governo expressou suas reservas. Considera que o Islã é a religião nacional e para dar-lhe mais espaço, a convenção foi despojada de seus princípios inovado-



As conquistas sociais obtidas pelas mulheres estão agora seriamente ameaçadas



Um dos objetivos do fundamentalismo é revogar o Código de Igualdade da Mulher

res. Também se despojou a mulher dos direitos de igualdade contidos no código de família de 1956.

Chekir e Belhaj Hamida afirmam que o fato de não aderir às convenções internacionais ratificadas confirma que a legislação familiar é limitada e tem contradições.

A mulher solteira na Tunísia, ao contrário do homem, que pode reivindicar sua independência aos 16 anos, deve permanecer com sua família até que se case. Uma vez casada, está sob o jugo de seu marido a quem deve obedecer como chefe da família, segundo a religião islâmica.

O marido está obrigado a manter a sua família e, por sua vez, controla a vida social e particular de sua esposa. A mulher deve solicitar permissão ao seu marido para tirar um passaporte e aceitar um trabalho. Além do mais, sua carreira está em segundo lugar, pois deve seguir seu marido onde quer que ele vá.

O outro lado do divórcio – “A maioria dos casos de separação legal se dá porque qualquer desobediência da mulher pode ser causa de divórcio”, comenta Belhaj Hamida. “O abandono do lar é punido no caso da mulher, mas não no do homem”, acrescenta a advogada. Como está estabelecido que o homem que se divorcia deve manter sua mulher para sempre, a ex-esposa permanece dependente dele por toda a vida, a menos que ela volte a se casar.

Belhaj Hamida – que lida com muitos casos de mulheres divorciadas que não recebem nenhuma ajuda de seus maridos – considera, no entanto, que esta é a úni-

ca ajuda econômica com que conta a mulher divorciada para manter seus filhos e ter uma vida decente. “Os homens divorciados em nossa sociedade são irresponsáveis, não dão nenhuma ajuda econômica a suas famílias, nem sequer as visitam, nem aqueles que vão para a prisão por não cumprir esta lei”, acrescenta Hamida.

Muitas mulheres divorciadas ou abandonadas de poucos recursos econômicos, cansadas de tanto trâmite legal e rejeitadas por suas famílias, recorrem à prostituição como único meio para manter suas famílias.

Mesmo quando muitas tunisianas adquirem a custódia de seus filhos depois do divórcio, o pai continua sendo o guardião legal dos menores. O papel da mulher é cuidar e alimentar os filhos; as decisões importantes, sobre seu estudo e seu futuro, são da responsabilidade do homem.

Outro problema sério é que uma mu-

lher divorciada não pode obter um passaporte para seu filho sem o consentimento do pai, pois seu nome não é reconhecido pela escola nem pelo banco. “Frequentemente, as mulheres não podem tomar decisões nem sequer em casos tão urgentes como o de doença de um de seus filhos, quando o marido está ausente”, afirma a advogada.

Adultério: dois pesos, duas medidas – “As leis da Tunísia podem parecer revolucionárias para uma sociedade muçulmana, mas na prática há muitas distorções que burlam a igualdade entre as mulheres e os homens”, acrescenta Hamida.

Segundo a lei, qualquer um, mulher ou homem, acusado de adultério, é condenado a cinco anos de prisão. No entanto, o juiz, em geral, convence as mulheres a retirarem as queixas contra seus maridos, mas não tem a mesma conduta quando acontece o contrário. Se uma mulher mata seu marido porque o descobre em adultério, a condenam a 20 anos de prisão, mas se o homem comete o mesmo delito só lhe dão cinco anos. Nas heranças ainda se aplica a lei do Corão, segundo a qual os homens recebem o dobro do que cabe à mulher.

Finalmente, muitas vezes decisões legais menores passam por cima da legislação estabelecida. Por exemplo, o ministro da Justiça, desrespeitando o Código da Família e as convenções internacionais e “para surpresa dos profissionais da lei”, baixou em 1973 uma circular proibindo o casamento entre uma mulher muçulmana e um homem não-muçulmano, a menos que ele se convertesse à religião muçulmana.

No entanto, no caso dos homens a situação é diferente. Eles podem se casar com uma mulher não-muçulmana sem exigir-lhe que se converta a sua religião. Este tipo de “matrimônio misto” não é proibido pelo código.

Se olharmos para trás, parece que não existe nenhuma contradição fundamental entre o código de 1956 e o espírito da religião islâmica. Porém, muitos homens e inclusive mulheres se opõem a qualquer mudança que julgam pôr em risco os princípios do Islã.



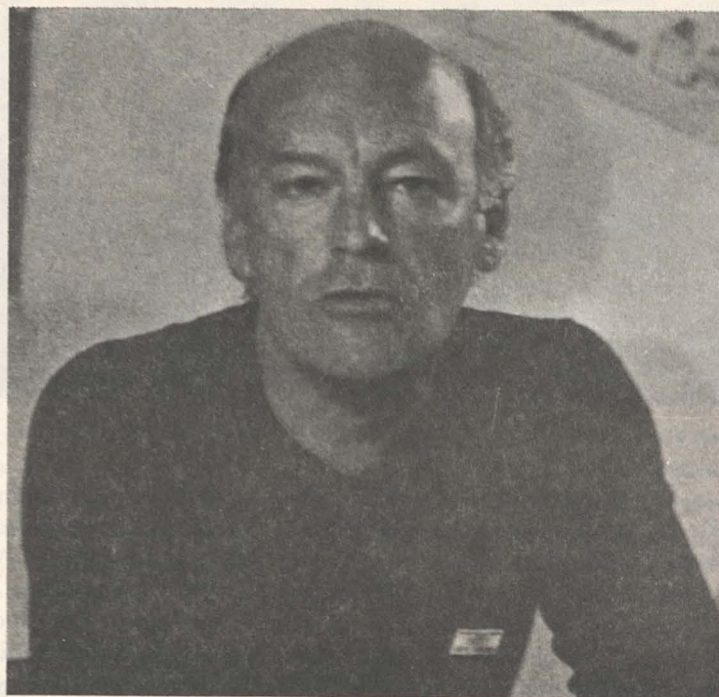
Ben Ali: cedendo às pressões

10 “repúdio” é uma tradição islâmica, segundo a qual, se o marido repudia verbalmente três vezes sua mulher, está consumado o divórcio.

GALEANO:

“Unamos a razão e a emoção”

Para o escritor uruguaio, o desafio é elaborar uma nova linguagem



Aldo Gamboa

Encontramos Eduardo Galeano no Rio de Janeiro, onde esteve recentemente, contando e ouvindo histórias. O autor de “As Veias Abertas da América Latina” concordou em ter esta conversa com **terceiro mundo**, na qual manifestou alegria pela repercussão de seu último livro, falou sobre seus próximos projetos e analisou a tendência atual da literatura latino-americana.

Chamada, na década de 60, de “literatura comprometida” (da qual “As Veias Abertas” foi exemplo), Galeano dedicou a ela uma parte considerável da entrevista.

Que projetos tem atualmente?

— Acabo de publicar um volume que se chama “O Livro dos Abraços”, e agora estou pensando no que vou fazer em seguida.

Esse livro me deu uma grande alegria, porque eu o armei com textos e desenhos. Fiz e desenhei o livro página por página, com a intenção de oferecer uma festa para os olhos, um livro que possa ser lido e também olhado com prazer.

Quando menino, sempre tive muita pena pelos pobres adultos, condenados a ler aqueles livros sem figuras.

Depois, eu mesmo me transformei num atormentador de adultos, com meus livros imensos sem ilustrações. Só agora consegui fazer o que queria: um livro com textos e figuras, imagens e palavras abraçando-se em cada página, combinando-se para que o leitor possa entrar e sair do livro quando queira, sentindo-se sempre livre.

E como se sente, agora que conseguiu fazer o livro que queria?

— Sinto que há ainda muito a dizer. Agora, mais que nunca, nós, os escritores que não temos vergonha de nos manifestar — de proclamar que nossa literatura não é inocente, que é uma literatura que toma partido, que não é nem quer ser neutra — temos de transformar nossa linguagem, porque o problema da literatura bem intencionada é que se tornou muito chata.

Ela não tem a menor capacidade de comunicação real com as pessoas, porque comete o pecado imperdoável de dirigir-se apenas à cabeça do leitor. Isso, a meu ver, é um desperdício, porque o leitor não é só cabeça.

Gosto de falar e escrever uma linguagem que seja “sentipensante”, para usar essa lindíssima palavra inventada pelos pescadores da Colômbia para definir a

linguagem que diz a verdade, que une a emoção e a razão, que ata o que foi desatado pela cultura dominante, o mundo das idéias e o dos sentimentos.

Então, a maior parte dos materiais da literatura chamada de esquerda dirige-se apenas à cabeça das pessoas e, por aí, não funciona. Se não tentarmos a reintegração do que foi desintegrado, penso que não funcionará. Esse é o nosso desafio, a criação de uma nova linguagem.

Como se manifestaram essas concepções em seus últimos livros?

— Tomei uma série de mitos sobreviventes, mitos transmitidos pela tradição oral, e fiz com eles uma recriação inteiramente livre. “Memórias do Fogo”, por exemplo, é uma obra livre, de criação poética, mas com base documental. Tudo o que se conta aconteceu de verdade.

Mas tenho a intenção de contar de tal maneira que aquilo que aconteceu aconteça novamente: que uma coisa que teve lugar no passado torne-se presente, no momento em que conto o que aconteceu. É esse poder mágico das palavras que eu gostaria de transmitir.

De “Memórias do Fogo” em diante, inclusive no “Livro dos Abraços”, desenvolve-se um impulso que estava la-

"A história que conhecemos é uma história contada por e para machos, brancos, ricos e militares. 'Memória do Fogo' tenta o resgate da história dos ninguéns, que são os que valem a pena, os que na verdade têm alguma coisa a dizer"

tente desde "As Veias Abertas": recontar "nossa" própria história, com "nossa" própria língua, tal como vemos com "nossos" próprios olhos. E aí fica evidente, cada vez mais, a recriação poética de que falava. Que significou esse esforço?

— A história que conhecemos é uma história contada por e para machos, brancos, ricos e militares. "Memória do Fogo" tenta o resgate da história dos ninguéns, que são os que valem a pena, os que na verdade têm alguma coisa a dizer. Por exemplo, as mulheres.

Ouçõ desde menino aquela frase, "atrás de um grande homem, há sempre uma grande mulher". Como se fosse um grande elogio à figura feminina. Sempre pensei que se tratava de um elogio duvidoso, pois reduz a mulher à condição de encosto de uma cadeira.

Na verdade, quando investiguei a história da América Latina para escrever, fui confirmando a suspeita de que as mulheres tinham um papel muito mais importante que o atribuído a elas pela história oficial. Houve muitas insurreições encabeçadas por mulheres, como é o caso do maior levante de escravos na Jamaica, no século XVII, liderado por uma

escrava fugitiva, chamada Nani, cujo nome figura hoje no hino nacional jamaicano. Uma pessoa metade mito, metade realidade, e ninguém sabe onde termina a realidade e onde começa a lenda.

Mas a lenda é sempre uma versão poética da realidade, uma mentira que diz a verdade. Por exemplo, que Nani enfrentava os soldados ingleses inteiramente nua, exceto por um colar feito com os dentes dos inimigos.

E de fato ela os enfrentou. Para aqueles homens — ingleses, portugueses, franceses, espanhóis, holandeses — que lutavam contra um exército encabeçado por uma mulher, a situação era muito comprometedor, razão pela qual é muito difícil encontrar provas documentadas de que tudo isso tenha realmente ocorrido. A função da mulher, na Europa, era tocar piano todo dia e obedecer: primeiro ao pai, depois ao marido e afinal ao filho. Mas nem sempre foi assim na América Latina.

É preciso ter em conta, além disso, que a América Latina é filha de muitas mães. A herança européia é fundamental, mas não é a única. É uma estupidez

ignorar as outras heranças, porque nelas encontraremos chaves importantíssimas para orientar-nos nestes dias de obscuridade, vozes do passado que nos falam do presente, testemunhas de uma cultura dizendo coisas que vale a pena ouvir. Em meu livro há muitos textos que são uma homenagem à cultura negra, parte fundamental de toda a América, de norte a sul.

O que sabemos da África — uma de nossas mães, seja qual for a cor da pele de cada um — é pouco ou nada e está quase reduzido ao curso acelerado do professor Tarzan, nosso único personagem a falar da África, embora nunca tenha estado lá.

Mas aqueles escravos que foram carregados como coisas, dez, doze milhões... ninguém sabe exatamente quantos foram, trouxeram com eles culturas que estão muito vivas e atuantes, culturas poderosas que hoje iluminam países como o Brasil. Essas vozes têm grande dignidade e enorme beleza.

Há quem afirme que sua obra pode ser enquadrada dentro do chamado "realismo fantástico", embora alguns analistas do Terceiro Mundo critiquem esse rótulo,



"A América Latina é filha de muitas mães. A herança européia é fundamental, mas não se pode ignorar a negra e a indígena"

"Toda realidade é fantástica. Acontece que fomos treinados pela cultura dominante para não ouvir os sons que provam que ela é fantástica, e para não vermos as imagens de sua infinita capacidade de magia/fantasia"

por encontrar nele conotações colonialistas, na medida em que situa a realidade de nossos países como fantástica e a realidade européia como racional. Qual é sua visão dessa polêmica?

— Meu ponto de vista é que toda realidade é fantástica, não há nenhuma que não o seja. Acontece que fomos treinados pela cultura dominante para não ouvir os sons que provam que ela é fantástica, e para não vermos as imagens de sua infinita capacidade de magia/fantasia.

Toda realidade é fantástica e não só a latino-americana, embora eu me permita pensar que a nossa é um pouco mais fantástica que as outras. Não há, na Terra,

nenhuma realidade que não contenha loucura e beleza.

A realidade não compreende nem representa linguagens formais, porque ela fala uma linguagem de metáforas, e por isso cada coisa que acontece significa muitas outras coisas.

O universo pode ser visto pelo buraco da fechadura. Através dos pequenos fatos da vida cotidiana, pode-se descobrir a grandeza do universo. Essa é a capacidade mágica que a realidade tem...

... e que está cheia de paradoxos...

— Sem dúvida. Eu dedico um texto ao Aleijadinho, esse criador de plenitudes

do século XVII em Ouro Preto, que esculpe e entalha com um pedaço de braço (pois sofria de lepra). A cada pedaço de carne que a doença lhe arranca, ele entrega ao mundo novas maravilhas, talhadas em madeira ou pedra. Esse monstro, Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, de uma feiúra horripilante, é um exemplo desse paradoxo: o brasileiro mais feio é o criador da beleza mais pura.

E para não falar dos negros norte-americanos! Filhos e netos de escravos oprimidos, humilhados, prisioneiros de uma sociedade muito opressiva, criam a música mais livre do mundo, que é o jazz. Esses são paradoxos da história.

Erraram de morto...

O tema da crise do socialismo emerge hoje em qualquer conversa, inclusive quando se fala de literatura. Esta é a opinião de Eduardo Galeano:

"Creio que o socialismo ainda vai ter êxito no mundo. Fomos convidados todos para seu funeral, mas penso que erraram de morto. Por uma razão muito simples: o socialismo não morreu, simplesmente porque não existia.

"Hoje é o primeiro dia da vida que o socialismo tem daqui para a frente. O que morreu foi uma deformação burocrática, que pouco tinha em comum com as melhores esperanças do profeta.

"Sempre tive uma postura muito crítica em relação ao modelo socialista que se aplicou nos países do Leste europeu, modelo, na maioria dos casos, imposto de cima. Esse modelo não surgiu de dentro, nem de baixo. Por isso, desintegrou-se com uma facilidade assombrosa.

"A liberdade é sempre uma boa notícia. E é legítima a paixão de liberdade que move os povos desses países, capazes como foram de, em tão curto período, modificar tanto o mapa do mundo.

"Mas tenho alguma coisa a dizer sobre isso, porque gosto

muito da paixão pela liberdade, mas não tenho paixão alguma pelo mercado. Quando leio os discursos dos ministros da Economia da Polônia ou da Hungria, tenho a impressão de estar ouvindo Margaret Thatcher, porque dizem a mesma coisa... Idealizam o mundo do dinheiro.

"Eles pensam que poderão se incorporar ao mundo dos ricos. Seria bom conversarem um pouco conosco. Porque na América Latina estamos esperando há 500 anos para entrar nesse clube. Parece que a entrada não é tão simples.



Capitalismo: um mal conhecido

"Para nós, latino-americanos, o capitalismo não é uma ilusão a realizar. É um pesadelo conhecido. Nós sabemos que essa história de 'mercado' é como um navio de piratas. Quem manda no mercado local é o mercado internacional, que nos rouba com ambas as mãos o que com uma nos empresta e com a outra nos tira.

"Com a crise do socialismo, torna-se mais necessário que nunca aprofundar o conhecimento das raízes americanas do socialismo. Se há uma idéia que não é estranha à América Latina, essa idéia é o socialismo, a mais americana de todas as

idéias. Porque a tradição latino-americana mais antiga é a tradição comunitária. A comunidade como base da vida e de uma produção que tem como eixo a solidariedade humana e não a cobiça. A propriedade privada foi importada. Foi-nos imposta pela violência, ao longo de todos estes séculos."



A CEE decidiu reduzir sua assistência à América Latina e Ásia

Sonho de uns, pesadelo de outros

Com a adoção de novas normas de importação, a Europa unificada de 1992 provocará danos de consequências imprevisíveis às economias do Sul

Baffour Ankomah

A unificação do mercado da Comunidade Econômica Européia (CEE), prevista para 1992, pode significar uma catástrofe para o Terceiro Mundo.

É o que afirma o relatório "1992: Riqueza européia, pobreza no Terceiro Mundo", que enumera os perigos que

ameaçam, em particular, alguns exportadores africanos e os produtores de banana do Caribe, atualmente beneficiados pelo acesso preferencial aos mercados da Europa Ocidental.

Um representante da Grã-Bretanha no Parlamento europeu, Alan Donnelly, transmitiu esse informe ao Movimento pelo Desenvolvimento Mundial, de Londres. A projeção considera as realidades comerciais previstas para 1992 e suas consequências nos países do Terceiro Mundo.

Ao apresentar o relatório, Ann Clwyd, encarregada, no Partido Trabalhista britânico, de oposição, dos assuntos relativos ao desenvolvimento e à cooperação com o ultramar, exortou os governos da CEE a atuarem de imediato para aliviar os riscos enfrentados pelas economias do Terceiro Mundo diante do mercado unido europeu.

"É fácil demais – disse ela – presumir

que, se a Europa crescer, nossos sócios também vão prosperar. Mas se 1992 vai criar oportunidades, vai também apresentar novos riscos, principalmente para os países mais pobres".

Poucos recursos – "Além de verem suas tradicionais relações de preferência comercial com países da CEE se deteriorarem, as nações do Terceiro Mundo enfrentarão mais dificuldades em suas exportações para a Europa Ocidental, por não disporem da capacidade comercial e publicitária e dos recursos para investimento direto de que dispõem outros países". E se houver países que se beneficiem com a unificação econômica da Europa, esses países, assinala o informe, serão o Japão e a Coreia do Sul.

Ao contrário, nações como Moçambique, uma das mais pobres do mundo, que depende da venda de camarões à Europa (40% de suas exportações), serão negativamente afetadas pela integração européia. Na opinião dos especialistas, "se Moçambique não conseguir cumprir as novas normas sobre moluscos estabelecidas pela CEE para o mercado único, sua indústria de exportação irá por água abaixo".

Apesar disso, a comissão européia nada está fazendo "para garantir que o mercado único beneficie e não prejudique os sócios mais pobres da Europa", adverte o documento.

Clwyd acrescentou não haver qualquer procedimento "para assegurar que as novas medidas (como as normas sobre mariscos) sejam levadas em conta automaticamente no Terceiro Mundo" e considerou que seria "fatal" a Europa subestimar a importância do comércio com os países em desenvolvimento.

Em 1988, os 188 milhões de dólares que esses países ganharam, com suas exportações para a CEE, ultrapassaram em muito os 24 milhões que receberam da comunidade, sob a forma de ajuda.

A dirigente trabalhista britânica estima que, para reduzir a brecha entre ricos e pobres, não se deve esquecer que um bilhão de pessoas, na África, na Ásia e na América do Sul, "vivem em absoluta pobreza".

O relatório lamenta que a Lei da Europa Unida, base do mercado único europeu, não faça referência à coopera-



As economias de Moçambique (esq.) e Guatemala (dir.) estarão entre as mais afetadas pela integração europeia

ção com o Terceiro Mundo.

Mas alguns países do Sul, como as Filipinas e a República Dominicana, terão a partir de 1992 a oportunidade de desenvolver o comércio com a CEE e reduzir sua atual dependência comercial em relação aos Estados Unidos.

Na corrida para 1992, a América Latina pode esperar o apoio da Espanha e de Portugal, embora "pouco se ofereça à Ásia, onde vive a maioria dos pobres do mundo". As perspectivas também não são boas para os produtores de banana do Caribe. A CEE é o segundo importador de banana do mundo, superado apenas pelos Estados Unidos.

A competição desigual – Com o desaparecimento, a partir de 1992, das atuais restrições do mercado, deve se in-

tensificar a concorrência entre os pequenos produtores de banana do Caribe e os grandes cultivadores da América Latina, com vantagem para estes últimos. Nos países latino-americanos, as plantações são controladas indiretamente por três multinacionais norte-americanas: United Brands, Standard Fruit e Del Monte.

"Para os 50 mil trabalhadores das ilhas do Caribe cuja sobrevivência depende da banana – acrescenta o documento – um mercado livre na Europa equivale ao anúncio de uma catástrofe, já que, sem mecanismos especiais, sua produção será 30 a 50% mais cara que a latino-americana, e eles não poderão competir com ela."

Ao apresentar o estudo, Ann Clywd considerou "estranho" que, simultaneamente com a concessão de mais de 3,2 bilhões de dólares de ajuda nova à Euro-

pa Oriental, a CEE tenha decidido reduzir sua assistência à América Latina e à Ásia.

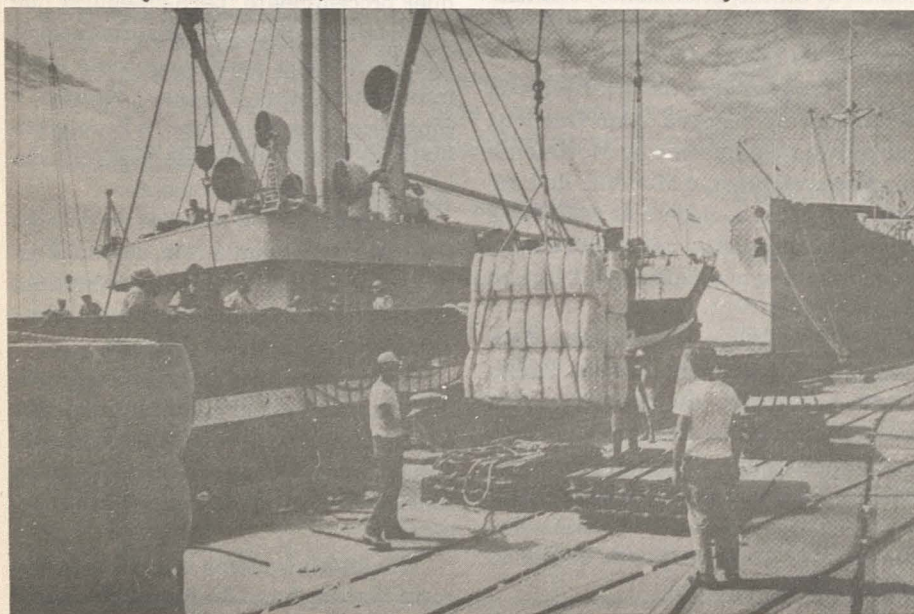
Os recursos recentemente aprovados para o "Acordo de Lomé IV¹", entre a CEE e os países africanos, do Caribe e do Pacífico, foram muito inferiores ao montante que essas nações esperavam.

O estudo também prevê que a aprovação de novas normas ambientais e de consumo na CEE aumentará os problemas ecológicos do Terceiro Mundo. Os industriais da CEE, incapazes de cumprir as rigorosas exigências ambientais domésticas, transferirão, a partir de 1992, as "etapas sujas" de sua produção aos países do Sul, onde as leis ou não são cumpridas ou não existem.

O informe menciona casos recentes em que severas restrições nacionais obrigaram empresários da Europa Ocidental a procurar "lixeiros" no Terceiro Mundo.

"1992 não será a data em que tudo começa, nem aquela em que tudo termina. Mas não se pode esquecer de criar um mecanismo capaz de assegurar que os países pobres não perderão com a unificação do mercado da CEE", adverte o informe.

"A CEE – conclui o relatório – deve tomar medidas positivas nas áreas-chave do comércio, da dívida externa e da ajuda, para que os países pobres se ajustem ao mercado único e tenham benefícios com ele."



As novas normas de importação na Europa prejudicarão o comércio do Terceiro Mundo

¹A Convenção de Lomé é um acordo estabelecido entre os países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e 64 países da África, Caribe e Pacífico (geralmente designados por países ACP), através do qual os países-membros se propõem a criar um novo quadro para o relacionamento comercial, financeiro e de cooperação entre países desenvolvidos e do Terceiro Mundo

O canto do cisne

A morte do jornalista e lutador antifascista Cedric Belfrage foi um duro golpe para centenas de exilados que passaram por sua casa no México e conheceram sua hospitalidade e coerência

Francisco Julião

Conheci Cedric Belfrage em um dia dramático de 1962, quando buscava desesperadamente plasma sanguíneo para socorrer dois irmãos e um advogado da Liga Camponesa, vítimas de um grave acidente automobilístico.

Quero recordar, hoje, esse grande amigo, que deixou de existir na madrugada de 21 de junho, aos 85 anos de idade.

Alto e magro, de cabeça pequena e bem feita, os olhos azuis como duas safiras de luz intensa, o sorriso afável, onde se notava um leve toque de ironia, a palavra medida e exata, sem uma sílaba a mais ou a menos, para dizer o que sabia e sentia, Cedric tinha gestos largos e o passo de quem nascera para correr o mundo.

Quando o recebi naquele distante ano de 1962, em minha cidade de Recife, de clima morno e úmido, amenizado pela brisa atlântica, estava com sua mulher e companheira dedicada, Mary, judia de olhos grandes e esverdeados, como se acabasse de sair de uma página do Antigo Testamento.

Tinha uma carta para mim. Era de Cheddi Jagan, então primeiro-ministro da Guiana Inglesa. Um dos assessores da Liga, meu querido amigo Antonio Lucena, cuja morte me tomou de surpresa no exílio, recebeu a missão de mostrar a Cedric tudo o que ele queria ver e saber sobre aquela região convulsionada pelo despertar das massas camponesas.

Três anos depois, em circunstâncias não menos dramáticas, recebi a visita desse belo casal em um modesto apartamento da colônia Roma, na capital asteca. Dessa vez, a mensagem que me trazia era uma cesta grande e cheia de suculentas frutas que a terra mexicana, dadivosa como a casa materna, oferece a quem nela se abriga.

Cedric e Mary conheceram, como eu e milhares de outros compatriotas latino-americanos e caribenhos perseguidos, a felicidade de chegar ao México, como anos antes os espanhóis, vítimas igualmente do fascismo. Ambos regressavam da América do Sul, que tinham visitado país por país, seduzidos pelo gênio do pintor equatoriano Guayasamín, pela fidalguia de Salvador Allende, pelo encantamento do Amazonas, o mar doce de Orellana, mas também estremecidos pelos violentos contrastes entre os que fincaram suas presas para apoderar-se das riquezas do Novo Mundo e os que aca-

baram reduzidos à vassalagem, à escravidão e à pobreza extrema.

Já sem recursos, receberam ali o apoio do velho Silva Herzog, de Carlos Fuentes, de Benjamín Carrión, entre outras figuras admiráveis que conheciam os méritos e a trajetória temerária de Cedric como combatente de primeira linha contra o fascismo.

Graças à sua clara inteligência, figura entre os mais destacados de sua geração da seletiva Universidade de Cambridge. Poderia ter sido um jornalista brilhante e próspero, escrevendo para os grandes jornais da Inglaterra e Estados Unidos.

Mas não. Quando percebeu que a Alemanha afiava as garras para apoderar-se da Europa e fazer estremecer o mundo, Cedric deu seu grito de alerta.

Estava em 1933, ano em que Hitler arrebatou o posto de chanceler do Reich como chefe incontestável do Partido Nacional-Socialista. O jovem Cedric, que tinha todas as condições para continuar desfrutando dos privilégios da classe média alta a que pertencia, abandona tudo isso e se junta a Graham Greene e outros compatriotas da mesma es-



Belfrage participou ativamente da luta contra o nazismo

tatura moral, tornando-se logo um ativo paladino da grande causa da humanidade.

Não demorou muito em ser convocado pelo serviço de informação britânico para fazer parte do corpo de intelectuais dispostos a enfrentar a avalanche nazista que crescia na Europa.

Nem bem tinham sido extintos os últimos focos de resistência dentro da Alemanha, Cedric aceita mais uma missão: a de encabeçar a *desnazificação* da imprensa germânica. Para isso se muda para Frankfurt, onde monta seu quartel-general.

Uma vez cumprida com êxito esta última missão, decide viver nos Estados Unidos. Lá se junta com seu amigo Jim Aronson, outro combatente de primeira linha contra o fascismo, e funda o *National Guardian*, que se ergue como uma trincheira avançada na luta para abolir a discriminação racial. Toma com ardor a defesa da vida do casal Rosenberg.

Embalado pela utopia democrática de colocar o negro norte-americano em pé de igualdade com o branco, luta por essa causa que o levaria mais uma vez à prisão por longos meses até que, finalmente, opta pela deportação voluntária, já que não se reconhece como cidadão de um país que para libertar-se do jugo da Inglaterra não discrimina o marquês de La Fayette, tão estrangeiro como ele.

Constata outra contradição que acreditava superada desde o momento em que os Estados Unidos e a União Soviética, as grandes potências de sistemas políticos antagônicos, se uniram contra o Eixo nipo-nazi-fascista. É que, enquanto a União Soviética ergue a bandeira da paz entre os dois sistemas, o capitalista e o socialista, os Estados Unidos optam pela continuidade da guerra que então passa a se chamar de Guerra Fria.

Como consequência, começa na pátria de Lincoln uma espantosa caça às bruxas. Ser antifascista equivalia a ser pró-soviético e não simplesmente democrático. É como ser pró-Cuba desde que se iniciou o bloqueio econômico contra a pátria de José Martí, que foi tão antiimperialista como o é Fidel Castro.

Coube ao senador McCarthy o papel de Grande Inquisidor. Papel que Cedric denuncia em seu livro "A inquisição democrática nos Estados Unidos", editado recentemente nesse país. É uma de suas obras mais admiradas pelo vigor, concisão, pelo vasto material recolhido com a paciência e o escrúpulo que fizeram de Cedric um capitão sereno e firme.

O *macartismo* se desencadeia como uma tempestade furiosa. Atormenta, fustiga, persegue, ficha e reduz à condição de inimigo dos Estados Unidos até um gênio como Charles Chaplin.

Expulso do país onde supunha que encontraria a liberdade para o exercício dos seus ideais, Cedric não se acomoda, porque tem diante de si um desafio permanente à sua inteligência questionadora e seu espírito combativo.

Retorna ao Museu Britânico, não para recordar, sentimentalmente, os anos da Universidade de Cambridge. Quer descobrir o porquê do seu regresso ao Velho Mundo.

O resultado dessa peregrinação é o romance "Meu Amo Colombo", no qual põe em evidência, como disse muito bem o escritor e crítico cubano Alberto Prieto no prólogo da edição feita em seu país, "uma vasta cultura do mundo ibérico nos últimos anos do século XV e começos do seguinte, assim como as características das primitivas sociedades caribenhas". Felizmente, uma nova edição dessa obra-prima acaba de ser editada no México. Nada mais oportuno.

A residência de Cuernavaca, onde o casal se estabelece definitivamente, se tornou o lugar de encontro de cada canadense, norte-americano, europeu, australiano, chinês, indiano que compartilhava de suas idéias. Ser antifascista, o que equivale a dizer ser democrático, era a única exigência para transpor os portões daquela casa.

Cedric continua ali seu trabalho criativo. Fulminado três vezes consecutivas por infartos do miocárdio e além disso vítima de uma hemiplegia que só lhe deixa uma mão livre para tocar o teclado da velha máquina, não pára de escrever. Passa a fazer traduções para o inglês de obras famosas, como *El ingenio de Fragar, Las venas abiertas de America Latina* e *Memorias del Fuego* de Eduardo Galeano. Dias antes de fechar os olhos, terminou o último capítulo de mais um livro do escritor uru-

A equipe de terceiro mundo faz suas as palavras de Francisco Julião sobre Cedric Belfrage. Nos anos em que nossa sede esteve no México e lançamos ali a edição pioneira de third world, Cedric foi o companheiro extraordinário, dedicado e entusiasta que conseguiu transformar o sonho em realidade. Achamos que a melhor homenagem que podemos lhe prestar é seguir em frente.

guaio.

Quando Neiva Moreira, fundador da revista **cadernos do terceiro mundo**, chegou ao México, também como refugiado, recorreu a Cedric e Fernando Molina para conseguir materializar sua edição em inglês.

Centenas de exilados políticos do nosso continente devastado por golpes militares encontraram refúgio na casa dos Belfrage. Famílias inteiras sentiram que o velho querido lutador antifascista, ainda que prostrado em seu leito, continuava sendo o mesmo de sempre, junto com aquela que lhe fechou os olhos e lhe recolheu as cinzas para a longa viagem à pátria de origem, onde se fez cidadão do mundo.

Cedric deixou amigos verdadeiros por onde foi passando e inimigos implacáveis. Aos amigos soube querer, e aos inimigos, esquecer. Assim foi ele.

Tepoztlán, julho de 1990.

(Este artigo foi publicado originalmente pela revista "Siempre" do México)

A crise de um gigante

Marcelo Montenegro

A Coalizão Arco-Íris é um amplo movimento social que apóia o líder negro norte-americano Jesse Jackson. Pastor protestante e dirigente do Partido Democrata, Jackson disputou as primárias como pré-candidato à presidência dos Estados Unidos nas últimas eleições (1988). A Coalizão Arco-Íris, formada sob a inspiração dos princípios de Martin Luther King Jr., nasceu como um movimento de origem religiosa ligado aos pobres.

Luther King lutava em defesa "dos discriminados, dos que não têm voz", segundo sua própria definição. Queria reunir em seu movimento as pessoas de boa vontade. Formar uma coalizão de pessoas conscientes. Esse foi o sonho de King e é agora o sonho de Jackson e dos que, como Brady Tysson, acompanham-no nesse movimento. Segundo eles, essas idéias não são exclusivas da Coalizão Arco-Íris. Trata-se, antes, de uma proposta universal. Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, Tysson abordou esses temas.

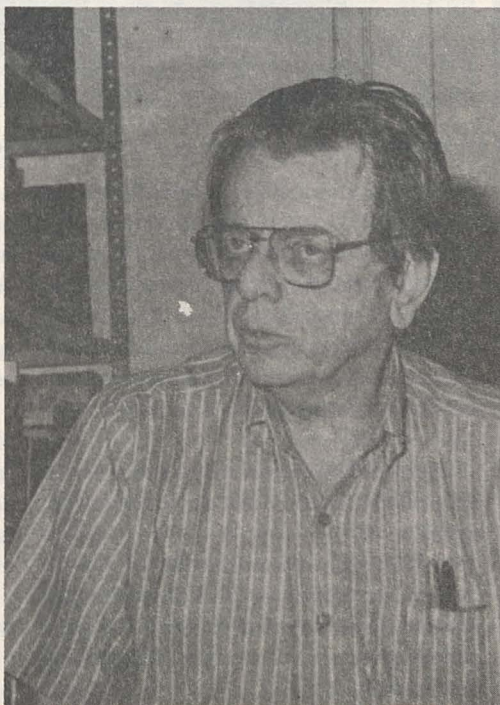
Nas primárias do Partido Democrata, Jesse Jackson teve muito boa votação, inclusive de grande número de eleitores brancos. Como avalia essas adesões?

— Nosso movimento não é exclusivo. Ao contrário, qualquer pessoa, qualquer organização pode participar dele, desde que aceite os postulados norteadores de nossos princípios.

Entre os eleitores de Jesse Jackson, há brancos pobres do sul dos Estados Unidos. Nós temos uma disputa política muito intensa com os liberais, em todo o país e dentro de nosso próprio partido. Eles nos acusam de conservadores, de atrasados, e pretendem ter soluções "modernas" para o problema dos pobres.

São eles, na verdade, que formam

Brady Tysson, professor de política externa na American University, de Washington, e assessor do líder negro Jesse Jackson, do Partido Democrata, analisa aspectos pouco conhecidos da situação que a sociedade norte-americana está vivendo



Tysson: "Nossas vitórias não chegam aos jornais"

uma elite conservadora e arrogante. Essencialmente paternalista. O discurso liberal nos Estados Unidos pede aos pobres que tenham paciência, enquanto eles, os liberais, "dão um jeito nas coisas". Os liberais pretendem ser os líderes dos pobres.

Jackson vem-se convertendo, na realidade, no único porta-voz político dos oprimidos nos Estados Unidos. Por isso têm medo dele. Há restrições à divulgação de notícias sobre ele nos meios de comunicação. Nossos triunfos políticos, que não são poucos, raramente chegam às manchetes dos jornais.

Têm medo de nós porque os negros, os hispânicos, as mulheres de classe média que se mobilizam em torno de nossas propostas serão em breve maioria em todo o país. De nossa parte, confiamos no que chamamos *Good Government Movement* (Movimento pelo Bom Governo). Acreditamos que a presença de pessoas honestas e competentes no governo não depende do velho sistema partidário.

No Texas, as eleições municipais em sete das dez cidades mais importantes foram ganhas por candidatas mulheres. Nas próximas eleições para o governo do estado, temos uma candidata mulher, cujas chances de vencer são muito grandes.

Não estamos propondo a mudança de todo o sistema nos Estados Unidos. Seria um desafio grande demais. Queremos simplesmente introduzir modificações nas relações sociais e econômicas, para realizar o sonho de nossa Constituição. Queremos que o sistema funcione da melhor maneira possível. Acreditamos naquilo que está no texto de nossa Constituição e pensamos que ele foi desvirtuado pelos governos.

Qual é a composição do setor mais pobre da sociedade norte-americana?

— Muitos são imigrantes. Os Estados Unidos têm a quinta população de língua espanhola do mundo. Vivem

nos Estados Unidos 21 milhões de pessoas de origem hispânica. Desse total, 65% são *chicanos*. Há muitos dominicanos e há muitos "gusanos" (emigrados de Cuba), há nicaraguenses, mexicanos, porto-riquenhos. Com exceção dos "gusanos", que estão concentrados na área de Miami e formam uma classe alta urbana, anticomunista e conservadora, o resto é quase todo gente pobre. A maioria é pobre.

Só no Texas há quatro milhões de hispânicos. Nós demos impulso a uma aliança, que funciona bem, entre negros, hispânicos e mulheres brancas de classe média.

Na Califórnia, nosso movimento cresceu muito. O estado da Califórnia já é mais populoso que o Canadá. E também mais rico. As tendências demográficas in-

des brancas de classe média endinheirada e assegurar-lhes o controle do governo da cidade, evitando que os hispânicos pudessem conseguir maioria na Assembléia estadual da Califórnia e no Conselho Municipal da cidade.

Isso foi mudado por uma decisão judicial. O sistema eleitoral que o tribunal agora consagrou permitirá a ascensão dos bairros pobres de Los Angeles ao governo da cidade e ao Poder Legislativo do Estado. O sistema político deverá adaptar-se paulatinamente a essa nova realidade.

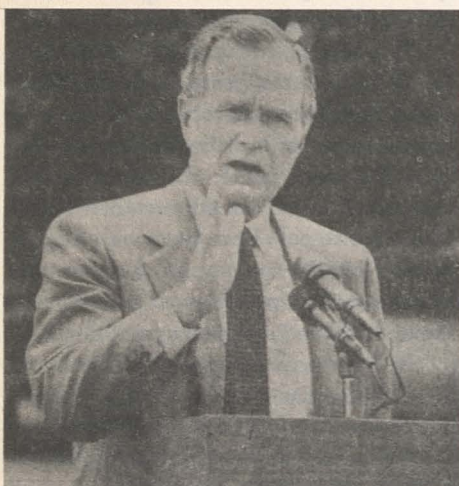
Nos últimos anos, apesar do crescimento econômico, a pobreza aumentou nos Estados Unidos?

— Sim. Em nosso país existem hoje várias grandes dívidas. Uma delas é a di-

para o risco de corrosão a que estamos expostos. "Com tanta pobreza dentro de semelhante riqueza — dizia King — toda a sociedade será contaminada".

Agora, todo mundo fala do narcotráfico. Mas isso é fruto exclusivo da negligência de sucessivos governos norte-americanos. King tinha toda razão. Como Jackson tem agora toda razão.

Acaba de ser publicado um livro de impacto, *The politic of rich and poor: Wealth and the American electorate in the Reagan aftermath* ("A política de ricos e pobres: a riqueza e o eleitorado norte-americano depois de Reagan"), de Kevin Phillips, um ideólogo, um teórico extremamente conservador, que mostra, alarmado, como nos últimos anos a distribuição de renda nos Estados Unidos passou a traçar uma curva para cima.



George Bush, continuador de Ronald Reagan em sua política de privilegiar as classes com maior poder aquisitivo

dicam que em apenas dez anos a maioria da população californiana será de não-brancos.

Chega a 14% a participação da imigração no crescimento demográfico dos Estados Unidos. Isso está mudando o perfil da população. É claro que esse fenômeno demora a ser assimilado pelo sistema político. Mas isso vai acontecer.

Em Los Angeles, por exemplo, uma decisão judicial, muito importante, do Tribunal Federal, acabou com a antiga lei de distritos eleitorais da cidade. A circunscrição eleitoral de Los Angeles abrange 12 milhões de pessoas e estava organizada de modo que os bairros pobres tivessem representação menor. Era uma forma de privilegiar as comunida-

vida social. Desde 1968, quando foram interrompidos os programas de erradicação da pobreza, as condições de vida dos setores marginalizados se deterioraram enormemente. Em 1968, apenas 10% da população dos Estados Unidos viviam abaixo do limite da pobreza. Hoje, essa proporção é de 20%.

Essa deterioração social é resultado da política econômica do governo Reagan?

— Não exclusivamente. Só em Washington, atualmente, 70% das crianças nascem no lar de mães solteiras. Os pais podem gerar essas crianças, mas não podem mantê-las.

Luther King advertia, já nos anos 60,

Quer dizer, a riqueza está sendo concentrada nas classes mais endinheiradas. Isso é incrível num país como o nosso! A sociedade norte-americana perseguiu sempre um ideal igualitário. Um sonho de igualdade que estamos perdendo.

Isso, sim, é o resultado da era Reagan. E Bush segue a mesma linha. Ele se diz "comovido" pelas notícias sobre a crescente concentração de renda. Mas nada faz.

Como está a situação da poupança interna para o cidadão norte-americano?

— Nosso povo só agora começa a compreender o problema do endividamento. De todas as dívidas, a principal é com a

poupança interna. Vai custar 500 bilhões de dólares, quando toda a Segunda Guerra Mundial custou 650 bilhões. O custo de nossa dívida interna quase chega a essa cifra.

A Guerra Fria quase destruiu a União Soviética e pode chegar a nos destruir também, pela dívida que gerou. Até agora, a sociedade norte-americana não levava muito a sério esse problema. Neste momento, ela está a um passo do colapso e continua a não tomar conhecimento do problema.

Existem cerca de seis mil altos funcionários do sistema bancário, no setor de cadernetas de poupança, que deveriam estar presos por corrupção. Isso todo mundo sabe. Dez ou mais bancos da região nordeste estão a ponto de quebrar. Esse não é ainda um dado muito conhecido, mas vai ser conhecido em breve. É só uma questão de tempo. O público não pode assimilar de um dia para outro o que está acontecendo.

No Texas, por exemplo, que é um estado rico, nenhum dos bancos em funcionamento está em mãos de texanos. Muitos dos donos são europeus. Os japoneses também estão chegando para investir, mas, como conhecem bem a questão, buscam outras áreas para colocar seus ienes.

Os grandes escândalos de corrupção e enriquecimento imoral, nos quais está envolvido o próprio filho do presidente, Neil Bush, vão provocar a mobilização da opinião pública, assim que vierem à tona.

Tem havido casos de enriquecimento astronômico, em poucos meses. Casos que não chegam a ser ilegais, mas que são, sim, altamente imorais. Isso vai provocar um processo de reflexão na sociedade norte-americana e esse processo desembocará na compreensão e na condenação em massa de toda essa corrupção.

As grandes companhias de seguros estão com o mesmo problema. O sistema previdenciário também está quebrado. O Social Security Fund, ao qual todo mundo faz uma contribuição com vistas à própria aposentadoria, é a instituição que atualmente paga as aposentadorias.

Mas agora se sabe que há 20 anos o Congresso vem autorizando o presidente a emprestar esse dinheiro para financiar os gastos do governo. E o governo não



Caso Barry: parte de uma campanha para desmoralizar o movimento negro

quer cortar seus gastos!

Só os resseguros do sistema de poupança vão custar 300 bilhões de dólares. Pensa-se em pagá-los no prazo de 30 anos e não se sabe a que taxa de juros.

Os únicos ganhadores nessa crise são os banqueiros. A população dos Estados Unidos vai pagar por isso com mais impostos e maior empobrecimento. O cidadão médio está "drogado" pelo consumismo e contraiu uma grande dívida com os bancos através dos cartões de crédito.

Foi esse aumento da pobreza e da marginalidade o que mais contribuiu para o crescimento da violência racial e social?

— Existem graves conflitos étnicos e sociais em Nova Iorque, Boston, Chicago e outras grandes cidades do país. Nosso grande objetivo, nossa grande esperança é que esses setores marginais urbanos passem a votar maciçamente no Partido Democrata, na Coalizão Arco-Íris. Mas dentro desses grupos há muitos conflitos.

Ocorreu nos Estados Unidos, nos anos 60, um movimento social violento que se manifestou nas ruas. Hoje, ao contrário, existe outro tipo de contestação nas ruas. Há um movimento de violência interna, voltada contra os próprios oprimidos. Os pobres se matam entre si, por meio das quadrilhas urbanas. Em Washington, o nível de violência é similar ao da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com uma média de dois mortos por dia.

Jackson é muito admirado entre os negros, mas ainda não conseguimos uma

forma eficaz de organizá-los nas grandes cidades do norte. A base de nosso movimento está no sul. A igreja é mais fraca no norte.

O sul, predominantemente rural, também está agora urbanizado, mas ainda há uma tradição de laços profundos com a família e de pertencer a uma comunidade, sentimentos que se perdem quando chegamos à cidade.

Em Nova Iorque ou Boston, temos pouca liderança. No sul, ao contrário, nos distritos que organizamos, o comparecimento eleitoral vai a 95%.

Outra causa da violência são as drogas. A droga é um ópio para o povo. Em nossa avaliação, pouco menos da metade do consumo está na classe média. O resto está entre os pobres. Nos Estados Unidos a riqueza é tanta que, mesmo com o desemprego alto, as pessoas sempre conseguem algum dinheiro.

De uma maneira ou outra, legal ou ilegal, as pessoas conseguem 200 dólares por dia para satisfazer seu hábito de drogas. Muitos roubam, cometem pequenos crimes.

Qual é a posição da Coalizão Arco-Íris diante da política de "guerra às drogas" iniciada pelo presidente Reagan e continuada por Bush?

— Existe uma estratégia do Pentágono para proteger seus gastos. O Pentágono e o complexo militar-industrial estão loucos para justificar seu orçamento. É claro que os gastos serão cortados. Não tanto por uma concepção antimilitarista ou

As causas do declínio

Desde que o historiador Paul Kennedy apresentou a idéia ao público norte-americano, já há anos, em seu livro *The Rise and Fall of the Great Powers* ("Ascensão e Queda das Grandes Potências") – *best seller* por muitos meses nos Estados Unidos – a determinação das causas do declínio dos Estados Unidos passou a ser um ponto de debate na opinião pública norte-americana.

A importância dessa discussão, na opinião dos analistas norte-americanos, reside no fato de que o país precisa aprender com sua história recente e adotar uma posição menos pretensiosa no terreno internacional, uma posição mais humilde e mais segura, aceitando suas próprias limitações.

Outros, mais otimistas, como Joseph S. Nye Jr., em *Bound to Lead – The changing nature of American Power* ("Obrigados a Liderar – A natureza em mudança do poder dos Estados Unidos"), confiam em que o sistema de equilíbrio de poder no mundo, embora esteja mudando da bipolaridade para a multipolaridade, continuará exigindo a presença de uma potência regente no século XX e que esse papel deve ser assumido pelos Estados Unidos, já que não há outro país que possa e queira exercê-lo.

Tyson resume assim a discussão:

"Essa história começa na

década de 60, com a explosão pacifista contra a guerra do Vietnã e contra o armamentismo. Encabeçado por liberais progressistas brancos, esse movimento não se baseou em programas específicos, nem na vontade de construir uma alternativa ao *establishment*. Foi simplesmente a expressão de uma indignação. A nação perdeu esse momento. A guerra do Vietnã dividiu o país. O assassinato de Lu-



Washington: na rica capital, o mendigo tenta fugir do frio

ther King derrotou a 'Coalizão da Consciência' na luta contra a pobreza. Os programas de assistência aos pobres foram oficialmente abandonados.

"Nos anos 70, produziu-se a crise do petróleo (1974 e 1982). Os Estados Unidos perderam o controle sobre a circulação de dólares em todo o mundo. Aparecem os

'eurodólares' e os 'petrodólares'. O dinheiro se destina, maciçamente, a projetos militares. Poucas inversões voltam-se para o desenvolvimento. Cresce a dívida interna, devido ao consumismo da população. O nível de produtividade começa a cair. Estoura o escândalo de Watergate. Agrava-se a deterioração social das classes pobres.

"Nos anos 80, inaugura-se a era Reagan. Reimplanta-se, nostálgicamente, a mentalidade de Rambo; do *cowboy* contra os índios. Cortam-se todos os fundos dos programas sociais. Destrói-se a maior parte dos controles do siste-

dor, no maior devedor do mundo, com uma dívida externa de 650 bilhões de dólares. Esse endividamento não seria tão perigoso se tivesse sido contraído para realizar investimentos produtivos, tais como a modernização das fábricas e a especialização da mão-de-obra. Mas esses créditos foram tomados para financiar gastos militares, para a especulação financeira e para importações supérfluas, e, portanto, nada acrescentaram à estrutura produtiva da economia norte-americana'. Essa afirmação é de Jeff Faux e foi publicada no *World Policy Journal*, revista do Instituto de Política Mundial, dos Estados Unidos, em 1986.

"Em fins dos anos 80, aumentaram o consumo de drogas, a violência racial e social e a delinquência nas grandes cidades. A corrupção tornou-se evidente em grandes escândalos, um deles envolvendo o próprio filho do presidente Bush, que vai ser processado criminalmente.

"Os Estados Unidos ainda mantêm a dianteira em várias tecnologias, mas perderam a liderança global no mundo. O país garantiu a segurança do Ocidente durante toda a Guerra Fria, suportando grandes gastos militares.

Enquanto isso, seus aliados modernizavam sua infra-estrutura industrial e melhoravam sua competitividade.

"Esse sistema de intercâmbio com os países europeus, o Japão e os 'tigres asiáticos', possibilitou um grande crescimento econômico de todos eles e enfraqueceu a economia norte-americana."

ma de poupança, do sistema bancário e dos investimentos produtivos. Aumentam a especulação e a corrupção. Estoura o escândalo Oliver North/John Poindexter, conhecido como *Irangate*.

"Em apenas três anos, de 1982 a setembro de 1985, a política econômica de Reagan transformou os Estados Unidos, país cre-

"anti-Guerra Fria", mas porque os gastos são muito altos e o país não os suporta.

Quanto à luta contra o narcotráfico, a mentalidade agora é tentar persuadir o povo de que o problema das drogas será resolvido por métodos policiais. Segundo essa política, a droga é, principalmente, um problema de polícia. O povo norte-americano espera que o governo tenha êxito nessa guerra contra as drogas. Uma guerra que significa liquidar, no mesmo golpe, as guerrilhas latino-americanas.

Eles dizem que o problema deve ser separado: de um lado o narcotráfico, do outro as guerrilhas. Mas, na verdade, o que se está produzindo é uma aliança entre os militares latino-americanos e o Pentágono, para aniquilar os fornecedores de drogas e, ao mesmo tempo, os guerrilheiros que operam em áreas próximas.

De forma que o problema das drogas será atacado, primeiro, com as armas e, depois, com a educação. Nós sustentamos que, de qualquer maneira, será necessário realizar uma ampla reforma em todo o país. É preciso acabar com o desequilíbrio entre ricos e pobres; entre a indústria bélica e a indústria pacífica. O governo deve formular uma política de educação para o país. Os Estados Unidos precisam de um novo *New Deal*¹.

Jackson pode ser esse novo líder. Publicou-se, recentemente, um livro com todos os discursos que ele fez na campanha de 1988/89. Esse livro contém um novo *New Deal* voltado a nossas próprias raízes. Essa é a única forma de enfrentar o problema das drogas. É impossível tratá-lo como um problema exclusivamente policial, com mais soldados, bloqueando os portos do Peru e da Colômbia ou mandando tropas do Comando Sul para bombardear os centros de produção na América Latina.

O sr. mencionou a necessidade de um novo New Deal e a falta de uma liderança política nacional nos Estados Unidos. Como vê o governo Bush frente a esses desafios?

— Quando Bush foi eleito, a sociedade concedeu-lhe o chamado "prazo de carência", com a esperança de que nascesse uma nova liderança. Mas os primeiros seis meses do novo governo foram confusos, indefinidos. Agora o presidente se

decidiu. E decidiu que vai comandar a retaguarda.

A estratégia de Bush é proteger o que sobrou do império, defender os ricos do mundo e os principais líderes da economia americana. Ele não tem uma visão de estadista. Essa é uma crítica comum, inclusive entre os próprios republicanos. Bush não está preocupado com uma política mais a longo prazo. Adotou uma atitude defensiva. Uma política que, a nosso ver, é orientada por Margaret Thatcher. Não podemos dizer que ela seja a autora do plano de governo de Bush, mas podemos dizer, sim, que ela orienta a filosofia desse programa.

A mentalidade de Margaret Thatcher é que a Comunidade Econômica Europeia (os países do Mercado Comum) deve recolonizar a África, desta vez suavemente, para se garantir o fornecimento de matérias-primas e o acesso à mão-de-obra barata, e assim subjugar os movimentos operários na Europa. Além de manter os imigrantes na condição de verdadeiros mendigos.

Nesse ponto é necessário destacar que, para conseguir tudo isso, será preciso, entre outras coisas, eliminar ou neutralizar politicamente Nelson Mandela, porque sua influência e seu prestígio fortalecem muito os países africanos. Mas como diminuir o poder de Mandela? Como conseguirão minar sua força carismática em toda a África? Porque o poder de Mandela não se limita à África do Sul, mas alcança outros países.

Inclusive os Estados Unidos, onde Mandela desfruta de enorme prestígio.

Uma das formas de conseguir isso é diminuir as sanções econômicas contra a África do Sul. O peso maior dessas sanções vem do governo dos Estados Unidos, graças, fundamentalmente, à ação de nosso movimento. Em consequência, uma das formas de debilitar as sanções contra a África do Sul é minar a credibilidade dos líderes negros nos Estados Unidos.

Há uma campanha nesse sentido. O que estão fazendo com o prefeito de Washington, Marion Barry, é parte dessa tática. Ele é amigo nosso. Todos sabemos como foi fraco no caso das drogas, mas o FBI montou uma armadilha que custou milhões de dólares ao Departamento de Justiça, que, por sua vez, é muito mais corrupto que o prefeito.

Mais da metade dos negros que ocupam cargos eletivos estão sob investigação pelo FBI. Essa é uma forma de intimidá-los e de tentar desmoralizar a herança do movimento de Martin Luther King, afetando, além disso, a presença de Jesse Jackson no cenário político.

Uma das vitórias obtidas por Mandela em sua visita aos Estados Unidos foi a decisão da municipalidade de Nova Iorque, de aumentar as sanções contra a África do Sul e as pressões contra as empresas que continuam comerciando com o regime do *apartheid*, além de estimular financeiramente aqueles que cortem



Na capital, a violência deixa uma média de dois mortos por dia



Os ideais de Luther King (acima) inspiram Jesse Jackson (na foto abaixo, o segundo à esquerda) e todos os que lutam por justiça social e contra o racismo



seus vínculos comerciais com a África do Sul. Isso se deve principalmente ao nosso trabalho, ao trabalho da Coalizão Arco-Íris.

Existe alguma pressão da sociedade norte-americana, impulsionada pelo déficit fiscal, em favor do desarmamento?

— Na verdade, essas pressões vêm do próprio Pentágono, que não pode continuar pagando tantos salários. Dizem que é inevitável a desmobilização de 200 mil homens das forças armadas dos Estados Unidos. Deviam desmobilizar muito

mais, uns 500 mil. O problema é que nos Estados Unidos nunca foi possível superar a estrutura herdada da Depressão dos anos 30, sobre a qual se construiu o atual complexo militar-industrial.

A forma de superar a recessão dos anos 30 foi armar um grande aparato militar. Roosevelt determinou, e todo mundo ficou de acordo, a construção de duas grandes frotas navais. Uma para o Atlântico e outra para o Pacífico. Naquele momento, do ponto de vista militar, a iniciativa se justificava. Foi uma forma de antecipar-nos ao surgimento do Eixo.

Roosevelt tinha razão. O problema é que esse esquema continua servindo como estrutura de desenvolvimento da economia norte-americana.

Nossa economia atual é extremamen-

te dependente do complexo militar. Os 200 mil soldados desmobilizados das forças armadas significarão 200 mil desempregados a mais. A desmilitarização da economia não é um processo simples. Não é uma reconversão qualquer. É um problema técnico que requer grande coragem política e muita sabedoria.

Muito mais fácil é ceder à tentação de manter o complexo militar. O Pentágono tem um milhão de soldados, técnicos, pilotos, especialistas, que deveriam ser reciclados na produção. Isso não é sim-

ples.

Gorbachev foi muito claro. Ele disse que não pode retirar mais tropas da Europa, porque a União Soviética não tem, em seu território, quartéis suficientes para alojá-las. Em nosso caso, 200 mil soldados é muita gente. É impossível desmobilizar os soldados norte-americanos que estão na Alemanha — muitos deles negros — e soltá-los nas ruas de Nova Iorque. Isso aumentaria muito as tensões sociais e é uma coisa que o governo não pode permitir.

Penso que o governo norte-americano é capaz de invadir Cuba, em dezembro do próximo ano, simplesmente por motivos eleitorais. Cuba não representa perigo para a segurança dos Estados Unidos. Da mesma forma, nem Noriega, nem a Nicarágua, nem Granada representavam perigo para nossa segurança. Foi uma simples questão de manipulação da opinião pública, com fins eleitorais, para desviar sua atenção dos problemas de fundo.

O sr. acredita que o poder dos Estados Unidos no mundo vai diminuir?

— Sim, sem dúvida. Em 1945 e 1946, o governo norte-americano teve a possibilidade de estimular a criação de uma comunidade internacional cada vez mais interdependente, a partir da ONU. Mas não o fez. Assumiu uma política de cruzada anticomunista unilateral e atropelou todos os que se opuseram a isso.

Agora, a Alemanha e o Japão sentem-se felizes com os Estados Unidos aferrados a esse papel de responsáveis pela ordem no mundo, de vigilantes internacionais. Os Estados Unidos continuam a se endividar e a Alemanha e o Japão levam vantagem com essa política.

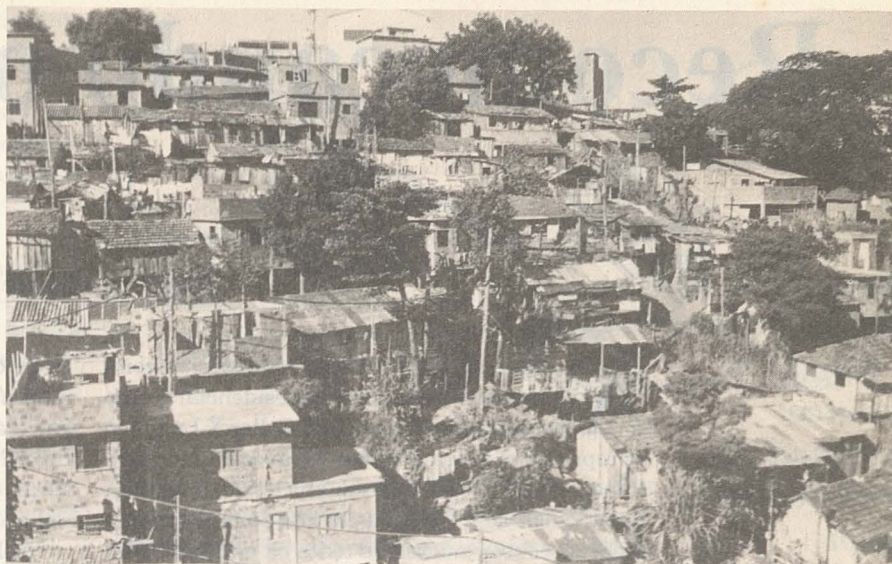
Formou-se nos Estados Unidos uma espécie de corporativismo entre o Estado e as empresas transnacionais. Mas esse sistema está em crise e precisamos de uma liderança de outro tipo. A sociedade norte-americana vai produzir, sem dúvida, esses novos dirigentes e essas novas idéias.

10 New Deal foi um amplo programa de reformas impulsionado em 1933 pelo presidente Franklin Roosevelt para tirar os Estados Unidos da depressão econômica que se seguiu ao crack de 1929

A favelização crescente expressa as carências determinadas pela ausência de políticas de desenvolvimento social

O governo Collor já perdeu, na prática, seu primeiro ano, no que toca à implantação de uma linha de ação social coerente

46



A crise do Golfo reacende a discussão sobre substitutivos do petróleo e o governo já decidiu reativar o Proálcool.

As meias soluções, contudo, só desaparecerão, quando o país racionalizar sua matriz energética adaptando-se aos fatores abundantes.

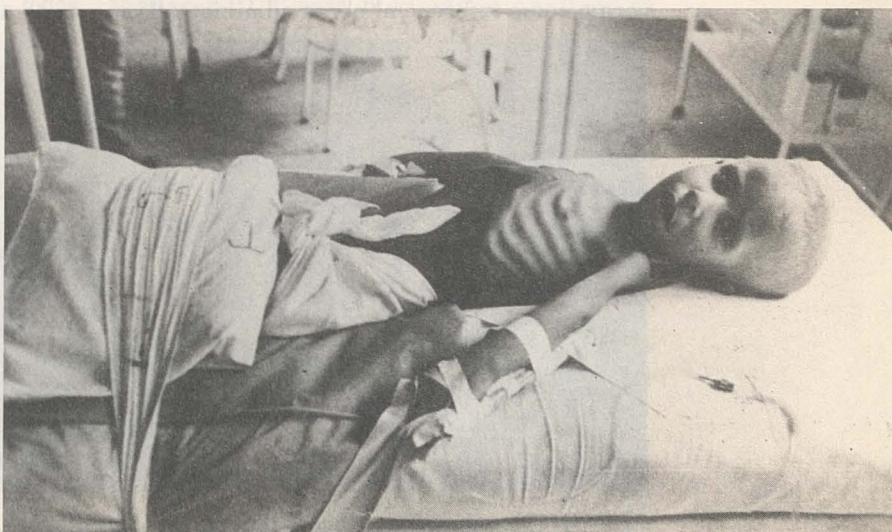
49



O Brasil está cada vez mais doente e velhos males debelados tornam a surgir, para alarme dos sanitaristas e da população

Desnutrição e doenças infecciosas são exemplos de problemas que estão a exigir uma revolução na área da saúde, como já houve em outras épocas.

57



Recomeçando o jogo

As eleições redesenham o mapa político nacional. Os conservadores saem fortalecidos e prontos a engrossar o apoio a Collor, enquanto à esquerda sobrou apenas Brizola, pois PT e PSDB não obtiveram a resposta que esperavam das urnas

Procópio Mineiro

As urnas de 3 de outubro esqueceram completamente as da eleição presidencial do ano passado: o confronto final Collor X Lula não se reproduziu agora e ambos, através de seus partidos, o PRN e o PT, saíram por baixo, embora a presidência dê a Collor a chance de reunir a seu redor os conservadores de todos os matizes agora eleitos.

Ao mesmo tempo, ocorreu um desproporcional percentual de votos brancos – eleitores desarvorados de suas opções anteriores e aparentemente sem rumo, ou provavelmente desinformados, particularmente no que se refere à escolha dos candidatos proporcionais (veja, a propósito, o quadro sobre o sistema eleitoral). Os votos nulos (um misto de protesto e ignorância) e as abstenções ficaram próximos às faixas históricas, mas a soma de brancos, nulos e abstenções praticamente dobraram, em relação a pleitos anteriores.

Sem saltos no escuro – Um dos dados evidentes é a vantagem de nomes conhecidos ante nomes novos, como se a questão ideológica e partidária tivesse ficado em segundo plano.

É uma explicação correta apenas parcialmente: os nomes são conhecidos, mas suas preferências tiveram como referencial obras administrativas

anteriores – um fator lógico num pleito onde pesa mais a questão regional. Não se pode, contudo, negar o aspecto ideológico numa eleição como a de Leonel Brizola (PDT/RJ) e na passagem ao segundo turno de Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), Alceu Collares (PDT/RS) e Jorge Viana (PT/AC).

A eleição, porém, já no primeiro turno, de nomes como os pefelistas Antônio Carlos Magalhães (BA) e José Alves (SE) decorre, sem dúvida, de uma liderança política consolidada em seus estados, fruto de administrações anteriores, nos planos regional e federal e de uma prática política que encontra eco naquelas populações, em grande parte carentes de maior nível de informação política. Os também pefelistas Vílson Kleinubing (SC) e Jaime Campos (MT), embora possam ser enquadrados na categoria de novos, devem suas eleições à solidez de alianças conservadoras e à importância dos esquemas de seus patrocinadores.

Pode-se ainda dizer que a floresta de siglas exploradas pela direita em muito contribuiu para disfarçar a natureza de muitos candidatos conservadores, que concorreram por agremiações cheias de “social” e “renovador”, entre outros qualificativos que insinuam tendências avançadas.

De forma dominante prevaleceu, portanto, a recusa a um salto no escuro, seja à direita ou à



O palanque progressista do segundo turno do pleito presidencial não se repetiu em 90 e este foi um dos motivos do mau desempenho das esquerdas, embora o PDT de Brizola tenha conseguido resultados expressivos

esquerda, uma orientação inversa àquela que dominou o segundo turno do pleito presidencial do ano passado. O eleitor optou por caminhos que considerou seguros, à esquerda ou à direita.

Pode-se prever, contudo, que o segundo turno poderá transformar-se num confronto ideológico, onde haja candidatos de esquerda antepondo-se a representantes conservadores.

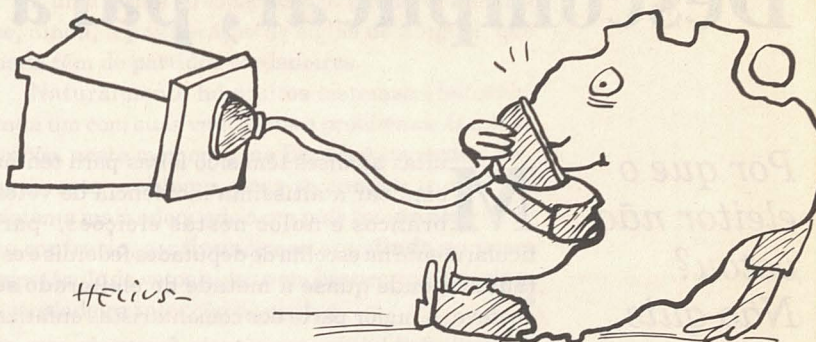
Pressões diversas – Se Brizola escapou do atropelamento que vitimou o PT e o PSDB, Collor também escapou do naufrágio de seu PRN: a safra conservadora é gorda e nela o esquema federal poderá estruturar seu apoio. Mas, se evitou o condicionamento da oposição de esquerda – que seria inevitável, caso o PDT pudesse ter a seu lado bancadas e governos petistas e pessedebistas, em maior número – o presidente Collor de Mello terá que enfrentar outros condicionamentos.

Seus inevitáveis aliados vão aproximar-se de maneira altiva, pois devem suas eleições a méritos próprios e não a apoios do governo federal. Não devem nada a Collor, que vai precisar deles. Mais uma vez, o atual presidente terá extrema semelhança com Sarney, no jogo que certamente será levado a praticar, no toma lá, dá cá. O baiano Antônio Carlos Magalhães definiu essa posição, ao afirmar que deve o mandato a seu próprio prestígio e ao povo de sua terra e não ao prestígio presidencial, motivo pelo qual terá uma atitude reivindicativa diante do Planalto. Ou seja, o Planalto não terá simpatia de graça.

O renascimento pefelista e o relativo ocaso pemedebista (quase nenhum governo, mas ainda uma bancada parlamentar de mais de 20% do Congresso, segundo as projeções), mais o naufrágio do PSDB com suas incertezas ideológicas e os sucessos esparsos de siglas quase fantasmas, sob as quais se abrigam alguns dos conservadores eleitos – todas essas condições parecem confirmar as expectativas de que o governo federal poderá desencadear um processo de aglutinação, gerando uma nova agremiação partidária. Surja ou não tal partido, é certo que o panorama criado pelas urnas facilitam o trabalho do Planalto de construir um sistema de apoio através da maioria dos governadores.

O desafio das esquerdas – As urnas deste ano ainda merecem muitas análises, mas, certamente, parece claro que o panorama político nacional terá, como modificação maior, uma projeção especial e solitária do governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, como pólo de oposição e candidato declarado a presidente da República em 1994.

A própria votação brizolista no Rio de Janeiro, além das suas possibilidades de ter governadores do PDT também no Rio Grande do Sul, Espírito



Santo, Paraíba e Rio Grande do Norte – onde seus candidatos enfrentam o segundo turno em 25 de novembro, sem esquecer a aliança vitoriosa no Ceará (com o PSDB), e a do Acre (com o PT, que vai para segundo turno) – formam o fenômeno político positivo da esquerda nestas eleições.

O fenômeno negativo foi o baque do PT e do PSDB.

O PT está saindo para o segundo turno em um único estado, o Acre, onde atua em coligação com o PDT, tendo sofrido derrotas importantes, prevenindo-se, inclusive, que fará bancada menor que a atual de 17 deputados federais, além de não poder mais contar com a presença de sua liderança maior, o Lula, na Câmara Federal.

O próprio Lula pretende liderar um processo de autocrítica no PT. Um dos itens fundamentais dessa autocrítica será a tendência isolacionista do partido, que rendeu resultados tão magros. O confronto entre o grupo da Articulação e setores mais radicais, como a Convergência Socialista, parece inevitável. Até mesmo a Central Única dos Trabalhadores-CUT está planejando analisar os resultados eleitorais à luz de sua estreita vinculação com o PT.

Quanto ao PSDB, sua gelatinosa coesão ideológica está insinuando um período de turbulências, no qual poderá ocorrer um esvaziamento da agremiação, com a adesão de frações dos diversos setores a partidos afins. As especulações não negam sequer a revoada de uma parte dos tucanos para os jardins do Planalto, enquanto outros tenderiam a buscar o PT de Lula ou o PDT de Brizola.

A dura lição da esquerda nestas eleições pode ser resumida num conceito: os progressistas devem competir com os conservadores, não entre si. O palanque do segundo turno presidencial, um avanço, fez falta agora.

Como se comportarão as esquerdas em 1992 (eleições municipais), 1993 (plebiscito) e 1994, nas eleições gerais?

Descomplicar, para democratizar

Por que o eleitor não votou? Não quis, ou não soube?

Muitas análises têm sido feitas para tentar explicar a altíssima incidência de votos brancos e nulos nestas eleições, particularmente na escolha de deputados federais e estaduais, onde quase a metade do eleitorado se absteve. A maior parte dos comentaristas enfatiza a apatia do eleitor, que estaria frustrado com os resultados da eleição presidencial do ano passado e com as medidas econômicas do governo Collor. E mais: estaria desiludido com os políticos e com o papel do Congresso, cada vez mais subserviente ao Executivo.

Curiosamente quase nenhum analista tocou num outro aspecto, tão importante ou mais ainda que aquele: o sistema eleitoral brasileiro.

Pela forma como foram preenchidas a cédulas, ou melhor, pela forma como elas não foram preenchidas, evidencia-se que grande parte dos eleitores teve enorme dificuldade para votar, e muitos deles simplesmente não conseguiram entender o sistema adotado pela Justiça Eleitoral.

É verdade que parte dos votos nulos corresponde a eleitores que de forma consciente, assim decidiram mostrar a sua revolta com os descaminhos do país depois da reconquista do sistema democrático, com a corrupção que impera na vida política e com o avassalador poder do dinheiro na campanha eleitoral.



O sistema eleitoral brasileiro não ajuda a fortalecer os partidos e a cédula ainda confunde os que comparecem para votar

Complicado – Mas também é verdade que uma outra parcela do eleitorado teria gostado de se pronunciar não pela omissão, e sim elegendo candidatos que mereciam a sua confiança. E não conseguiu expressar a sua vontade pela complexidade do sistema eleitoral. Um país como o Brasil, com um perfil de instrução tão baixo, e que, merecidamente, outorgou ao analfabeto o direito de votar, teria que se preocupar em oferecer ao eleitor um sistema de votação acessível, que lhe permitisse exprimir a sua intenção com facilidade, para não deturpar a sua vontade.

Não é isso o que acontece no nosso país. Ao ser obrigado a escrever o nome do seu candidato a deputado federal e estadual, ou os seus números de quatro e cinco algarismos, o eleitor é conduzido a uma cilada. Na cabine, sob a pressão da fila que está aguardando, o homem e a mulher das camadas sociais mais carentes (a maioria da população) se confundem, se esquecem dos números, se atrapalham. E muitas vezes optam por não preencher a parte da cédula destinada aos cargos proporcionais até com medo de, se errarem, comprometer a validade do seu voto majoritário. É uma falha grave do sistema eleitoral que chega inclusive a pôr em risco a consolidação democrática.

O atual sistema de votação não serve nem ao eleitor, nem aos partidos, nem aos candidatos. Ao eleitor, pelas razões que já mencionamos. Aos partidos, porque ao deixar ao eleitor a escolha do deputado federal e estadual, impede que se faça uma campanha realmente partidária. Cada candidato sai à caça de votos por conta própria, sem maior entrosamento com o seu partido, e até costurando alianças eventuais com outras legendas, se isso o beneficiar em determinadas regiões.

Desta forma, o partido acaba se transformando, para muitos candidatos, numa legenda na qual eles se abrigam somente com fins eleitoreiros e não por compromissos ou afinidades político-ideológicas.

Finalmente, também perde o candidato. Pelo menos aqueles que fazem da política não um negócio, e sim um meio para servir à sociedade, para se construir um país melhor. Esses, se vêem obrigados a fazer uma campanha solitária, sem o amparo do seu partido, que, enquanto tal, no máximo, pode aspirar a organizar a campanha dos candidatos majoritários.

Se somarmos todas essas perdas, vemos que quem mais perde é o sistema democrático.

Lista partidária – Na América Latina, nações com alto padrão de escolaridade, como o Uruguai, a Argentina e o Chile, que têm tradição de participação elevada da cidadania na vida política, deixam a escolha dos candidatos proporcionais por conta dos partidos políticos. Uma convenção partidária escolhe, em geral por voto secreto, quem serão os candidatos, numa ordem decrescente, de acordo com os votos que cada aspirante recebeu nessa eleição interna. Configura-se, assim, uma lista de nomes, que cada partido submete à consideração popular. O eleitor vota, então, na chapa de tal ou qual partido. Se, por exemplo, o partido "A" recebeu uma votação que lhe dá direito a oito

vagas no Congresso, os oito primeiros nomes da lista confeccionada na convenção serão os eleitos.

É uma forma de consolidar os partidos. E evita-se, ainda, a proliferação de siglas de aluguel, que nada têm de partidos verdadeiros.

Naturalmente há muitos sistemas eleitorais, cada um com suas vantagens e problemas. O que se impõe, neste momento, no Brasil, é começar a discutir este problema, para se encontrar qual é o sistema mais adequado a um país como o nosso. Caso contrário, continuaremos assistindo ao triste espetáculo de votos nulos e em branco, que falseiam a verdadeira intenção do eleitor.

Beatriz Bissio

Quem fica por cima



Brizola – O líder do PDT sai consagrado das urnas, com a vitória no Rio de Janeiro, e contabiliza avanços de seu partido a nível nacional, tornando-se a referência primordial da oposição progressista. Buscou refazer a frente de esquerda e conseguiu alianças sobretudo com o PSDB. Tem feito críticas ao aparelhamento da CUT e ao radicalismo de correntes petistas. Já é candidato a presidente em 1994.



Quéricia – Ao conseguir provocar um segundo turno em S. Paulo, Orestes Quéricia credenciou-se diante do PMDB. De olho na eleição de 1994, que lhe exigirá manter presença política até lá, pretende tomar o comando do PMDB, substituindo o deputado Ulysses Guimarães na próxima convenção.

Collor – Embora seu PRN tenha tido fraquíssimo desempenho, terá condições de montar estrutura de apoio parlamentar e até mesmo tentar formar um novo partido. Conseguirá, certamente, reeditar o Centrão, o rolo compressor parlamentar que tantos serviços prestou a José Sarney. As urnas lhe jogam nos braços uma ampla maioria conservadora, facilmente trabalhável.



Magalhães – Pelo lado do PFL, Antônio Carlos Magalhães nutre ambições semelhantes às de Quéricia. Também pensa em 1994 e já se lançou à tarefa de liderar um movimento de renovação do PFL, que acredita que recebeu injeção de sobrevivência nestas eleições.



Quem fica por baixo



Lula – Sem mandato e com o partido atropelado pelas urnas, Lula promete rediscutir o PT, visando a dar maior organicidade às múltiplas correntes que agem no interior da agremiação e que, frequentemente, impõem à direção decisões que se revelam politicamente imaturas, como foi a de correr sozinho em estados fundamentais para uma frente de esquerda.

Covas – Definido como indeciso, Mário Covas perdeu em S. Paulo e viu a indefinição, que tem marcado seu partido, resultar em uma torrente de derrotas pelo Brasil afora, exceto no Ceará, onde concorreu em aliança com o PDT. As projeções indicam que terá suas bancadas reduzidas, perdendo a terceira posição no Congresso para o PDT.



Em busca dos investimentos sociais

A política recessiva do governo federal agrava, entre outros aspectos, a situação de déficit no saneamento e na habitação

Antônio Carlos Cunha

A construção civil é uma atividade produtiva da economia brasileira que pode demonstrar, muito bem, por que o governo do presidente Fernando Collor de Mello deverá fechar o ano de 1990 como um fiasco, em relação aos compromissos de campanha eleitoral de que seria realizada, já no dia seguinte à posse, uma administração voltada para as prioridades sociais, atendendo de imediato às necessidades das populações mais carentes do país.

Nas rodovias federais, por exemplo, as poucas obras recém-iniciadas estão sob responsabilidade do Exército, apesar do desemprego de mais de 800 mil operários das empreiteiras que atuam neste setor. Nas grandes cidades, a inexistência de um programa de transporte de massa não só inferniza o deslocamento casa-trabalho-casa de milhões de trabalhadores, como faz explodir, nas periferias, os aglomerados de sub-habitações sem água, esgoto ou qualquer outro tipo de infra-estrutura. O plano habitacional – de 3,6 milhões de casas populares até 1994 – ainda está na retórica: anunciou-se apenas um programa de emergência para a construção de 200 mil casas, que vêm sendo distribuídas pelos estados, de forma a prestigiar os governos e parlamentares afinados com o poder federal. Por sua vez, a classe média, com a poupança confiscada, viu desaparecer também os empréstimos para a compra de casa própria, ao mesmo tempo em que recrudesce o problema do aluguel, por falta de investimentos.



A favelização é hoje um dado epidêmico da realidade urbana no Brasil

Recessão perigosa – Seis meses após a implantação do plano econômico do governo Collor, os construtores e empreiteiros de todo o país se reuniram, pela primeira vez, para examinar a situação do setor. Foi no Recife, em setembro, e os relatórios apresentados aos participantes do encontro foram conclusivos, como por exemplo, o da assessoria econômica do Sindicato da Construção Civil de Minas-Sinduscon-MG: “O número de pessoas ocupadas na construção veio se elevando até março. Em abril, sofrendo reflexos do plano econômico, caiu 11%. As taxas de desemprego atingiram, em abril, níveis de 1985, superando 7%. O ní-

vel de emprego no setor e na economia em geral, observado nos indicadores do IBGE, mostra claramente o agravamento do desemprego no país”.

Já em consequência da eleição de Collor, o Produto Interno Bruto-PIB brasileiro começou a cair em janeiro, fechando o primeiro trimestre com queda de 2,4% em relação ao trimestre anterior; na construção, a atividade se reduziu 6,2%. Essas taxas, segundo o Sinduscon-MG, correspondem às maiores quedas dos últimos 20 anos, só sendo superada pelas taxas observadas durante a recessão de 1981-83.

“O Plano Collor, expropriando o capi-

tal de giro das empresas, aprofundou a crise. Após retração de 5,8% da produção industrial brasileira em março, as dificuldades se aprofundaram em abril, com os investimentos privados sendo postergados para ajustamento às novas regras da economia. A Fundação Getúlio Vargas constatou que a capacidade ociosa pós-plano atingiu 61% na indústria como um todo, o que representa resultado no mínimo perigoso, se comparado com os 74% detectados em 1983, quando o país atravessava o auge da recessão. A consequência imediata é a retração dos negócios e o desemprego", assinala o relatório.

Denúncias nas licitações -

De modo geral, o panorama que se vislumbra nos diversos segmentos da atividade (saneamento, transporte, urbanização, habitação, etc.) é de queda na produção. O orçamento da União foi alvo de drástico corte, com o objetivo de se diminuir despesas públicas, na tentativa de equacionar os problemas estruturais da economia.

As dificuldades, no entanto, não pararam por aí. Apesar dos pronunciamentos governamentais, inclusive do próprio presidente Collor, defendendo a moralização da administração pública, os construtores denunciam comportamentos diversos destes discursos, tais como licitação em forma de grandes pacotes, o que impede a participação de empresas de pequeno porte; critérios de concorrência injustos; alta concentração de recursos no âmbito federal, diminuindo a capacidade de contratação dos estados e municípios, e atrasos de pagamento por parte dos órgãos públicos contratantes.

Privatização das rodovias - A necessidade de investimentos para reverter

o quadro de degradação, em que se encontram os 50 mil quilômetros da malha rodoviária federal, arrasta-se desde o governo do ex-presidente José Sarney, que chegou a criar uma taxa, o selo-pedágio, para arrecadar dinheiro e tocar estas obras. Insuficientes, os recursos arrecadados, em torno de 600 milhões de dólares, foram para o escoadouro do déficit público. Hoje, cerca de 15 mil quilômetros de rodovias estão praticamente intransitáveis. O restante encontra-se em péssimo estado de conservação.

Collor prometeu priorizar esse investimento, hoje estimado em 7 bilhões de

viária brasileira é patrimônio de toda a sociedade, que nela investiu, ao longo de décadas e décadas, valores que, atualizados, equivalem à dívida externa do país.

Água e esgoto - A expansão da economia, desde 1950, foi acompanhada por crescimento urbano acentuado, o que não aconteceu com a infra-estrutura urbana. O país agora precisa investir, nos próximos quatro anos, 20 bilhões de dólares para evitar o agravamento da situação, em que quase 30% da população urbana não possuem acesso a sistemas de água tratada e 65% não dispõem de serviços de coleta de esgotos. E mais: 30% dos brasi-



Os investimentos habitacionais há muito deixaram de ser feitos para as camadas populares

dólares, para execução ao longo de quatro anos, ou seja, 1,8 bilhão de dólares por ano. Até agora, foram definidos apenas 450 milhões de dólares para obras que se prolongarão por 1991. Os construtores que se dedicam a esse tipo de obras, com ociosidade de até 90% em suas empresas, estão totalmente descrentes, sobretudo após a entrada do Exército na atividade.

Muitos empresários acham que o governo pretende deixar que a situação das rodovias se deteriore a tal ponto, que venha a facilitar a privatização de sua conservação e expansão. A iniciativa privada, em contrapartida aos investimentos que faria, exploraria o pedágio e o comércio, prestação de serviços e terras ao longo das estradas. Deve-se lembrar, entretanto, que a malha rodo-

leiros não contam com coleta de lixo, o que está na base de avassalador processo de poluição ambiental, em particular dos mananciais e cursos de água. Em relação às áreas rurais, mais de 70% da população não contam com água tratada e 90% estão sem esgotamento sanitário.

Collor se comprometeu com tais investimentos, anunciando 5 bilhões de dólares por ano. Até agora, no entanto, o que se teve foi um plano de ação imediata, que prevê 2,6 bilhões de dólares. Os construtores acreditam que esse plano, até que sejam efetivadas as contratações das obras, só será efetivamente deslançado em 1991, até mesmo porque é quando o país terá definido os seus governadores e parlamentares para o Congresso Nacional.



O saneamento é outra dívida governamental com a população das periferias das cidades

Na raiz do problema de saneamento, principalmente nas metrópoles e principais cidades, está a carência de uma adequada política de transporte de massa, de modo a ampliar as áreas urbanas de forma ordenada, possibilitando investimentos de baixo custo na infraestrutura básica. Isso, no entanto, nunca tem sido objeto de preocupação dos órgãos públicos, nem sequer nas regiões, como Rio, São Paulo, Belo Horizonte e

Salvador, onde as populações de subúrbios vivem o drama do transporte caro, desconfortável e que lhes toma até mais de três horas diárias para o deslocamento casa-trabalho-casa.

Promessa inviável – Saneamento, transporte e habitação formam o tripé do desenvolvimento urbano e precisam de solução conjunta. Enquanto não se procurar esse caminho, esbarra-se sempre

no problema da construção de casa onde não há saneamento, da obra de saneamento onde não se tem casa e, consequentemente, no drama de famílias vivendo em moradias sub-humanas, próximas de local de trabalho.

Nesse quadro, é que os construtores vislumbram o não-cumprimento da promessa de Collor de construir 3,6 milhões de casas populares, com investimentos de 20 bilhões de dólares. Técnicos do setor também acham a meta in-

viável, devido à dificuldade de recursos, já que, com o país em desaquecimento e desemprego, o Fundo de Garantia, uma das principais fontes financiadoras de habitação e saneamento, não deverá responder à demanda. A promessa de construir 510 mil casas populares, em 1990, com investimento de 3 bilhões de dólares, fica para ser cumprida em 1991.

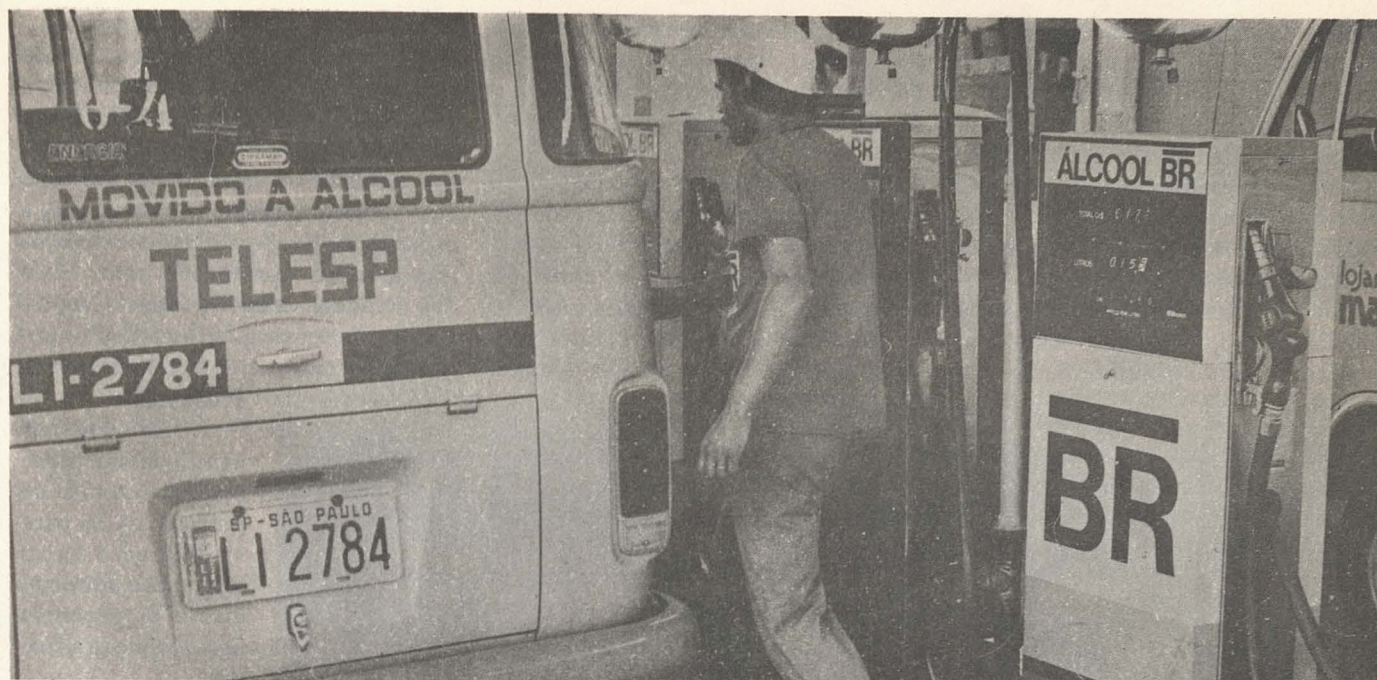
O drama da moradia afeta também o brasileiro de classe média, com renda mensal de 20 salários mínimos para cima. Segundo os construtores, desde março reduziu-se a menos da metade (e continua em crescente queda) o lançamento de moradia nova para venda a este segmento social. As pequenas e médias construtoras, responsáveis por mais de 70% da oferta desse tipo de moradia, são as mais afetadas e estão com obras paralisadas. Para os construtores, "o governo federal não pode permanecer insensível ao problema, já que o sistema de cadernetas de poupança está com recursos disponíveis e pode financiar a habitação. É dinheiro da classe média, legalmente captado em nome do investimento habitacional, que está sendo usado para outros fins pelo governo".

TABELA I

TAXA DE VARIAÇÃO (%) TRIMESTRE CONTRA TRIMESTRE IMEDIAMENTE ANTERIOR

PIB Total e por Setores de Atividades	1989 2º SEMESTRE	1989 3º SEMESTRE	1989 4º SEMESTRE	1990 1º SEMESTRE
PIB Total	5,1	1,7	-0,3	-2,4
Ind. Transformação	7,6	3,0	-1,8	-4,0
Ind. Construção	20,7	3,1	-5,1	-6,2
Comércio	6,7	2,0	-0,8	-2,2
Transporte	6,6	0,7	-1,8	0,2

FONTE: FIBGE



As incertezas do petróleo reatualizam o debate sobre a matriz energética e o domínio da rodovia

Mudanças que a crise do petróleo exige

O Brasil foi mau aluno das crises do petróleo e hoje enfrenta a perspectiva de dificuldades, ante a nova crise do Golfo Pérsico, e assim continuará, enquanto insistir num modelo energético irracional para suas potencialidades

Álvaro Queiroz

As crises do petróleo na década de setenta não foram aproveitadas pelo Brasil para uma reflexão séria e responsável sobre o modelo energético do país. Deixaram de ser devidamente consideradas as sequelas dos saltos dos preços do petróleo, como as crises cambiais, o agravamento dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e do processo inflacionário, além da transferência adicional de recursos, tanto para os produtores de petróleo, quanto para os países industrializados, cujos bancos reciclaram os petrodólares, transformando-os nas impagáveis

dívidas externas do Terceiro Mundo.

A resposta do país as duas crises dos anos setenta resumiu-se a algumas medidas cosméticas de "racionalização do consumo de combustíveis", que não se distanciaram muito da retórica dos tecnocratas. A substituição do óleo diesel pelo de mamona e outras formas de apelo à biomassa também não foram além da visão de sonhadores e bem intencionados inventores.

A fórmula mais consistente para produzir efeitos de curto e médio prazos foi o Proálcool, respaldada em alguns argumentos válidos no contexto da época, com destaque para a matéria-prima, a tecnologia e equipamentos para usinas



disponíveis internamente. Isso, na verdade, conferia certa autonomia ao país no setor de combustíveis líquidos e anulou a validade dos argumentos que apontavam os inconvenientes econômicos da adoção do álcool como combustível para mover a crescente frota de automóveis do país. Afinal, esgrimia-se, o álcool provém de uma fonte renovável de energia.

Claro que, em meio à crise energética mundial, a adoção do álcool como combustível inflou o orgulho nacional e

ganhou adeptos dentro e fora do governo. Foi como se estivessemos próximos do fim da dependência do petróleo produzido fora de nossas fronteiras.

Rodovias – O tempo foi passando e o Brasil se acomodou a uma matriz energética concebida para fortalecer o modelo de transporte baseado no rodoviarismo e assegurar a produção de automóveis.

Nos últimos governos militares, ainda se encarou com certa seriedade a

calorífico é bem inferior ao da gasolina.

Eram dados definitivos, que induziram o governo Collor de Mello a providenciar a desativação do Proálcool e a repensar a matriz energética do país, quando sobreveio a nova e talvez mais grave crise, no início de agosto, ante a anexação do Kuwait pelo Iraque e a reação internacional comandada pelos Estados Unidos, através das Nações Unidas. Perigo de guerra no Golfo, marcha à ré, e consequente fortalecimento do Proálcool.

É claro que, nas atuais circunstâncias, com a alta do petróleo de 16 para 40 dólares, o álcool tornou-se a única saída de emergência para atender à situação.

Emergencial

Mas, esse combustível se destina apenas a movimentar a enorme frota de automóveis do país. Continua em expansão a demanda de petróleo, cujo consumo interno vem variando de 1,2 a 1,3 milhão de barris diários, dos quais produzimos a meta-



O país tem abundante potencial hídrico, além de petróleo, cuja produção, porém, é insuficiente para atender o modelo rodoviário



necessidade de investir na indústria petrolífera. E chegamos ao patamar de produção de pouco mais de 600 mil barris por dia. Não demorou muito e a Petrobrás começou a dar sinais de estar entrando em grave crise. O Proálcool já se revelava um pesado fardo sobre as costas da estatal. Superada a crise do petróleo, com a queda vertiginosa dos preços no mercado internacional – benefício que seria repassado ao consumidor interno em condições normais – o Proálcool se tornou mais transparente: seus custos de produção não o justificavam mais, absolutamente, pois representavam o dobro dos custos de produção de um barril de petróleo, com a desvantagem adicional de que um barril de óleo rende ainda 60 subprodutos, enquanto o álcool é apenas o álcool. E mais: seu poder

de, pouco mais de 600 mil barris. As importações, até agosto último, variaram entre 620 mil e 800 mil barris/dia, quantidade destinada a mover a gigantesca frota de ônibus, caminhões, automóveis e gasolina (que aumentaram em meio à crise do álcool). A produção interna está quase toda comprometida com a indústria petroquímica e outros segmentos industriais consumidores de óleo combustível e outros derivados de petróleo. São ônus extremamente pesados e inaceitáveis esses que o modal rodoviário de transportes continua a impor ao povo brasileiro. Afinal, o fator abundante no setor energético do país não é o petróleo, mas a energia elétrica. Até o fim deste ano, a conta-petróleo estará se aproximando dos 6 bilhões de dólares, isto se o preço do barril for inferior a 40 dólares.

A se cumprirem as previsões mais catastróficas do Banco Mundial, em pouco tempo o barril estará custando 60 dólares e, então, o nosso dispêndio com as importações de óleo bruto atingirão o pico insuportável dos 15 bilhões anuais.

Como obter dólares para atender a tais necessidades, se os produtos brasileiros ainda não foram submetidos ao teste da competitividade externa, de um lado, enquanto, de outro, vamos queimar divisas fortes na importação de bugigangas, isto sem considerarmos os encargos de uma dívida externa que estran-

gula a economia do país?

Mudar a matriz – Mas, existe uma saída, capaz de modificar inteiramente o panorama e tornar o Brasil até um país exportador de petróleo, apesar de nossa relativamente modesta produção. Pode parecer sonho, mas não é. Para tanto, o país deve montar uma matriz energética com base nas suas reais possibilidades e no seu potencial de produção das variadas formas de energia. Será necessário, ainda, que se proceda a mudanças radicais no perfil de consumo de energia.

Um caso em análise

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem escassa vocação para o sistema rodoviário de passageiros, como modal dominante no seu setor de transportes coletivos. Linhas de barcas e aerobarcos poderiam absorver pelo menos a metade da demanda que hoje é atendida pelos ônibus, dispensando até a tão decantada Linha Vermelha, tentativa renitente de consolidação do rodoviarismo desastrado, num Rio de Janeiro envolvido pela Baía de Guanabara.

Linhas hidroviárias poderiam perfeitamente ligar a Praça Quinze de Novembro e a Praça Mauá a diversos pontos da região: além de Niterói, terminais que comportam a Ilha do Governador, Ramos, Caxias, Magé, São Gonçalo, Urca, Botafogo, Copacabana, Barra da Tijuca – neste caso, se necessário, com a construção de quebra-mares. Além disso, há possibilidade de aproveitamento do conjunto de lagoas da Baixada de Jacarepaguá.

O monotrilho, por sua vez, pode ligar pontos mais distantes entre si da capital fluminense, hoje servidos por ônibus. São trajetos que submetem os usuários a até seis horas diárias de desconfortáveis poltronas, entre a ida e a volta do trabalho. O mesmo sistema de monotrilho poderia ser estendido para fora da Região Metropolitana, alcançando mesmo a Região dos Lagos. Bondes mais velozes e confortáveis poderiam cobrir percursos de média distância, reservando-se para ônibus as linhas secundárias e até terciárias. Unidades transportadoras mais confortáveis e velozes seguramente induziriam os donos de automóveis a dispensarem o uso de seus veículos no dia a dia. E a cidade ganharia, certamente, em rendimento econômico, hoje prejudicado pela morosidade que caracteriza um modelo de transporte que privilegia o ônibus como responsável pelo deslocamento de 85% da população do Grande Rio. Diminuiria, ainda, a poluição ambiental.

O transporte hidroviário, nas dimensões sugeridas pela localização geográfica do Rio, implicaria encomendas de unidades transportadoras à indústria de construção naval, em 90% concentrada no território fluminense. O transporte ferroviário, por sua vez, reativaria unidades produtoras como Emaq e Santa Matilde, hoje às moscas e em crise por falta de encomendas. No caso da Santa Matilde, o município de Três Rios receberia novo impulso, se o próximo governo fluminense começasse a mudar o modelo de transportes do Estado.

Como exemplo de potencialidade para mudança da matriz de transportes, o Rio de Janeiro tem um desenho que poderá transformá-lo no grande pólo ferroviário e de construção naval. Basta tomar a decisão política, o que permitiria ao governo estadual dar o exemplo ao governo federal. A. Q.

Basta, para isso, que a ênfase no setor de transporte em geral recaia sobre os modais ferroviário e hidroviário – trem, monotrilho, tramway, bonde, aeromóvel, barcas e aerobarcos urbanos e interurbanos em cidades e regiões metropolitanas localizadas à beira-mar de baías, para começar, mais cabotagem e transporte fluvial. Neste último caso, é urgente a execução do Plano Nacional de Hidrovias, que dormita nas gavetas empoeiradas da Petrobrás.

Um modelo de transporte concebido nessas linhas vai dispensar a importação de petróleo. Nos níveis atuais de consumo interno, de 1,2 milhão de barris diários, é viável a auto-suficiência, com base nas constatações feitas e confirmadas pela Petrobrás, mas várias vezes adiadas, porque interesses ilegítimos têm interferido contra tal meta. As importações de petróleo poderiam ser reduzidas e até suprimidas, caso se adotasse o modelo de transportes que reduzisse expressivamente a demanda de derivados, e se fizesse acompanhar de providências para mudança do perfil de demanda de energia, nos setores industriais também consumidores de derivados de petróleo.

O país poderia, portanto, dinamizar a sua indústria de material e equipamentos ferroviários, cuja capacidade ociosa chega a quase 90% em certos segmentos, e a indústria de construção naval, que ainda depende muito das encomendas oficiais.

De dimensões continentais e com milhares de quilômetros de costa, o Brasil pode perfeitamente dispensar o transporte de gente e de mercadorias no lombo do caminhão e do ônibus. Um modelo que privilegie os modais ferroviário e hidroviário é um modelo que aproveita fatores de produção, inclusive tecnologia, disponíveis no país. Seria um novo ponto de retomada do desenvolvimento. Do seu efeito multiplicador não há por que duvidar.

A dependência do petróleo desapareceria. Se o governo não tiver vontade política e força suficiente para mudar o perfil da demanda energética, é irrecusável que os dramas, que se repetem hoje com a crise no Golfo Pérsico, se imporão periodicamente, pelo menos nos próximos 50 a 80 anos.

Uma história explosiva

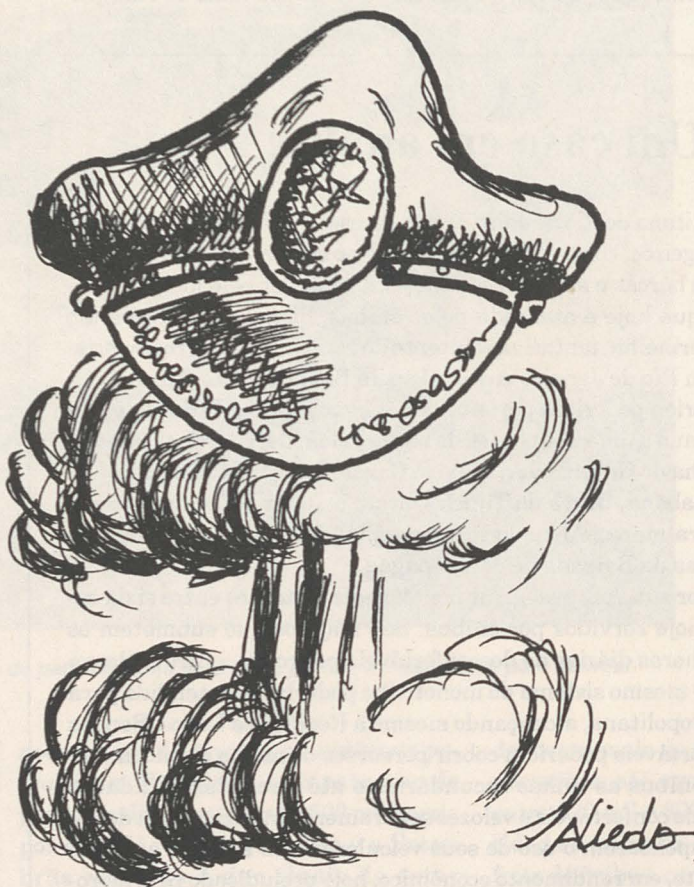
Cineasta leva à tela os planos nucleares do Brasil desde a década de 50 e revela os meandros da luta pela obtenção da tecnologia atômica, obstaculizada pelos Estados Unidos

Nereida Daudt

O humor é muitas vezes utilizado para revelar o lado oculto da tragédia. Desse modo, desvende-se a história da política nuclear no Cone Sul: uma sucessão de episódios tragicômicos. Vamos aos fatos. Em destaque, a figura nacionalista do almirante Álvaro Alberto. O graduado militar, na década de 50, denuncia como prejudicial ao país a exportação das areias monazíticas da praia de Guarapari, no Espírito Santo. Areias ricas em matérias-primas estratégicas – tório e urânio – de poder radiativo e que, desde a Segunda Guerra, eram usadas em protótipos de usinas e ogivas nucleares.

A questão era defender a política de vantagens mútuas, em transações com o estrangeiro, principalmente considerando-se que o Brasil fornecia matéria-prima ao programa militar norte-americano. A troca era desproporcional, porque, ao entregar urânio e tório, o Brasil recebia trigo. Com o hoje cômico, mas, na época, trágico detalhe: a primeira carga do cereal aportou em Santos completamente estragada. Portanto, o almirante estava absolutamente certo. Aquele era um péssimo negócio para o Brasil.

Duplo blefe – Em 1951, a inquietação patriótica do almirante Álvaro Alberto foi insuflada por uma bombástica entrevista do presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. O líder argentino anunciava a realização de um programa de pesquisa sobre a bomba de hidrogênio. A repercussão foi alarmante entre os militares brasileiros. Perguntavam-se sobre o que fazer perante “la grandeza”



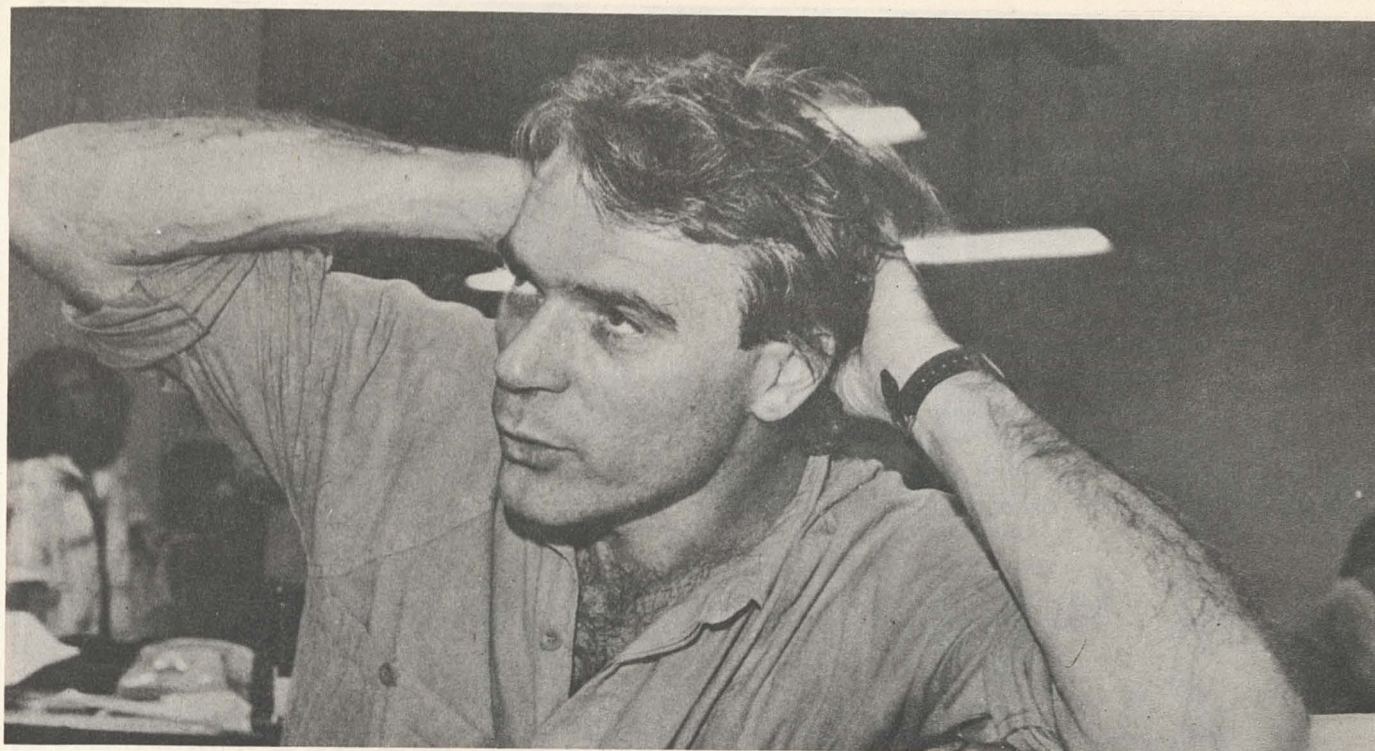
do mais importante país vizinho, no campo da tecnologia nuclear. A Argentina tinha contratado vários cientistas de origem alemã, entre eles um austríaco, Ronald Richter, responsável pela pesquisa nuclear anunciada por Perón. Richter gastou milhões de dólares naquilo que, alguns anos depois, ficou conhecido como o grande blefe. Nunca existiu nada de concreto sobre a bomba de hidrogênio. Apenas especulações do cientista austríaco, mais próximas do professor Pardal das histórias de Disney do que

da ciência atômica. Enquanto as pesquisas do austríaco prosseguiram, os militares brasileiros quebravam a cabeça, tentando recuperar o terreno perdido em relação à Argentina. Duplo golpe, primeiro em Perón, depois no governo do Brasil.

Autonomia – Em consequência dessas especulações, o almirante Álvaro Alberto foi enviado pelo presidente Getúlio Vargas à Europa, em missão secreta. Na viagem, o militar encomendou a físicos alemães três ultracentrifugadoras de enriquecimento de urânio. Entretanto, o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional do Brasil, general Juarez Távora,

frustra a encomenda, denunciando a operação ao governo norte-americano. As máquinas foram apreendidas pelos aliados no momento do embarque, perto de Hamburgo, na Alemanha Ocidental.

As ultracentrifugadoras ficaram retidas dois anos na Alemanha. Antes de serem liberadas e trazidas ao Brasil, o Congresso Nacional criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pelo deputado Renato Archer – ministro da Ciência e Tecnologia no governo Sarney, mais de trinta anos depois



Füllgraf: reconstruindo a história do sonho da tecnologia nuclear no país

– para investigar o inesperado final da missão secreta. A CPI decidiu, então, apoiar a política de autonomia tecnológica empreendida pelo governo Vargas e que era defendida pelo almirante Álvaro Alberto.

Além disso, a Comissão obteve as provas de que Juarez Távora fora o informante dos Estados Unidos sobre a operação brasileira. Em relação a esse episódio, Távora procurou defender-se, escreyendo o livro “Átomos para o Brasil”, onde argumentava com a impropriedade de acordos tecnológicos com um país que não tinha sequer autonomia política, no caso a Alemanha Ocidental, que se encontrava ocupada pelos aliados.

Quando, finalmente, as máquinas chegaram ao Brasil, em 1956, o governo norte-americano enviou uma taxativa ordem: as centrifugadoras não poderiam operar e teriam que ser emparedadas. O governo recém-eleito de Juscelino seguiu à risca as exigências da Casa Branca, e as três máquinas foram literalmente emparedadas no campus da Universidade de São Paulo. Alguns anos depois, as máquinas desapareceram do local onde estavam escondidas, mas, curiosamente, surgiram estudos de doutorado naquela

universidade tendo como base as centrifugadoras. Enfim, tanto mistério acabou motivando, na prática, a atual fabricação de aparelhagem similar para enriquecimento de urânio, nos arredores da capital paulista.

Domínio nuclear – Ainda na década de 50, os Estados Unidos, atentos ao que tinha ocorrido na Argentina, começaram a implementar projetos de pesquisas no Brasil. Ao mesmo tempo, realizavam provas nucleares no coração do Oceano Pacífico, condenando por contaminação radiativa as ilhas Marshall.

Na década de 70, os alemães acenaram com uma proposta de acordo, para construção de usinas atômicas para fins comerciais.

No período Médici, os militares brasileiros estudaram todos os prós e contras desse acordo com os alemães, definindo-se a favor do entendimento. Era o mais curto, mais sofisticado e mais barato caminho para o Brasil atingir a auto-suficiência na tecnologia nuclear.

Já no governo Geisel, assinou-se o acordo atômico Brasil-Alemanha, destinado à construção de oito usinas. Passados quinze anos, o Brasil tem duas usinas, semipagas e com as quais já des-

pendeu 6 bilhões de dólares.

Ficção documental – Todos os episódios acima descritos integram a parte documental do filme “Átomos para paz?”, co-produção Brasil-Alemanha, dirigido por Frederico Füllgraf. Aprovado pela extinta Embrafilme, em 1987, a verba liberada foi apenas suficiente para os gastos com a pré-produção desse longa-metragem de 90 minutos. O filme, segundo o cineasta, vai renunciar à linguagem clássica do documentário, utilizando-se de muita ficção. “É uma mistura – explica – de policial dos anos 50 com a evolução da política nuclear do Cone Sul”.

Sem acusar ninguém, Füllgraf conta que o filme deixará perguntas no ar. “Porque não se importaram também da Alemanha os métodos democráticos de licitação e consultas à população?”. Instigante ou ingênuo, o diretor questiona o programa nuclear brasileiro, fazendo questão de classificar as forças armadas como “um dos estamentos mais consequentes da sociedade, principalmente pelo fato de ter conduzido um projeto tecnológico contra todas as barreiras internacionais”.



O preço das passagens reduziu a frequência de visitantes a Paquetá

Passagem elitiza turismo em Paquetá

Bucólica no meio da Baía de Guanabara, a ilha de Paquetá deixou de receber um de seus públicos mais fiéis de fins de semana, as famílias que aproveitavam as passagens baratas das barcas

Paulo Marinho

Alternativa de lazer acessível a todas as camadas da população, a ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro, vem sendo progressivamente restringida às famílias de baixa renda, que tinham, neste recanto, a certeza de um passeio barato nos finais de semana.

Cantadas em verso e prosa, as antigas barcas, que saem com grandes intervalos da estação da Praça XV, tiveram seus preços violentamente aumentados em janeiro de 88. Desde en-

tão, a ilha nunca mais recebeu, num mesmo dia, os 15 mil visitantes costumeiros. Responsável pela inédita introdução da passagem diferenciada para turistas, a medida adotada pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj) desagradou aos comerciantes locais, à maioria dos moradores e discriminou parte da população que frequentava Paquetá.

Para as lideranças locais, o inexplicável aumento veio de encontro à velada reivindicação de uma minoria, que não gostava de ver a ilha invadida pelo povo

aos sábados, domingos e feriados. Após dois anos de negociações, a Associação Comercial e um movimento comunitário local conseguiram reverter parte da situação, mas o saldo ainda é muito negativo: a tarifa, que agora discrimina o dia da semana, continua proibitiva nos dias em que o grosso da população pode se dedicar ao lazer.

Alegando a defasagem de uma tarifa ainda hoje subsidiada em mais de 50%, a Conerj fez com que muitas famílias voltassem da Praça XV, no primeiro domingo ensolarado do verão de 1988.

Acostumados a deixar no guichê das barcas menos dinheiro do que o gasto nos ônibus, os habituais frequentadores da ilha, até então chamados de farofeiros, foram elevados à condição de turistas e distinguidos com uma tarifa diferenciada – cinco vezes mais cara que o preço da passagem para os moradores da ilha.

Comércio – A princípio responsável por um ou outro protesto isolado de algum frequentador desavisado, o súbito aumento das tarifas, com o passar do tempo, trouxe à luz um rol bem mais extenso de prejudicados. Um deles, o morador e comerciante Miguel de Oliveira, adquiriu a lanchonete “Kriola” no final de 1987 e logo enfrentou uma queda de 80% no movimento da casa. “Incomodada com as filas nas padarias e mercados nos finais de semana, uma minoria de veranistas, que têm casas na ilha, conseguiu, através de uma associação de moradores, elevar os preços das passagens, com o intuito de afastar de Paquetá o povão, que vinha dos subúrbios da cidade em busca de um lazer mais em conta”, revela o também vice-presidente da Associação Comercial de Paquetá.

Estabelecido na Praça Bom Jesus, a

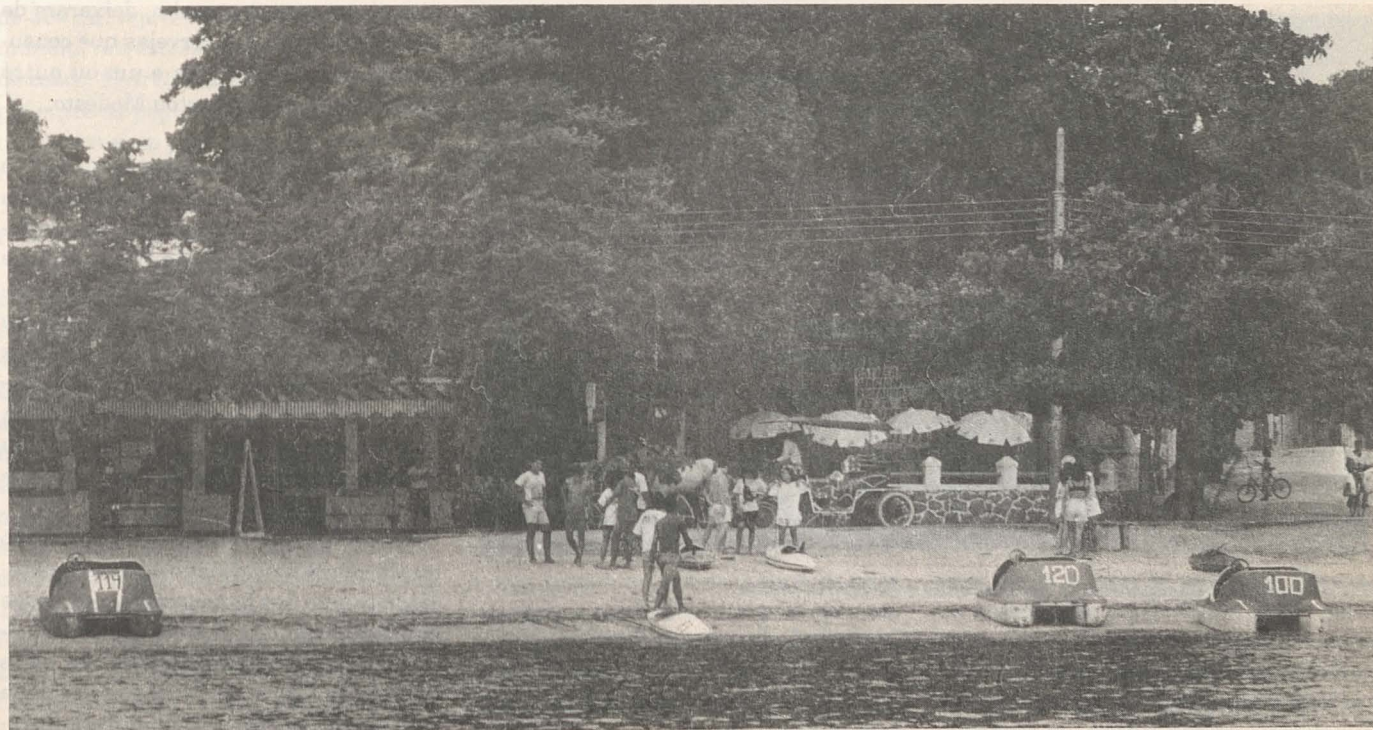
menos de 200 metros da estação das barcas, Miguel de Oliveira e outras lideranças locais iniciaram longas e cansativas gestões junto à direção da Conerj, tentando revogar a medida: “Mas, só muito recentemente, em novembro de 89, um grupo organizou o Movimento ‘SOS Paquetá’ e um tumulto, ocorrido na Praça XV, inclusive com a retenção de uma embarcação, provocou o fim dos preços diferenciados que discriminavam os turistas”, explicou.

Política – A medida acabou com parte dos transtornos da população local, até então obrigada a usar uma carteirinha de morador para viajar mais barato, mas nem de longe resolveu o problema do comércio. Quem revela é o presidente da Associação Comercial, Ângelo Madeira: “Tentamos manter os preços populares aos sábados, dia em que a maioria da população se dedica ao lazer, mas a Conerj manteve a mesma tarifa para os finais de semana e feriados (três vezes mais cara). Como este preço é elevado e pesa no bolso, a política de cobrar um valor baixo apenas nos dias úteis melhorou muito pouco o movimento”.

Proprietário de uma das últimas lojas que alugam bicicletas, Ângelo Madeira,

que já viu Paquetá receber cerca de 15 mil pessoas num único dia de sol, não se esquivou de apontar a antiga associação de moradores local, a Amar, como responsável pelo esvaziamento da ilha. “Dirigida por pessoas mais idosas e que se sentiam acuadas quando o lugar enchia de gente, a Amar representou os interesses daqueles que queriam fazer disso aqui um condomínio particular, quando Paquetá, na verdade, é um subúrbio do Rio de Janeiro”, critica.

Cabines – Termômetro fiel do movimento de finais de semana, a pensão “Meu Cantinho” é um dos últimos estabelecimentos do ramo de hotelaria a alugar as tradicionais cabines – muito procuradas por aqueles que chegam à ilha pela manhã e voltam ao cair da tarde. Dirigindo o hotel há dez anos, o gerente Modesto Ferradas garante jamais ter enfrentado uma queda de movimento tão forte como a que vem se arrastando nos últimos anos. “Raramente – disse – conseguimos alugar todas as dezoito cabines que, nos fins de semana e feriados, eram insuficientes para atender à procura daquelas pessoas que vinham passar um dia em Paquetá, traziam seu próprio lanche e usavam as acomodações para trocar de



Paquetá sempre uma opção barata de lazer nos fins de semana

Caindo no esquecimento

Com tráfego de veículo restrito às bicicletas e tradicionais charretes, a ilha de Paquetá foi, até bem pouco tempo atrás, um ponto turístico tão popular, quanto o Aterro do Flamengo, a Quinta da Boa Vista e as praias da cidade do Rio de Janeiro. A seu favor, a ilha e o grosso de seus frequentadores tinham uma tarifa de transporte que, historicamente, sempre foi inferior à menor passagem de ônibus paga pelo carioca. O perfil de Paquetá, no entanto, começou a mudar, quando a Conerj elevou as tarifas, em janeiro de 88, para os usuários que não morassem na ilha.

Inédita, a medida obri-

gou o paquetaense a tirar carteirinha para provar residência, e provocou algumas ocorrências policiais – com a venda irregular de bilhete de morador para turistas, no interior das embarcações. Desde então, a ilha vem experimentando um progressivo esvaziamento. Boletim de Conerj afixado na estação das barcas, no final do último verão, dava conta de que, no ano passado, a linha Rio-Paquetá-Rio transportou 935 mil passageiros, dos quais apenas 298 mil turistas. Este total dá uma média de 6 mil visitantes por semana – número irrisório diante das até 15 mil pessoas que procuravam Paquetá num único dia.

Com o fim da tarifa diferenciada em outubro do ano passado, a Conerj, então, passou a discriminar o acesso à ilha por dia da semana. Hoje, o preço é o mesmo para todos, moradores e turistas, mas aos sábados, domingos e feriados, dias dedicados ao lazer pelo grosso da população, a tarifa continua proibitiva. As repetidas mudanças de critérios utilizados pela Companhia dificultam o confronto dos números, já que, antes de janeiro de 88, não havia distinção entre a população local e os visitantes.

A divulgação dos números por parte da Conerj, que não revela o número de usuários em 1987 – ano que antecedeu as modificações – dificulta o entendimento do que vem acontecendo em Paquetá, a partir do simples confronto dos números. En-

quanto os dados de 89 discriminam turistas e moradores entre os 935 mil transportados, os de 1988 revelam apenas que 1.115.364 pessoas usaram a linha (sem maiores especificações, apesar de a tarifa diferenciada ter vigorado durante todo o ano).

Muito embora a política de dois preços tenha acabado em outubro último nos dias úteis, a Companhia apresentou o balanço de janeiro/90 com a distinção morador (89.611) e turista (104.806).

Para fevereiro de 90, no entanto, a informação disponível traz apenas o total de 138.921. Critérios tão confusos, quanto as medidas administrativas que, nos últimos dois anos, conseguiram desagradar a todos – moradores, comerciantes e frequentadores.



O turista popular desapareceu e ficou apenas o de classe média

roupa e guardar pertences”.

Localizada próximo ao antigo Balneário Neptuno, cujas cem cabines foram demolidas para dar lugar a um condomínio de apartamentos, a pensão “Meu

Cantinho” oferece aos frequentadores mesas propícias ao lanche trazido de casa: “Aqueles famílias que ainda não deixaram de fazer o passeio são obrigadas a gastar a maior parte do dinheiro

com as passagens e, assim, deixaram de tomar as oito ou dez cervejas que consumiam, os refrigerantes e um ou outro petisco da casa”, lamentou Modesto.

Perfil diferente – Os versos “O povo invade a barca lentamente, a velha barca deixa o velho cais”, da música “Fim de Semana em Paquetá”, de Braguinha e Alberto Ribeiro, já não retratam fielmente o movimento que inspirou os autores da canção, no final da década de 40. Se as barcas e o cais ainda conservam os contornos de outrora, a massa, composta em sua maioria por crianças, desapareceu quase que por completo da Praça XV, nos ensolarados finais de semana.

Em lugar da barulhenta multidão que formava filas do lado de fora da estação, à espera das barcas extras colocadas em circulação nos dias de grande movimento, poucas pessoas passaram pelos guichês da Conerj no último verão – que teve céu limpo e sol brilhando durante toda a estação.

A dura realidade da Saúde

Aumentam, de maneira calamitosa, a tuberculose, a lepra, a pneumonia e a desnutrição

Prof. Krishnamurti Sarmiento

Desta vez, nós levaremos aos leitores informações sobre doenças que se tornam epidêmicas, aparentemente ditas sob controle.

O Brasil ocupa o primeiro lugar do continente americano e o segundo lugar do mundo em lepra. No município de São João de Meriti, no Grande Rio, há três anos surgia um caso de lepra a cada três dias; hoje, surgem três casos por dia. O país registra 85% dos casos de lepra – a hanseníase – do continente: temos cerca de 300 mil leprosos. A Índia é a campeã mundial nas estatísticas, com um milhão de casos. Entretanto, se fizermos analogia entre as populações, vamos verificar que temos uma população seis vezes menor que a indiana. O mais grave é que 10% dos casos incidem em crianças de zero a 14 anos, no Brasil.

E mais: o nanismo alcança 69% das crianças do Nordeste, levando a déficit de estatura de 80% a 90% do normal; no Sul, 40% das crianças, 20% das mulheres e 5% dos homens têm anemias carenciais; a verminose chega a assustar, infestando também os adultos, passando a ser rotina expelir vermes pela boca, espontaneamente; 45% dos jovens são dispensados anualmente do Serviço Militar por deficiência dentária, de peso e altura; entre 1979/1984, o rendimento dos que trabalhavam caiu em 13,7%, segundo o IBGE; o Banco Mundial diz que só 32,8% da população brasileira recebem alimentação suficiente.

A pneumonia é a segunda causa de

O pior de todos os males é a desnutrição, que afeta metade da população brasileira

mortalidade de crianças menores de cinco anos, no Brasil. Cerca de 23 mil crianças morreram por infecção respiratória em 1987, segundo dados do Ministério da Saúde.

Desnutrição – O pior de todos os males é a fome. A desnutrição no Brasil atinge o nível extraordinário de 70 milhões de brasileiros, ou seja, a metade da população, conforme a Organização Pan-Americana de Saúde-Opas. O diretor-geral da Opas, o brasileiro Carlyle Guerra de Macedo, disse em 1988: “O Brasil registra 50% da malária de todo o continente, vê-se ameaçado pela reurbanização da febre amarela, e ainda sofre de epidemias localizadas de peste, moléstia conhecida desde a Idade Média e já erradicada na maior parte do mundo”. E concluiu, dizendo que “a situação é vergonhosa”.

Além do tratamento clínico para todos esses problemas de saúde, gostaríamos de descrever aqui, para nossos leitores, um fato histórico da medicina brasileira que, temos certeza, é o que está nos faltando como grande remédio para o tratamento de toda esta estatística malévolos que acabamos de descrever. Trata-se do projeto de Rodrigues Alves e Osvaldo Cruz, em 1904, contra a febre amarela, a varíola e a peste. As brigadas sanitárias devassaram as casas, garantidas por policiais. A vacina



passa a ser lei. Ruy Barbosa diz: “Como o direito veda ao ser humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a pele”.

Mas, a febre amarela recuou diante do projeto político e o documento histórico revela a queda de 469 óbitos, em 1903, para 39 no ano seguinte.

Incidentes – A implantação daquela campanha não se fez sem incidentes. Certo dia, um grupo de mais de 500 pessoas desceu pela Rua Senhor dos Passos, em direção à Praça da República, aos gritos contra a polícia e a vacina obrigatória, e assaltando os bondes que chegavam àquele ponto, na época. Com a reação policial, travou-se grande tiroteio, resultando em diversas pessoas feridas. Grandes e fortes barricadas – feitas de pedras e sacos de areia, tábuas de portas arrancadas, colchões e mesmo bondes virados – tomavam toda a Rua do Regente. Um aprendiz de colchoaria de apenas 12 anos, Eustachio Maria, ao acorrer a uma janela, para presenciar o conflito, acabou atingido por um tiro, na carótida, morrendo a seguir. Era a morte de alguns para salvar a vida de milhares. Estava em andamento um projeto político pela saúde pública.

Um projeto político pela saúde é o que estamos precisando agora, com urgência. E com uma diferença: hoje não é mais preciso matar para salvar vidas. •

Ampliando o mercado



As drogas estão conquistando a juventude e já se considera alarmante até mesmo a dependência de crianças. As drogas, aí envolvidos o álcool e também o fumo, estão ampliando seu mercado no país, segundo pesquisas em andamento. Alguns cálculos técnicos fazem até uma relação entre a dependência e a economia, concluindo que há um prejuízo anual de quase 8% do PIB (cerca de 24 bilhões de dólares), devido aos problemas gerados por esses produtos, especialmente o álcool.

No caso da cocaína, o dado preocupante é que, apesar do combate ao tráfico, o consumo vem aumentando e os negócios demonstram vitalidade. No estado de Rondônia, segundo declarações de seu próprio secretário de Justiça, Tadeu Fernandes, o consumo do entorpecente alcançou as próprias crianças e a situação é de calamidade: "Sofremos ameaça de nos tornarmos um país drogado, no futuro", denunciou.

No Rio, uma pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Atenção ao Uso de Drogas-Nepad/Uerj, entrevistou 2.114 secundaristas, concluindo que 3,3% já experimentaram cocaína. Destes setenta, 42 haviam consumido

cocaína nos trinta dias anteriores, numa proporção variável de uma a mais de vinte vezes, frequência em grande parte relacionada com seu poder aquisitivo.

Quanto à maconha, 7,3% (154) já experimentaram, enquanto 36,6% (773) disseram ter usado lança-perfume e tranquilizantes em algum momento, sendo que 4,3 deles (90 jovens) o tinham feito nos 30 dias anteriores.

O álcool, contudo, continua a dominar: 91,4% dos jovens (1.995 deles) confirmaram ter consumido bebidas alcoólicas alguma vez, sendo que 34,8% (735) o tinham feito nos 30 dias anteriores. Destes, 93 consumiram bebidas alcoólicas de 6 a 19 vezes no mês, enquanto outros 31 o fizeram por mais de 20 vezes, configurando um quadro de consumo habitual. No caso do fumo, 44,7% (944) dos secundaristas já o haviam experimentado e 6,1% (135) o tinham feito habitualmente nos 30 dias anteriores.

Segundo o autor da pesquisa, o médico Elson Lima, falta uma política coerente de combate às drogas que criam dependência — sejam as proibidas, como a cocaína, sejam as que contam com o beneplácito social, como o álcool e o tabaco. Dos números da pesquisa, pode-se concluir que, dos 2.114 jovens, 27 já podem ser considerados dependentes do álcool, pois o consumiram mais de 20 vezes no mês anterior, enquanto outros dois fizeram o mesmo, com relação à cocaína.

Novo Mobral

O governo federal lançou com grande publicidade um programa de alfabetização, que visa a ensinar a ler e a escrever aos cerca de 30 milhões de analfabetos brasileiros. Só neste resto de ano pretende-se gastar 10 bilhões de cruzeiros. O clima que envolve a campanha lembra o antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização- Mobral, da época do regime militar, e que um dia chegou a proclamar o fim do analfabetismo no país, antes que pipocassem os problemas e se constatasse sua absoluta ineficácia.

O novo governo está indo pelo mesmo caminho das anteriores campanhas, comprovando que o analfabetismo do brasileiro é inesgotável, pois existe uma falha de realização no sistema educacional do país. A escola é, antes de tudo, uma fábrica de analfabetos, por suas insuficiências seculares. Mesmo se as campanhas dessem certo, pouco tempo depois uma nova se faria necessário.

É a crítica que fazem ao novo Mobral educadores empenhados na defesa de uma educação popular de qualidade. A solução, segundo tais educadores, não reside no remendo da alfabetização, mas na aplicação de condições efi-



cientes à escola, para que ela eduque todos os alunos, deixando de ser um sistema em que apenas uma minoria consegue chegar ao fim do processo.

Na crítica desses educadores, do porte de Darcy Ribeiro, Maria Yedda Linhares e Paulo Freire, está o temor de que o contribuinte brasileiro esteja mais uma vez sendo enganado

pelas autoridades, que — tal como ocorreu no Mobral — não se preocupam em manipular verbas de bilhões para um programa de efeito duvidoso, mas se negam a enfrentar de frente o real desafio, que é o de criar escolas decentes para as crianças, única forma de cortar pela raiz o processo permanente de fabricação de analfabetos no Brasil.

O modelo cenoura de desenvolvimento



As trocas desiguais carregam todas as vantagens para os ricos, que pagam mal por nossos produtos

Ao tentar imitar os países ricos, os países pobres aprofundam sua dependência, pois continuam a vender barato seus produtos e a aviltar sua mão-de-obra

Celso W. Bueno*

As exportações dos países pobres, embora essenciais para o funcionamento do sistema sócio-econômico dos países ricos, são pagas a preços ínfimos, o que faz com que elas não representem senão uma pequena parcela no produto nacional dos países ricos. Boa parte dessas exportações não alcançam preços que cubram sequer os preços de produção, sendo por isso subsidiadas pelos governos dos países pobres — o que significa que a coletividade desses países é obrigada a arcar com o ônus da diferença, para que o movimento expor-

tador continue.

Esse fluxo contínuo e crescente de exportações a baixos preços, dos países pobres para os ricos, promove nestes últimos capitalização crescente, e portanto elevação aí de produtividade e renda, como assim também sofisticação crescente de seus padrões de produção e consumo.

Tais padrões sofisticados, por sua vez, são objeto de imitação por minorias privilegiadas dos países pobres para atender ao consumo, das quais produz boa parte do aprato produtivo aí instalado, com máquinas e equipamentos importados dos países ricos — quando não se dê diretamente a importação de bens de consumo desses países. Máquinas e bens de consumo dos países ricos são pagos a preços altos e crescentes pelos países pobres, com suas exportações a preços baixos e decrescentes.

No esforço para reproduzir os padrões dos países ricos, portanto, os países pobres caem nessa engrenagem que capitaliza uns e descapitaliza outros, intensificando indefinidamente o processo, pois é esse mesmo processo que possibilita que os padrões dos países ricos sigam se sofisticando, para serem novamente

imitados, e assim por diante.

Como o burro que puxa a carroça, ao tentar abocanhar a cenoura que o carroceiro mantém pendurada à sua frente, assim também promovem os países pobres o contínuo avanço dos padrões de produção e consumo dos países ricos, justamente ao tentar imitá-los.

Quanto mais proponham seus governantes metas de “alcançar o Primeiro Mundo”, mais serão submetidos os países pobres a terem de exportar a baixos preços, do que resulta a descapitalização crescente de seus recursos naturais e humanos. Mais serão submetidos a terem de exportar, abaixo do custo, recursos não-renováveis, em troca de bens de produção e de consumo de vida efêmera. A terem de manter níveis salariais degradantes, para não diminuírem a “competitividade” de suas exportações, entre os muitos países pobres que se acotovelam pelo direito de vender com prejuízo.

*Celso W. Bueno, durante dez anos membro da equipe técnica das Nações Unidas para a área do desenvolvimento, é atualmente professor da Fundação Getúlio Vargas, em S. Paulo. É autor do livro “Desenvolvimento e Convergência”.

O bendito inimigo

Mario Benedetti

Os intelectuais proféticos deste crispado fim de século têm augurado, antes mesmo dos políticos, que, junto com o fim da história, também assistiremos ao fim da esquerda. E talvez tenham, parcialmente, razão. Assistiremos ao fim de certa esquerda: a hesitante, a pusilânime, a que tinha seus princípios apenas alinhavados, a convertida ao pós-modernismo. Há, porém, outra esquerda mais solidária, menos individualista, mais consciente, menos venal e menos frívola, que, embora viva hoje uma etapa de dolorosa reflexão, não está disposta a mudar de ideologia como quem troca de camisa.

Há 20 anos conheci um pitoresco octogenário, velho militante de esquerda, que, à menor provocação assinalava seu interlocutor com o seu trêmulo dedo acusador: "Vou te fazer uma autocrítica". Pois bem, hoje os militantes da soberbia também nos olham com severidade e, sem o menor rubor, "nos fazem a autocrítica". E assim, terminamos sendo culpados diretos pelos desmandos de Honecker, pelas trapalhadas de Ceausescu, pelos crimes de Stálin. Pouco importa em que setor tenhamos militado: eles não se preocupam com essas nuances. Como vão perder a oportunidade de meter toda a esquerda no mesmo saco e desqualificá-la *in totum*? Ainda é tolerada uma direita da esquerda, que cada vez se confunde mais com uma esquerda da direita; apenas a separam as lembranças. No final das contas, a Otan perderia parte de seu metálico encanto sem essa direita da esquerda que a tudo lhe diz amém.

De todas as formas, o descontentamento e a confusão que geraram no Ocidente a derrubada do bloco comunista teve dois lados. Um, o europeu, que comemorou sinceramente a recuperação das liberdades no Leste e se esforçou em se antecipar aos Estados Unidos e ao Japão no controle desses mercados virgens. O outro, o do Departamento de Estado e do Pentágono que, ao ficarem de repente sem inimigo, estiveram à beira de um infarto econômico-militar. O que fazer agora com a indústria de armamentos num surpreendente mundo que pretendia se despojar do ódio?

O mago capitalista tirou então da sua cartola o problema do narcotráfico (afinal de contas, os Estados Unidos consomem 80% da droga produzida no mundo), mas logo percebeu que, diante de tão sutil emaranhado clandestino, não se aplicavam tanques, mísseis, armas químicas, submarinos atômicos, etc.

Foi então que, por um milagre, apareceu Saddam Hussein, com seu ato consumado, e o Pentágono, Bush e a grande indústria de armamentos puderam, por fim, respirar. É preciso reconhecer que o Iraque escolheu um método brutal (se vê que leu com atenção as obras completas do Pentágono), com o qual "deu" a Bush o inimigo que este procurava desesperadamente.

Obviamente, Hussein merece um franco repúdio pelo seu saqueio do Kuwait. Mas algo que a crise do Golfo colocou em evidência foi o culto à hipocrisia como uma das mais belas artes.

É inegável que a atual debilidade da URSS deixa o mundo (e não só o terceiro) virtualmente em mãos da vocação imperialista dos Estados Unidos. E, diante do seu poder hegemônico, os seus aliados, com maior ou menor docilidade (a Alemanha e o Japão sem nenhum entusiasmo), se puseram a seu lado.

Porém, vale lembrar que todas essas nações *confrades* não mostraram a mesma sensibilidade quando os *marines* norte-americanos invadiram Granada e o Panamá. Cada região costuma ter o seu predador: no Golfo é o Iraque, mas na América Latina o perigo não se chama Hussein, mas *USAin*. Das 180 intervenções realizadas até agora pelos EUA (ou seja, muito mais que as levadas a cabo, através dos séculos, por Gengis Khan, Alexandre Magno, Julio Cesar, Hernán Cortés, Napoleão, Hitler, Mussolini e Stálin, todos juntos), cerca da metade corresponde a países da América Latina.

É quase um problema de semântica. Quando a invasão é realizada pelos *marines*, é qualificada de *pragmatismo político*, mas, quando levada a cabo pelo Iraque, é "um atentado fascista contra a paz". Além disso, boa parte do armamento do Iraque foi fornecido pelas mesmas nações que hoje o bloqueiam.

Por outro lado, quando Hussein era ainda um *ditador amigo* (categoria patenteada por Reagan), cometeu gravíssimas violações dos direitos humanos (como, por exemplo, o massacre dos curdos), sem que isso provocasse embargos, nem bloqueios, talvez porque o que estava em jogo era o homem, e não o petróleo.

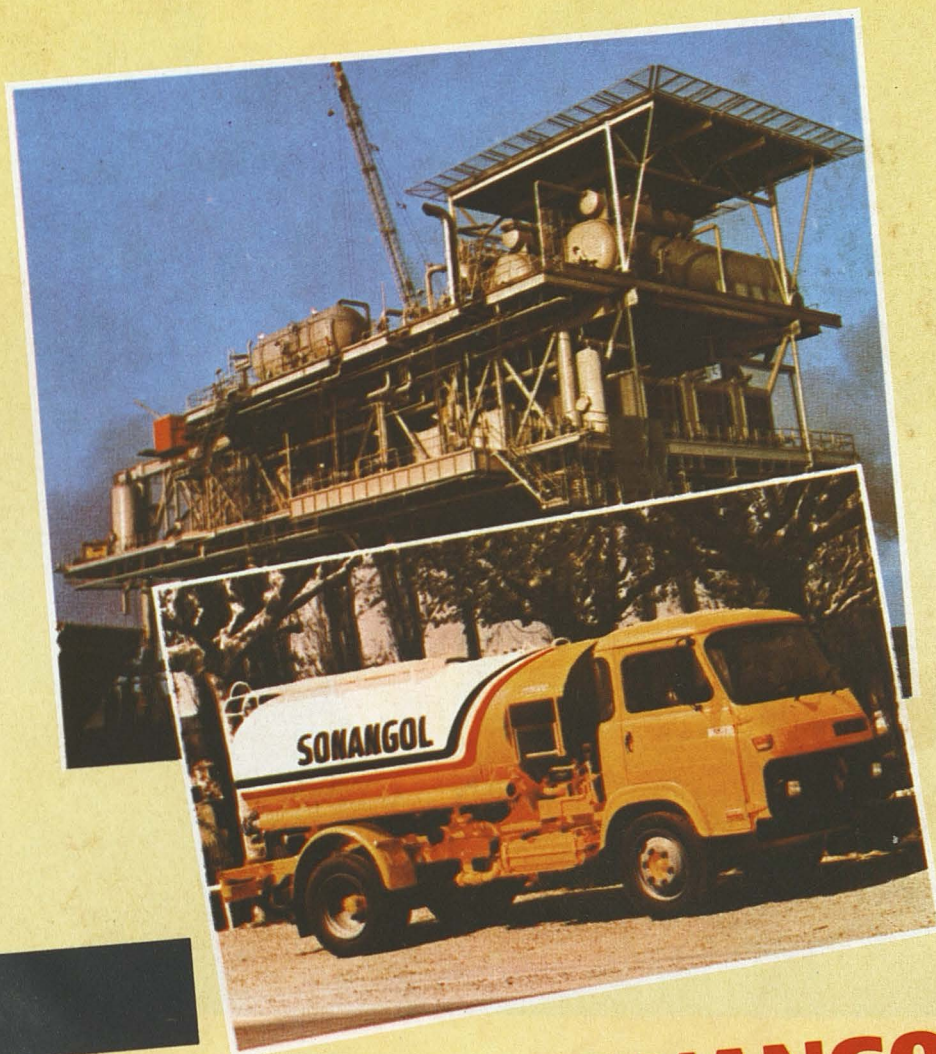
E o Kuwait? São notórias as atrocidades que ali se praticam. Um dos seus ministros, o príncipe Abdulah-Bin Faisal Bin Turki, admitiu que só em 1989 tinham sido executadas mais de 100 pessoas (culpadas de homicídio, violação e adultério) e que "as mutilações de membros e os açoites em público são muito valiosos para dissuadir o ladrão".

O presidente Bush propôs cancelar a dívida externa do Egito, como forma de compensar o seu apoio aos Estados Unidos. De forma que os países latino-americanos, sufocados por esse problema, já estão avisados: basta enviar uns soldadinhos para o Golfo, que o grande credor perdoará o seus débitos...

Além disso, Bush anunciou que, mesmo que a crise seja solucionada pacificamente, suas tropas permanecerão *sine die* na Arábia Saudita e arredores. Da mesma forma que em Granada e no Panamá, não é mesmo?

Nós, intelectuais *não-proféticos*, obviamente não estamos autorizados a formular profecias, mas podemos fazer algumas perguntas. Francis Fukuyama, ideólogo del Departamento de Estado, anunciou o fim da história. Será um prognóstico correto? Ou será que começou no segundo tomo? Se fosse assim, este primeiro capítulo não poderia ser mais deprimente. Tudo indica que o Deus cristão e o Alá islâmico dedicam sua celeste atenção a outras leituras. Não há de faltar um herege que insinue que estão relendo Marx.

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

C

da
de
pri
nis
div
que
dis

te
int
um
bén
faz
ret
Cea
ten
Cor
me
dir
esq
das
ess

II

me
se a
me
Per
à be
a in
pre

nar
80%
dia
tan

con
tria
reco
leu
"de

saq
dên



Rio, o Brasil de braços abertos.



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO